



# RESUMO EXECUTIVO DE SÃO VICENTE

REALIZAÇÃO



CONVÊNIO



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>		
<b>PARTE 01</b>	<b>6</b>	<b>PARTE 02</b>	<b>11</b>
O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE: FORMAÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICAS RECENTES	6	ANÁLISE DA REALIDADE DO MUNICÍPIO E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	11
		EIXO 01	
		REALIDADE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO	12
		EIXO 02	
		ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL	15
		Meio Ambiente e Território	15
		Ocupação Urbana e Regulação Urbanística	18
		Dinâmica Imobiliária	19
		Precariedade Habitacional e Regularização Fundiária	21
		Saneamento Ambiental	24
		Mobilidade	30
		Segurança Pública	32
		Cultura	33
		Saúde	34
		Segurança Alimentar e Nutricional	34
		EIXO 03	
		GESTÃO MUNICIPAL	36
		Financiamento Público	36
		Gestão Democrática	37

**PARTE 03**

**40**

A REALIDADE DE SÃO VICENTE NA VISÃO DA  
POPULAÇÃO

40

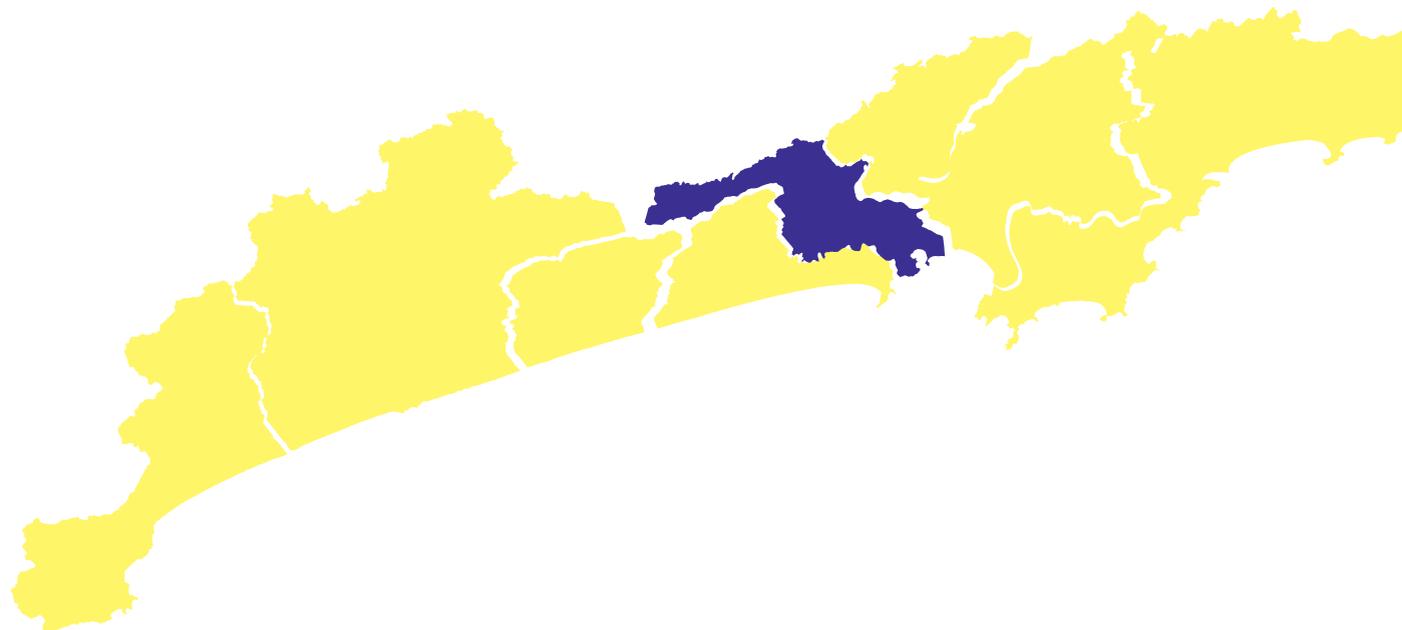
CONSIDERAÇÕES FINAIS

43

**BIBLIOGRAFIA**

**44**

# INTRODUÇÃO



Este Resumo Executivo traz a síntese do Diagnóstico Urbano Socioambiental Participativo do Município de São Vicente, parte do projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social.

O litoral paulista tem experimentado grandes transformações nas últimas décadas, com processos de urbanização, muitas vezes desordenados, com forte impacto na vida de quem mora, trabalha e frequenta a região. Agora, um novo processo de transformação está sendo impulsionado pelos projetos em curso na região, como a exploração do pré-sal e a ampliação e modernização de rodovias e áreas portuárias.

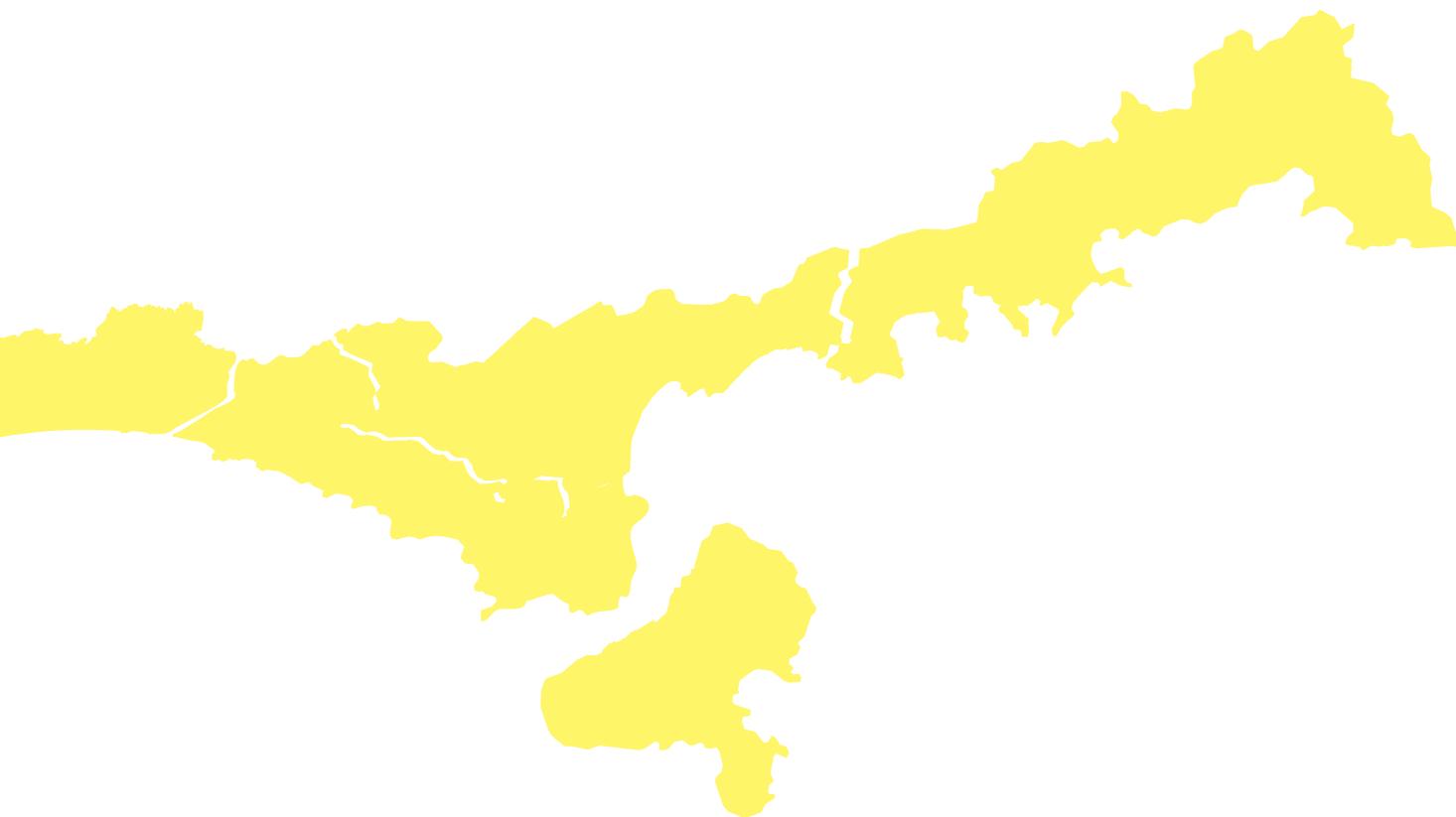
Tais mudanças reforçam a necessidade de pensar e planejar o futuro, avaliar os impactos socioambientais dos grandes empreendimentos em curso na região, procurar formas de impulsionar o desenvolvimento sustentável local e regional e também de conter ou mitigar efeitos negativos. Nesse contexto de grandes transformações é essencial articular o conjunto de iniciativas que vem sendo realizadas pela sociedade e administrações públicas e identificar novas ações necessárias que garantam cidades mais justas, mais bonitas e mais saudáveis.

O projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social insere-se neste contexto de intensas mudanças e objetiva contribuir no desenvolvimento sustentável da região. Proposto pelo Instituto Pólis e apoiado pela Petrobras, este projeto inicia-se com a construção de um diagnóstico urbano socioambiental participativo dos municípios do Litoral Norte e da Baixada Santista<sup>1</sup>, articulado com a construção de um diagnóstico da região, que juntos suportarão a elaboração de um programa de desenvolvimento sustentável para os municípios e para a região.

O Diagnóstico Urbano Socioambiental Participativo parte da caracterização do município e de uma extensa sistematização de dados<sup>2</sup> para desenvolver análises sobre o seu ordenamento territorial, investigando os principais traços de sua ocupação, os diferentes tipos de necessidades habitacionais, as demandas e os desempenhos relativos ao sistema de saneamento ambiental, as condições de mobilidade local e regional, os espaços territoriais especialmente protegidos e os grandes equipamentos e infraestruturas de logística existentes e previstos que irão impactar o desenvolvimento deste território.

<sup>1</sup> O Projeto Litoral Sustentável abrange os seguintes municípios: Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Santos, Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba.

<sup>2</sup> Trabalhando com a análise de um grande número de pesquisas existentes, coleta de novos dados e pesquisas com a população. Os relatórios foram fechados com dados de até dezembro de 2012.



A esse conjunto de leituras sobre as condições urbanísticas e socioambientais somam-se importantes análises sobre o desenvolvimento econômico, a cultura, a segurança alimentar e nutricional, a saúde, a segurança pública e a gestão pública e democrática, considerando, especialmente, as finanças públicas. Tais leituras estão articuladas a um exame detido sobre marcos jurídicos relativos às políticas públicas que incidem nos espaços territoriais, bem como com a visão de moradores e representantes de entidades sobre os processos em curso. As diretrizes de análise partem do marco regulatório das políticas públicas nacionais e estaduais, consolidadas e normatizadas, e dos princípios garantidos na Constituição.

Como produto da análise aprofundada sobre todos esses aspectos, segundo estas diretrizes, o relatório de São Vicente identifica um conjunto de desafios para o desenvolvimento sustentável do município em harmonia com toda a região.

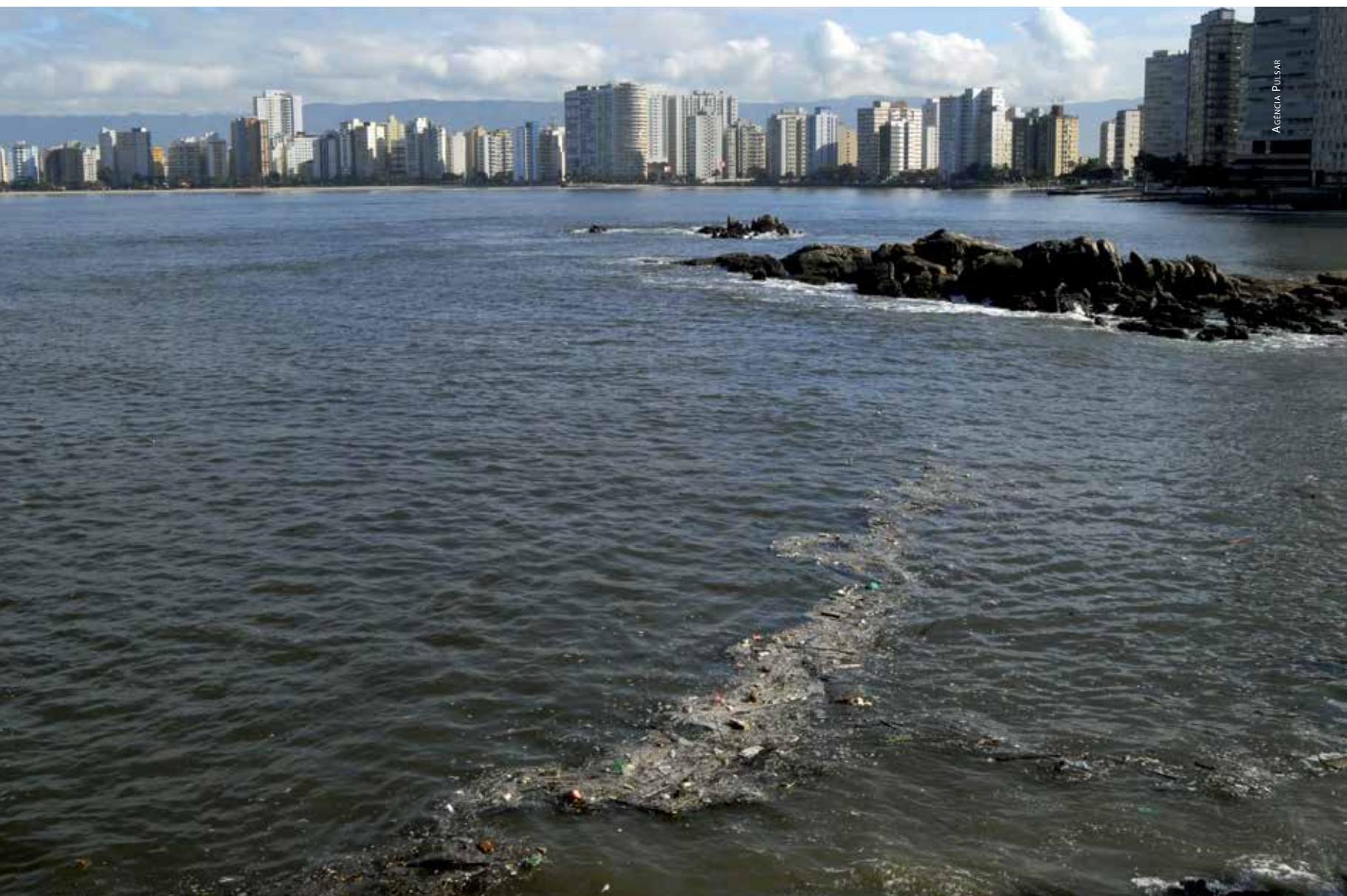
Neste Resumo Executivo, os diferentes conteúdos tratados de maneira detalhada no relatório foram articulados e organizados em quatro partes no sentido de expor de maneira concisa os principais resultados das análises.

Na primeira parte, apresentamos um panorama geral do município de São Vicente, recuperando os aspectos mais relevantes de sua história e de sua urbanização, identificando traços específicos do município.

Na segunda parte, indicamos os principais desafios para o desenvolvimento sustentável de São Vicente, retratando uma síntese das análises dos diferentes temas, apontando questões a serem enfrentadas no campo do desenvolvimento econômico, da organização socioterritorial e da gestão pública.

Na terceira parte, trazemos a visão da população acerca da realidade do município e reflexões sobre as diferentes perspectivas para o seu desenvolvimento. Na parte final, destacamos algumas considerações sobre as potencialidades de fortalecimento do desenvolvimento sustentável, construídas a partir da articulação entre as expectativas e visões dos diferentes segmentos da sociedade com as tendências de desenvolvimento identificadas pelas leituras técnicas.

# O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE: FORMAÇÃO HISTÓRICA E DINÂMICAS RECENTES



São Vicente foi o primeiro município criado no Estado de São Paulo e a primeira vila fundada no Brasil, em 1532. Até tornar-se município era constituído por um pequeno grupo de dez ou doze casas. Com a chegada de Martim Afonso se iniciou o processo de desenvolvimento econômico, especialmente com a plantação de cana-de-açúcar. O binômio agricultura de subsistência (agricultura, pecuária, pesca e extrativismo) e exploração dos índios, constituiu-se na base da economia fundadora do município.

Logo no começo da exploração, a região já apresentava sinais de que a agricultura não seria adequada para aquele tipo de solo, tornando-se necessária a implantação de outra atividade econômica para a área. Após a fundação do município, criou-se o núcleo populacional que, posteriormente, viria a ser a cidade de Santos.

Com poucas terras próprias para a utilização da agricultura, a economia da Ilha de São Vicente passou a depender cada vez mais do porto de Santos e com isto, tornou-se necessária a criação de uma rede urbana mínima para a execução das funções portuárias. Nesta configuração, restou a São Vicente a função de ligar o litoral com o planalto e com o exterior. Contudo já nos primeiros anos do povoamento, a Vila de Santos, fundada em 1545, passou a realizar essas conexões, porque seu porto, com capacidade para embarcações de grande porte, corrigia um problema do estuário de São Vicente que só comportava pequenas embarcações.

O crescimento de sua população se deu, então, mais fortemente, a partir do final do século 19, quando as atividades portuárias relacionadas à exportação de café impulsionaram uma forte expansão urbana em Santos. Por indução, São Vicente também cresceu. Nos últimos 25 anos do século 19, a população de São Vicente mais que duplicou, passando de 1.593 para 4.004 habitantes (Jakob, 2003).

Na primeira metade do século 20, o crescimento populacional de São Vicente, ainda que moderado, foi constante. A partir da década de 1940, surgiram as primeiras ocupações nos morros como alternativa habitacional para as classes de baixa renda, em locais próximos às áreas centrais e às linhas de bonde. Iniciava-se assim um fenômeno que perdura até os dias de hoje: a migração de famílias de baixa renda de Santos para São Vicente<sup>3</sup>.

Até os anos 1950, a estrutura econômica e urbana do litoral tinha como centro dinâmico o município de Santos (Jackob, 2003), porém, com a implantação do parque industrial no município de Cubatão, houve uma reconfiguração da economia regional, tornando-se esse município o responsável pelo dinamismo econômico e urbano da Baixada, entrando, então, o porto de Santos em uma nova fase, com reflexos também em São Vicente.

A partir da década de 1950, a população de São Vicente cresceu aceleradamente, colocando a cidade na segunda posição da região em tamanho da população (atrás apenas de Santos), o que se fez acompanhar pelo aumento da segregação sócio espacial evidenciada pela linha férrea da Sorocabana que passou a representar uma fronteira entre as classes sociais, separando, na estreita faixa entre a ferrovia e o mar, os bairros praianos e o centro.

Na década de 60, a exiguidade desta faixa, já bastante ocupada, motivou a expansão urbana sobre a Ilha Porchat, após realização de aterro que a ligou em definitivo à Ilha de São Vicente. A partir deste momento, foram se formando os bairros operários que se localizavam a partir da linha férrea em direção ao norte e ao oeste, em terrenos baixos e alagadiços.

Neste mesmo período, bairros populares surgiram em torno do eixo popularmente conhecido como “Linha 1” – formado pelas avenidas Nossa Senhora de Fátima, em Santos, e Antonio Emerich, em São Vicente –, porque por ele passava o “Bonde 1”, ligando o centro de São Vicente ao centro de Santos<sup>4</sup>.

O Departamento Nacional de Obras Sanitárias (DNOS) iniciou, nesta época, a construção de diques em nome da recuperação dos manguezais e dos terrenos inundáveis, contribuindo para a ocupação dos extremos oeste, norte e nordeste da porção insular, trazendo graves implicações ambientais para o município e seu entorno, em especial a ocupação das áreas ambientalmente mais frágeis, como os mangues e as restingas.

Até o começo da década de 1980, São Vicente manteve elevados índices de crescimento populacional. Favelas proliferaram sobre os diques construídos pelo DNOS e avançaram sobre o estuário de São Vicente, disseminando a construção sobre palafitas, própria para áreas sujeitas às oscilações de marés.

A perda da importância da Baixada Santista em relação a outras regiões do Estado de São Paulo deu-se a partir da crise dos anos 80, atravessando toda a década de 1990. No município de São Vicente, onde grande parte da população estava vinculada aos empregos do polo cubatense, do porto de Santos e da construção civil, a crise se fez sentir por meio do agravamento das condições habitacionais e na ocupação do território continental<sup>5</sup>.

No entanto, o município foi o que mais absorveu o crescimento demográfico da Baixada naquele período<sup>6</sup>. Na década de 1980, toda a área insular foi ocupada, não restando mais nenhum dos fragmentos vazios existentes na década anterior. Neste momento, a área continental começou também a ser ocupada mais intensamente, principalmente no entorno dos núcleos já ocupados no período anterior.



**FIGURA 1**  
Evolução da Mancha de São Vicente  
Fonte: Imagens Landsat (1979/1980;1991/1992;2000;2011).

<sup>3</sup> Esse processo ocorre em função da valorização do solo urbano, pautada pela lógica de ocupação do mercado imobiliário, provocando o avanço da classe média de Santos sobre os bairros de baixa renda, nesse município e nos bairros que fazem divisa com São Vicente, como Vila São Jorge, Vila Jóquei Clube, Vila Paraíso, entre outros.

<sup>4</sup> A ocupação desse território nas décadas de 1950 a 1970 foi facilitada pela venda de lotes a preços acessíveis aos trabalhadores de Santos e do polo de Cubatão

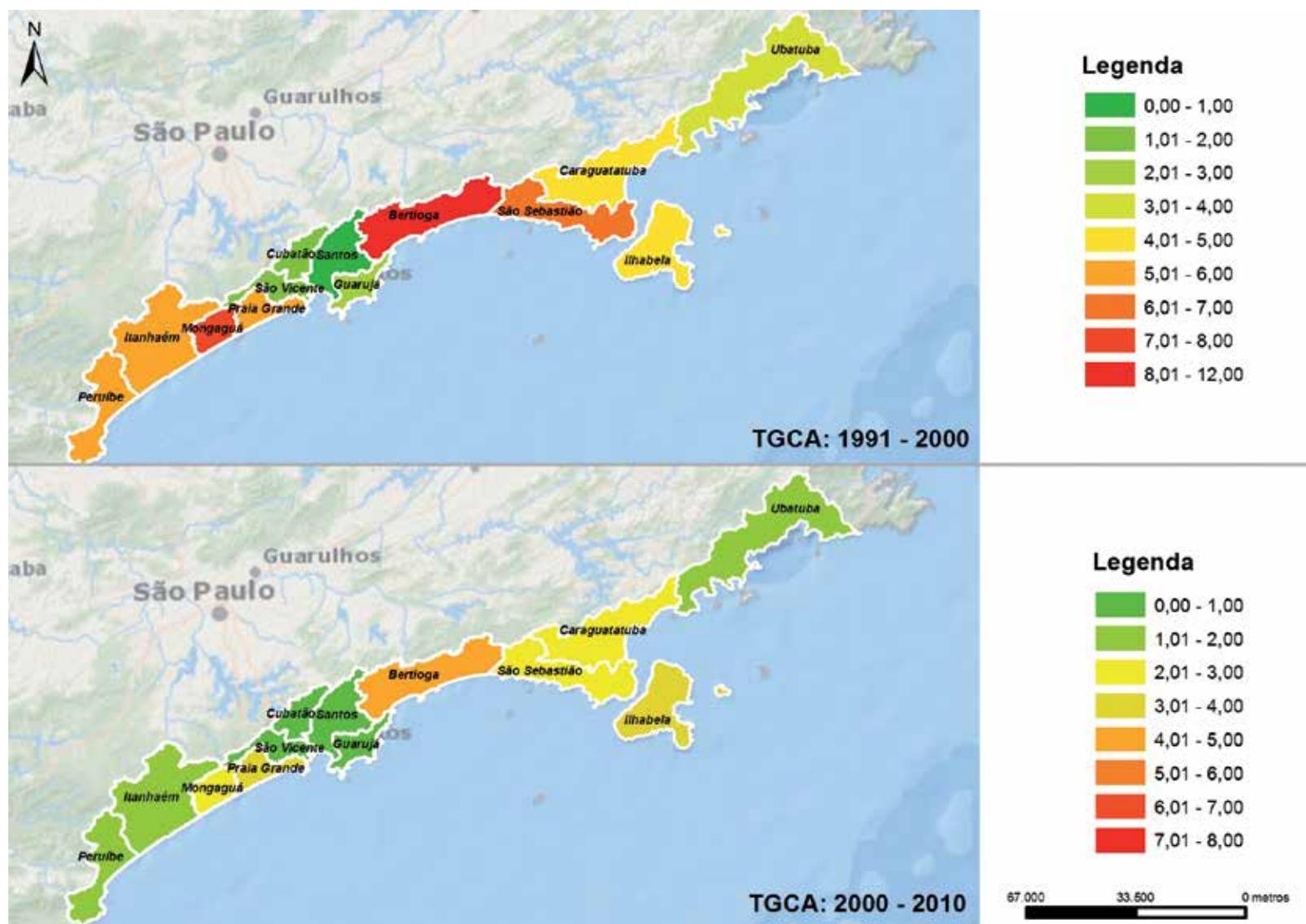
<sup>5</sup> A acessibilidade rodoviária tornou a área continental uma alternativa de moradia para os segmentos operários que buscavam a casa própria e para os quais os preços dos terrenos na área insular eram proibitivos. Executados sem uma diretriz geral e ocupando faixas descontínuas, os loteamentos foram se articulando entre si e com as outras partes do território através da rodovia, que passou a servir como ligação urbana.

<sup>6</sup> Conforme estudos da Secretaria de Planejamento de São Vicente, realizados com base nos Censos Demográficos de 1980 e 1991: dos 215.226 novos habitantes da região, 32,5%, ou 75.728 habitantes, residiam em São Vicente (PLHIS, 2009).

Na década de 1990, o crescimento populacional do município desacelerou, ainda que se observe na área insular um avanço na ocupação dos morros. Na área continental, o movimento de crescimento no entorno das áreas ocupadas anteriormente permaneceu, criando novos bairros, como, por exemplo, Nova São Vicente.

Na década de 2000, a taxa de crescimento populacional decresceu ainda mais, chegando a menos de 1% ao ano. A mancha urbana do município pouco se modificou nesta década, sendo que quase todo o incremento populacional, de quase 29 mil habitantes, se instalou de forma a adensar o território já ocupado e não com expansão horizontal.

O município de São Vicente apresentou diminuição em seu ritmo de crescimento populacional nas últimas duas décadas. Entre 1991 e 2000, a taxa geométrica de crescimento anual (TGCA) foi de 1,37%a.a., acompanhando os municípios do entorno como Santos e Cubatão, que também tiveram baixo crescimento, ao contrário dos demais municípios do litoral paulista que, em sua maior parte, durante o mesmo período, apresentaram altas taxas. Entre as décadas de 2000 e 2010, houve uma queda ainda maior no ritmo de crescimento populacional, que passou para 0,94%a.a.



MAPA 1  
Municípios do Litoral Paulista – Taxa Geométrica de Crescimento Anual –  
TGCA 1991–2000 e 2000–2010

Fonte: Censos Demográficos IBGE, 1991 e 2000 e Censos Demográficos IBGE, 2000 e 2010.

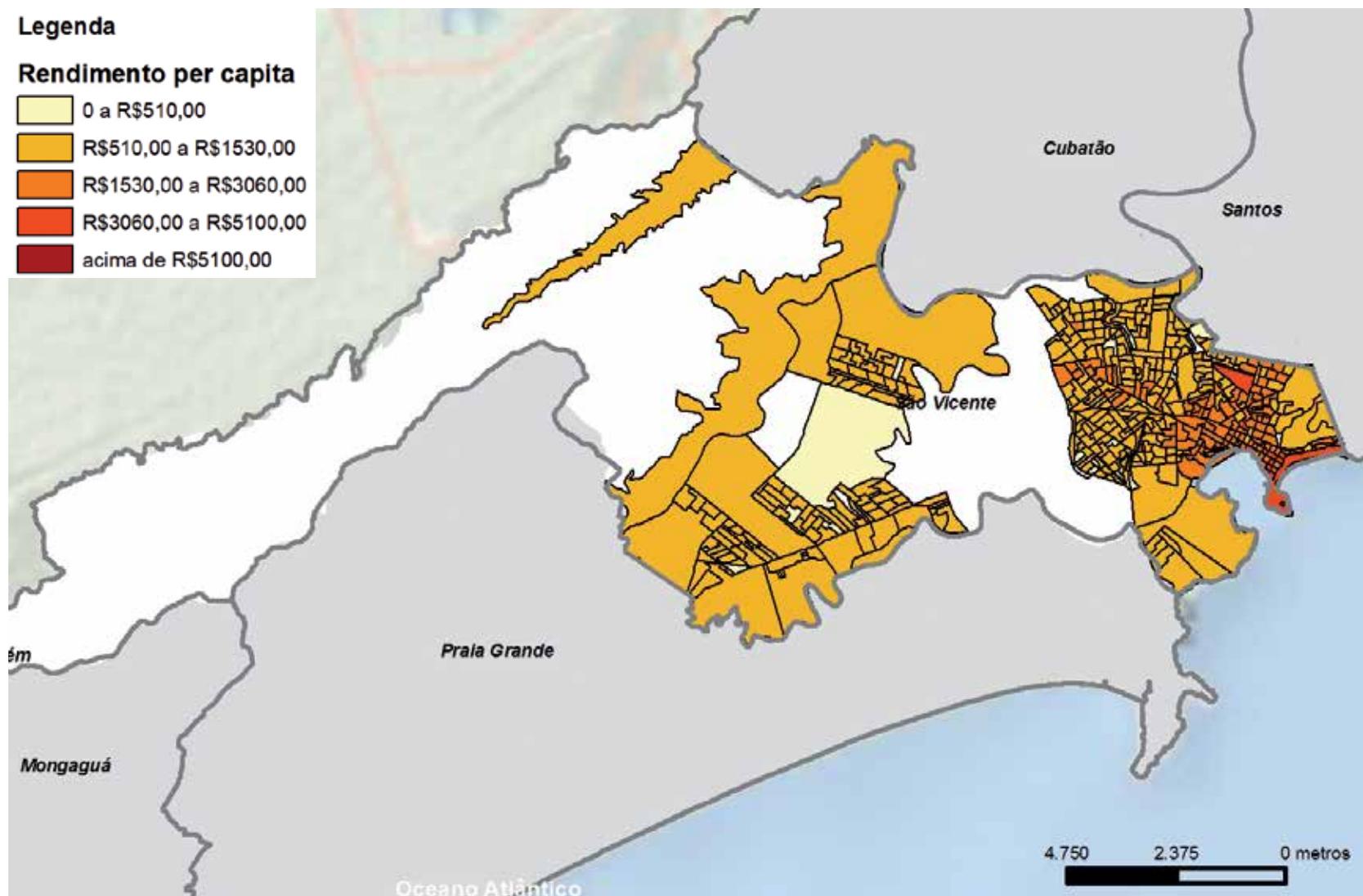
Atualmente, a população de São Vicente é composta por 332.445 habitantes, de acordo com o censo do IBGE/2010, distribuída em 14 mil hectares. No entanto, a densidade populacional total do município é baixa, de apenas 0,6 hab/ha, visto que a maior parte de seu território está inserida em unidades de conservação, permanecendo não ocupada.

A área efetivamente urbanizada ocupa, aproximadamente, 16% do território, sendo a densidade populacional total do município de apenas 22hab/ha. Contudo, a área urbanizada atinge densidades maiores, chegando a 135 hab/ha, sendo considerada a maior densidade média dentre os municípios da Baixada Santista. Os bairros que apresentam maior densidade encontram-se próximos ao litoral: bairros do Centro, Gonzaguinha e Boa Vista.

Em relação ao perfil etário da população vicentina percebe-se que esta é bastante jovem, ainda que na última década tenha ocorrido um aumento em sua população adulta<sup>7</sup>. Quando analisadas as categorias raça e cor, utilizadas pelo IBGE, a população residente de São Vicente acompanha parte dos municípios litorâneos paulistas onde o percentual da população parda e negra sobre a população total está acima do percentual verificado para o Estado de São Paulo<sup>8</sup>.

A distribuição da população do município, segundo os critérios raça ou cor, demonstra a maior presença da população branca nos setores censitários mais próximos às faixas litorâneas, beneficiadas pela proximidade com a praia, enquanto as populações pardas e negras concentram-se nos setores censitários vizinhos aos municípios de Praia Grande e Cubatão, em locais mais distantes da orla marítima.

Em relação à renda da população, observa-se que o município possui 28% dos domicílios com renda até 2 salários mínimos, 42% com renda entre 2 e 5 salários mínimos, e 20% com renda domiciliar entre 5 e 10 salários mínimos<sup>9</sup>.



MAPA 2  
Rendimentos nominais médios dos responsáveis por domicílios – São Vicente  
Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010

Diferente da maior parte dos municípios do litoral paulista que se caracterizam como municípios turísticos e de veraneio, São Vicente apresenta um baixo percentual de domicílios de uso ocasional<sup>10</sup>. De acordo com dados do Censo 2010, 9,43% dos domicílios particulares permanentes no município são de uso ocasional, percentual

<sup>7</sup> A população de até 29 anos passou de 55% em 2000 para 48% da população total em 2010, enquanto a população de 30 até 59 anos aumentou de 36% para 40% da população total. Neste período, também se percebe o envelhecimento da população, as pessoas com mais de 60 anos passaram de 8% para 11% sobre a população total (Censo IBGE, 2000; 2010)

<sup>8</sup> Dados mais detalhados podem ser consultados no Relatório Completo do Município de São Vicente.

<sup>9</sup> A variável de rendimento observada é a renda domiciliar que corresponde à somatória da renda individual dos moradores de um mesmo domicílio. Foram adotadas as faixas de renda utilizadas pelo IBGE nas tabulações realizadas, constante do Relatório Completo do Município de São Vicente.

<sup>10</sup> Domicílio de uso ocasional é o domicílio particular permanente que serve ocasionalmente de moradia, geralmente usado para descanso nos fins de semana, férias, entre outras finalidades.

proporcionalmente bem menor do que no restante do litoral paulista. Em alguns municípios, esse tipo de domicílio chega a 60% do total.

Entre 2000 e 2010, o crescimento dos domicílios de uso permanente em São Vicente foi de 14%, enquanto os domicílios de uso ocasional diminuíram, indicando fixação crescente de moradores no município. Os domicílios de uso ocasional estão concentrados nos setores censitários mais próximos à orla marítima.

O município de São Vicente, diferentemente da maior parte dos municípios do litoral paulista, não possui o turismo balneário como um importante segmento da economia local, mas beneficia-se indiretamente da atividade turística, especialmente de curta duração.

Tem diminuído no município, claramente, a tendência a um processo de expansão urbana acelerado que aumenta as demandas por serviços, equipamentos e infraestruturas, como o que ocorre em outros municípios do litoral paulista.

Entretanto, diante das novas dinâmicas metropolitanas da Baixada Santista, impulsionadas pelos grandes projetos inseridos na região em decorrência do Pré-sal e outras de ordem econômica, é necessário verificar os potenciais de crescimento da mancha urbana do município, prevendo novos cenários de acréscimo da demanda demográfica.

Se esse crescimento urbano não for ordenado e ocorrer de modo inadequado junto aos cursos d'água, nos locais com topografia acidentada e em áreas com cobertura vegetal significativa, haverá problemas na ordem urbanística local.

# ANÁLISE DA REALIDADE DO MUNICÍPIO E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CREATIVE COMMONS



Acreditamos que o desenvolvimento sustentável do território de São Vicente deve considerar a importância não somente da dimensão econômica (relacionada com a criação e distribuição da riqueza), mas também das dimensões social e cultural (que implicam qualidade de vida, equidade e integração social), territorial e ambiental (que se refere aos recursos naturais e à sustentabilidade dos modelos de ocupação) e política (que envolve aspectos relacionados à governança territorial).

Sob esta perspectiva, apresentamos os principais resultados das análises e identificamos os desafios ao desenvolvimento sustentável do município considerando três grandes eixos de pesquisa inter-relacionados: a realidade econômica, a organização sócio territorial e a gestão pública.

## EIXO 01 – REALIDADE ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

O município de São Vicente encontra-se numa condição de pobreza relativa, considerando tanto o rendimento do emprego formal e a economia informal<sup>11</sup>, como também o Produto Interno Bruto<sup>12</sup> per capita (PIB), inferior à média nacional (R\$ 15,9 mil) e estadual (R\$ 26,2 mil).

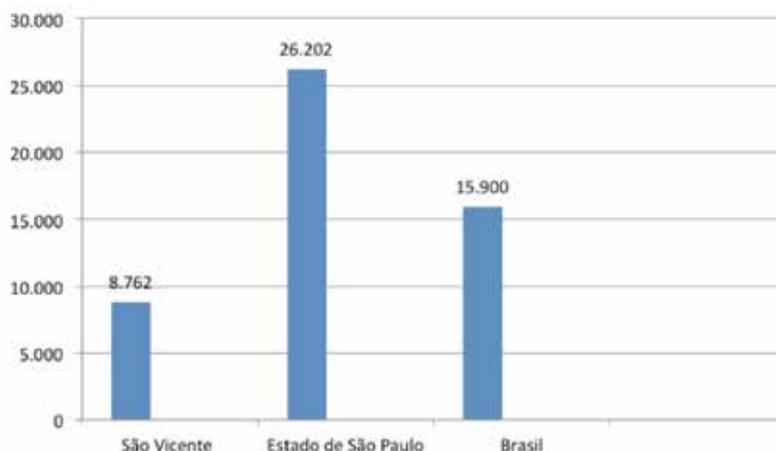


GRÁFICO 1  
Produto Interno Bruto, per capita, nos conjuntos do Município, Estado e País em 2009

Fonte: Fundação Seade (Elaboração do Instituto Pólis).

A riqueza produzida em São Vicente, de cerca de R\$ 2,7 bilhões, em termos de Valor Adicionado (VA) total, mantinha-se próxima ao desempenho do VA<sup>13</sup> da média dos municípios do Litoral considerado (R\$ 2,9 bilhões, com uma taxa de crescimento também semelhante de 145%, no período de 1999 a 2009). A pobreza relativa expressa pela relação de VA per capita de R\$ 8,1 mil está bem abaixo da média da região, próxima de R\$ 16 mil, em que pese a maior população comparada à média dos demais municípios.

Região	Valor Adicionado(VA)		Taxa de Crescimento	VA por Pessoa em 2009
	1999	2009		
São Vicente	1.107	2.699	147,7%	8.118
Média da Baixada Santista	1.198	2.940	145,4%	15.902
Estado de São Paulo	324.730	911.386	180,7%	22.088

TABELA 1  
Valor Adicionado (VA), em milhões de reais, no município e média do litoral (2000- 2009)

Fonte: IMP - F. SEADE, Censo Demográfico – IBGE (Elaboração do Instituto Pólis).

<sup>11</sup> Ver Relatório Completo do Município de São Vicente.

<sup>12</sup> O PIB per capita, refere-se ao PIB (soma de todas as riquezas produzidas no país) dividido pelo número de habitantes do país, sendo, portanto, apenas uma média indicativa, já que a distribuição desse ganho ou perda se dá de forma desigual e, esse efeito, não pode ser registrado neste indicador.

<sup>13</sup> O valor adicionado da produção é distribuído, por meio dos salários, lucros, juros e renda fundiária, aos trabalhadores, empresários, proprietários do capital e da terra. O valor adicionado deve considerar o fato de que muita renda é apropriada fora do local onde se localizam os proprietários, das organizações empresariais, do patrimônio imobiliário e do capital financeiro. Mais do que os proprietários locais recebem de rendas realizadas em outros territórios, ou seja, o valor adicionado provavelmente seja substancialmente menor do que a renda distribuída localmente.

Do ponto de vista da participação dos setores econômicos, nota-se que do total de riquezas produzidas no município, a administração pública foi o setor de maior expansão no VA, de R\$ 196 milhões (17,7%) para R\$ 693 milhões (25,6%). As atividades relacionadas a serviços e indústria representaram, respectivamente, 86,5%, e 13,2% do VA do município em 2009, cerca de R\$ 2,3 bilhões. Ainda que o setor de serviços tenha perdido espaço frente ao setor público, representa a grande parte do valor adicionado da economia local. A agropecuária representava apenas 0,2% do total, após um ligeiro crescimento em 2009, em termo absoluto e percentual.

Valor Adicionado (Em milhões de reais correntes)	1999		2009	
Agropecuária	1	0,1%	6	0,2%
Indústria	193	17,5%	357	13,2%
Serviços	913	82,5%	2.336	86,5%
Administração Pública	196	(17,7%)	693	(25,6%)
Comércio e Outros Serviços	717	(64,7%)	1.643	(60,8%)
<b>VA Total</b>	<b>1.107</b>	<b>100%</b>	<b>2.699</b>	<b>100%</b>

TABELA 2  
Participação dos Setores Econômicos no VA do Município (1999-2009)

Fonte: Fundação SEADE (Elaboração do Instituto Pólis).

O aumento da administração pública se deve ao aquecimento da economia no período, ao aumento da renda real e do consumo, das dotações de recursos do setor público municipal e, notadamente, pelo crescimento das transferências dos royalties do petróleo e investimentos públicos estadual e federal.

No tocante à distribuição dos estabelecimentos pelos setores da atividade econômica<sup>14</sup>, verifica-se que em 2010, do total de 3.687 estabelecimentos registrados no município, 50,7% dedicavam-se aos serviços; 40,6% ao comércio; 4,3% à indústria da construção; 4,3% à indústria extrativa e transformação; e 0,1% à agropecuária. Estes dados reiteram a alta participação dos serviços e comércio, o baixo nível de industrialização e da agropecuária.

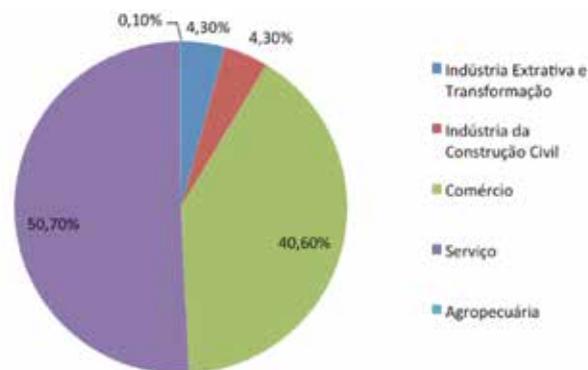


GRÁFICO 2  
Distribuição (%) dos estabelecimentos por setores da atividade econômica<sup>15</sup>

Fonte: Perfil dos Municípios (IBGE), RAIS (MTE), Elaboração do Instituto Pólis.

<sup>14</sup> De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

<sup>15</sup> Os conceitos das atividades econômicas foram renomeados, contemplando quando possível a sua relação setorial, especialmente com a indústria, de forma a tornar mais simples o entendimento pelo leitor, sem perder sua capacidade explicativa

A maior concentração de pessoas ocupadas em número e escala encontra-se nos setores de comércio, reparação de veículos, administrativo e de serviços complementares. O grupo de atividades de alojamento e alimentação, profissionais, científicas e técnicas ocuparam uma posição secundária. Já as atividades de administração pública, defesa e seguridade social destacaram-se por algumas poucas unidades, porém com um grande número de pessoas ocupadas, em especial no poder público municipal.

Os maiores empregadores formais no município são o setor de serviços (44,3%), com destaque aos serviços de alojamento e alimentação e de reparação de automóveis; o comércio (28,8%), a administração pública (12,5%), a construção civil (6,8%), a indústria de transformação (3,9%) e os serviços industriais de utilidade pública (3,5%). Nos demais setores, agropecuária e extrativismo mineral, a participação, em cada setor, não chega a 1% dos empregos. Percebe-se que é marginal a geração de emprego em outros setores.

A capacidade de ocupação do mercado local é mais elevada se considerarmos a informalidade inerente a atividades como construção, comércio e serviços com baixo nível de especialização.

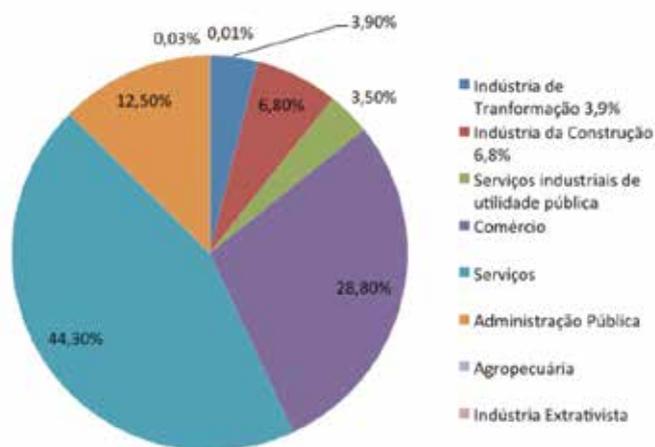


GRÁFICO 3 Distribuição (%) dos empregos formais, por setores da atividade econômica

Fonte: RAIS, MTE (2010). Elaboração: Instituto Pólis.

De maneira geral, a renda média do salário no município foi inferior ao recebido pelos trabalhadores no estado e no país, à exceção da renda média do funcionalismo público e dos ocupados na agropecuária local. Já nas atividades da indústria de transformação, indústria da construção, comércio e agropecuária, o rendimento do salário local foi mais próximo ao salário recebido na média do estado e do país.

No que se refere à remuneração média auferida no município, no ano de 2010, verifica-se que os maiores salários estavam no setor de administração pública, seguido pelo salário da indústria da transformação e dos serviços industriais de utilidade pública. O empregado no setor de comércio ganhava abaixo do trabalhador da agropecuária e abaixo do salário médio dos serviços.

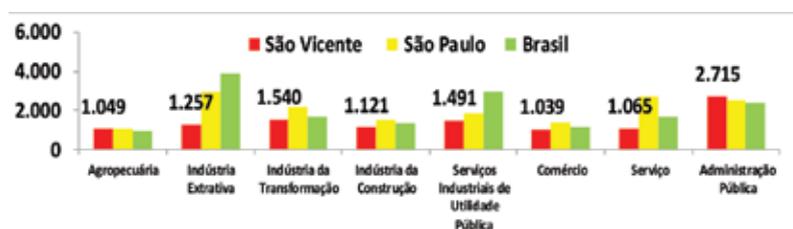


GRÁFICO 4 Remuneração média em reais por setores da atividade econômica: São Vicente, São Paulo, Brasil

Fonte: RAIS, MTE (2010) – Elaboração: Instituto Pólis

Em 2010, o município de São Vicente possuía 88,4% de sua população em Idade Ativa (PIA) ou 285.079 pessoas. No entanto, a população economicamente ativa (PEA)<sup>16</sup> era de 57,3%, ou seja, 163.359 pessoas. A taxa de desocupação para o período era 9,7%, maior que as verificadas na Região Metropolitana da Baixada Santista, no Estado de São Paulo e na média nacional.

Local	PEA	PIA	Taxa Desocupação* (Em %)	Taxa Informalidade** (Em %)
São Vicente	163.359	285.079	9,7	32,6
Estado de SP	21.639.776	35.723.254	8,1	33
Brasil	93.504.659	161.981.299	7,6	41

TABELA 3 População em Idade Ativa (PIA), Economicamente Ativa (PEA), Taxas de Desocupação e de Informalidade

\* População Desocupada/PEA

\*\* Proxy considerando os empregados sem carteira e os por conta própria/total de ocupados

Fonte: IBGE, SIDRA – Censo IBGE (2010) – Elaboração: Instituto Pólis.

Para efeito de comparação ao longo do tempo, é imprescindível destacar que, em 2000, seguindo a mesma metodologia, a taxa de desocupação local era de 23,3%, mais que o dobro da recentemente verificada.

A taxa de informalidade do mercado de trabalho era de 32,6%, em 2010, superior às taxas registradas no Estado de São Paulo e inferior à média nacional. Houve uma redução das ocupações informais no mercado de trabalho local que, em 2000, era de 40,7%. Ainda que as taxas de desocupação e de informalidade tenham caído, os seus números totais explicam muito da precariedade dos assentamentos urbanos e das relações econômicas locais, em função da condição de inserção do trabalhador no mercado.

O desafio para o município é melhorar a condição de vida de aproximadamente 48 mil trabalhadores que estão na economia informal, 16 mil pessoas que estão desocupadas e um percentual relevante de trabalhadores acima dos 10 anos, com rendimentos e

<sup>16</sup> Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a desocupada, assim definidas: população ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho. População desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.). Fonte: www.ibge.gov.br.

não alfabetizados (4,2%, cerca de 7,5 mil), acima da taxa estadual (4,1%), um contingente de pessoas proporcional ao de moradores em domicílios particulares em estado de indigência (4,4%).

A observação da especialização produtiva regional do município, a partir de análises do Quociente Locacional (QL)<sup>17</sup>, nos anos de 2000 e 2010, nos revelam tendências e dinâmicas específicas da economia local, como se observa na tabela a seguir, que recupera as atividades com maior destaque<sup>18</sup>.

São Vicente	2000	2010
01-Extrativa Mineral	3,0	0,6
02-Prod. Mineral não Metálico	1,0	0,5
03-Indústria Metalúrgica	0,1	0,2
04-Indústria Mecânica	0,0	0,3
05-Eletrico e Comunicações	0,4	0,0
06-Material de Transporte	0,0	0,0
07-Madeira e Mobiliário	0,2	0,1
08-Papel e Gráf	0,1	0,1
09-Borracha, Fumo, Couros	0,0	0,1
10-Indústria Química	0,2	0,2
11-Indústria Têxtil	0,1	0,1
12-Indústria de Calçados	0,2	0,1
13-Alimentos e Bebidas	0,3	0,3
14-Serviço Utilidade Pública	0,9	4,5
15-Construção Civil	1,0	1,4
16-Comércio Varejista	1,7	1,7
17-Comércio Atacadista	0,8	0,7
18-Instituição Financeira	0,9	0,6
19-Adm Técnica Profissional	1,9	1,1
20-Transporte e Comunicação	1,4	1,2
21-Aloj Comunic	1,1	1,8
22-Médicos Odontológicos Vet	1,0	0,5
23-Ensino	1,0	1,2
24-Administração Pública	1,0	1,0
25-Agricultura	0,0	0,0

TABELA 4  
Quociente Locacional (QL) dos principais setores de atividade econômica

Fonte: RAIS, MTE (Elaboração do Instituto Pólis).

O Quociente Locacional indica a representatividade da atividade econômica com relação à capacidade de ocupação formal de trabalhadores no conjunto do município comparada à do estado e as tendências apresentadas devem ser melhor investigada a luz das transformações locais e macroeconômicas.

<sup>17</sup> O QL é um importante indicador que revela a especificidade de um setor dentro de uma região (município), o seu peso em relação à estrutura empresarial da região (município) e a importância do setor para a economia do Estado. O cálculo do Quociente Locacional (QL) foi produzido a partir de dados do RAIS (MTE). A tabela completa do QL está no Relatório completo do município de São Vicente.

<sup>18</sup> No Relatório de São Vicente, no capítulo referente ao Desenvolvimento Econômico, é apresentada a tabela com o conjunto de atividades do município e o seu nível de especialização produtiva.

As tendências do mercado de trabalho, captadas nas informações da distribuição do emprego, podem ser apresentadas da seguinte maneira: os serviços em geral ocuparam 56,8% das pessoas (alojamento, alimento, administrativo público e privado e outros), comércio, 28,8% e atividades produtivas, 14,2% das pessoas (construção, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, extrativa agropecuária etc.).

No comércio está a pior média de nível salarial. O salário do setor produtivo está num nível superior ao da média dos serviços, com destaque para a indústria de transformação, que paga o segundo salário médio mais alto, seguida pelos serviços industriais de utilidade pública, extrativa mineral e construção. A concentração de profissionais acima da média do estado (QL) mostrou-se representativa nas atividades de serviços industriais de utilidade pública, alojamento e comunicação, comércio varejista, técnico profissional, construção civil, transporte e ensino.

Outro desafio para a integração das pessoas nas atividades econômicas, especialmente, nas relações formais de emprego, requer o ajuste da pretensão das pessoas (demanda de trabalho) às oportunidades oferecidas por empreendimentos e famílias (oferta por trabalho). Por isso, é fundamental confrontar alguns grupos de pretensões profissionais por parte dos trabalhadores com a requisição por trabalho e especialidades para, por fim, considerar a capacidade de preparação local da população para alguns segmentos ou mercados de trabalho, que sejam estratégicos e importantes.

Os impactos dos investimentos na cadeia de petróleo e gás natural, em infraestrutura (portos, rodovias etc.) indubitavelmente trarão oportunidades e desafios para os trabalhadores da região metropolitana da Baixada Santista. Nesse sentido, a sociedade local tem como desafio estimular os trabalhadores tanto na capacitação profissional como na organização empresarial, seja tradicional, associativa ou cooperativa.

Essa lacuna só pode ser mitigada com a preparação dos trabalhadores não só para a capacitação para o mercado de trabalho como para o empreendedorismo em geral, especialmente com gestão social e coletiva. A capacitação, organização e capitalização do trabalhador e do empreendedor são estratégias importantes, de forte incumbência local, mas apoiada pelos outros níveis de governo. Nesse sentido, os níveis de governo, especialmente do estado, inclusive a sociedade civil representada pelo Sistema S (Senac, Sesc, Senai, Sesi, Sebrae, entre outras entidades que representam categorias profissionais) têm, no município, a responsabilidade para com a restrição ao desenvolvimento local, pela pouca atividade de promoção (oferta de cursos técnicos), capacitação e mesmo fixação de centros de atendimentos no município.

As empresas de construção e imobiliárias tiveram um importante crescimento tanto em seu número como no aumento da escala de ocupação de pessoal. As empresas locais ligadas à atividade de saneamento (ambiental, resíduos e descontaminação) não tiveram o mesmo dinamismo, com a manutenção das unidades locais e o surgimento de uma única unidade de maior porte. Com isso, destaca-se um arranjo setorial da construção local que tem expandido com maior dinamismo por força do estímulo da demanda pública por obras de infraestrutura e menos por serviços de saneamento.

O que se percebe no número de empresas e na escala dos segmentos de infraestrutura produtiva e logística é que o crescimento do mercado beneficiou mais as unidades maiores, especialmente de serviços de logística e da indústria de transformação, em detrimento da pequena e da média empresa já instalada. Na atividade de comércio e reparos de automóveis, as unidades de média escala apresentaram um desempenho importante, com o crescimento nas empresas desse nível da ocupação de trabalhadores. A concentração da estrutura do mercado pode repercutir em maior poder do produtor, ou seja, da margem de lucro e eventual elevação de preço para o consumidor.

De outra maneira, o lento crescimento do número de empresas de turismo, como se verificou nas atividades administrativas, complementares, alojamento e alimentação, artes, cultura, esporte e recreação, foi acompanhado pelo crescimento da escala dos empreendimentos. Por onde podemos deduzir o desenvolvimento da especialização, qualificação e a valorização dos serviços e do trabalho ocupado. A panorâmica da estrutura de empreendimentos dos serviços em geral da economia local mostra o avanço do processo do desenvolvimento das atividades de educação, saúde e serviços sociais e o incremento também das atividades profissionais, técnicas e científicas. O mesmo não se pode dizer das atividades financeiras, de seguros, informação e comunicação, em substancial retrocesso no mesmo período verificado.

A capacidade da economia local de adição de valor, cuja taxa de crescimento acompanha a média do litoral considerado, indica a sua íntima relação junto à dinâmica metropolitana, que constitui um conjunto econômico, populacional e territorial importante no estado e país. Mas com uma condição de consumo de energia, adição de valor e de geração de renda, per capita, abaixo da média regional. Apesar da expansão do esforço público, ainda são necessários investimentos para reverter a precariedade da moradia, serviços e infraestrutura pública, e a condição de indigência e pobreza, ainda que esteja comparável à realidade do estado e do país.

## EIXO 02 – ORGANIZAÇÃO SOCIOTERRITORIAL

A seguir apresentamos as dinâmicas de ocupação do território, considerando a sua interação com o meio-ambiente, com a expansão da produção imobiliária e com a habitação e regularização fundiária. Diretamente articuladas às dinâmicas de ocupação do território, as condições de mobilidade e saneamento serão também determinantes na compreensão da organização socioterritorial, assim como as análises desenvolvidas nas áreas de segurança pública, cultura, saúde e segurança alimentar.

### Meio Ambiente e Território

São Vicente apresenta remanescentes bastante reduzidos de Mata Atlântica e de ecossistemas associados em seu setor insular, devido à alta densidade demográfica da Ilha de São Vicente. Entretanto, vale mencionar a existência, no setor norte da Ilha, de remanescentes de manguezais e, nos morros Santa Terezinha e Voturuá, de remanescentes de floresta ombrófila densa. Em contraste com o setor insular, na área continental deste mesmo município podem ser encontrados importantes remanescentes de florestas ombrófilas Montana, Submontana e de Terras Baixas, além de ecossistemas de restinga e vastas extensões de manguezais.

O conjunto desses atributos somados à existência de importantes ambientes para a reprodução e preservação da biota marinha acabaram por justificar a criação de quatro áreas protegidas no município: o Parque Ecológico Voturuá, o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), o Parque Estadual Xixová-Japuí (PEXJ), a APA Marinha Litoral Centro (APAMLC), sendo os três últimos, unidades de conservação. Importante observar que os dois parques, PESM e PEXJ, compreendem 68,75% do município de São Vicente.

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM)<sup>19</sup> é o maior parque do Estado de São Paulo e também a maior unidade de conservação de proteção integral de toda a Mata Atlântica<sup>20</sup>. Em São Vicente está localizada parte do Núcleo Itutinga-Pilões que abrange 56,42% de sua área total, englobando as áreas escarpadas do setor continental desta municipalidade, bem

<sup>19</sup> A área total do PESM abrange 315.390 hectares e engloba 23 municípios do estado. Em face de sua grande extensão, o PESM é gerenciado por meio de uma divisão regional em núcleos administrativos, no sentido de facilitar o seu processo de gestão. São três sedes no planalto (Cunha, Santa Virgínia e Curucutu) e cinco na região litorânea (Picinguaba, Caraguatatuba, São Sebastião, Itutinga Pilões e Pedro de Toledo). Para cada núcleo há um conselho gestor consultivo

<sup>20</sup> Esta unidade de conservação é demasiadamente importante porque se configura como um corredor ecológico que possibilita conectar os mais importantes remanescentes de Mata Atlântica do Brasil.

como o vale do Rio Cubatão<sup>21</sup>. Um aspecto importante inerente ao Núcleo Itutinga - Pilões é que ele engloba áreas de alta importância para a conservação da biodiversidade, incluindo vegetação, mamíferos, répteis e anfíbios<sup>22</sup>.

Tal dimensão e localização fazem com que o PESM cumpra um papel capital para a proteção dos mananciais locais, uma vez que o mesmo abarca as principais sub-bacias hidrográficas desta municipalidade (incluindo a bacia do Rio Cubatão e as bacias dos córregos Acaraú de Cima e de Baixo), e também para a proteção de estações de captação de água para o atendimento das demandas locais, em virtude destas infraestruturas estarem localizadas em áreas limdeiras ou mesmo dentro de seus limites.

O Parque Estadual Xixová-Japuí (PEXJ) abrange um dos mais conservados fragmentos de Mata Atlântica da Baixada Santista. Sua área compreende 826 hectares divididos entre os municípios de São Vicente (347 ha) e Praia Grande (554 ha), sendo 600 ha em terra e o restante em faixa marítima.



FIGURA 2  
Parque Estadual Xixová – Japuí  
Fonte: Fonte: Google Earth / Digital Globe (2009)

Esta unidade de conservação possui grande importância uma vez que engloba características únicas do ponto de vista natural, paisagístico e histórico-cultural, além de ser responsável pela proteção de um remanescente florestal localizado em uma região bastante atingida pelos impactos ambientais resultantes da ocupação urbana, industrialização e atividades portuárias. Abriga, ainda, um importante patrimônio histórico e cultural, que inclui o Curtume Cardamone e a Fortaleza de Itaipu<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Parte da cabeceira do Rio Cubatão, em São Vicente, é abrangida pelo Núcleo Curucutu do Parque Estadual da Serra do Mar. A problemática inerente a este Núcleo do PESM é discutida nos relatórios municipais de Mongaguá e Itanhaém.

<sup>22</sup> SMA/FF, 2006.

<sup>23</sup> Segundo OLIVA (2003), o Curtume São Vicente seria um marco importante do processo de industrialização da Baixada Santista. Teria sido inaugurado no final do século XIX, por volta de 1897, devido à sua proximidade com extensas porções de manguezal, de onde era extraído o tanino. Já a Fortaleza de Itaipu, inaugurada em 1903, tinha como objetivo proteger o Porto de Santos.

Na área do PEXJ, foram identificadas 457 espécies vegetais, compreendendo 294 gêneros e 106 famílias botânicas. Deste total, 13 espécies estão ameaçadas de extinção, incluindo a Palmeira Juçara, Caxeta, Cocão, Pau Brasil e Canela. Quanto à fauna, foram identificadas 319 espécies de vertebrados, dos quais 13 são mamíferos terrestres, 21 mamíferos marinhos, 87 aves, 21 anfíbios, 35 répteis terrestres, 5 répteis marinhos e 137 peixes.

O Parque Ecológico Voturuá<sup>24</sup> possui 825.500 metros quadrados de área verde da Mata Atlântica, sendo uma das últimas reservas dentro da zona urbana da cidade. A área desse parque atua como um trampolim ecológico, uma vez que ele, em meio a uma área densamente urbanizada, se comporta como um ambiente facilitador do fluxo gênico, principalmente de aves, entre áreas prioritárias para a conservação, como é o caso do PEXJ e o PESM (foto 7.31)<sup>25</sup>.



FIGURA 3  
Interação entre o Parque Ecológico Voturuá e o PEXJ  
Fonte: Google Earth / Digital Globe, 2003 / 2009.

A APA Marinha do Litoral Centro (APAMLC) possui 449.259,70 hectares e é a maior unidade de conservação marinha do país. Em sua área de abrangência estão os municípios de Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe<sup>26</sup>.

<sup>24</sup> O atual parque era o antigo Horto Municipal de São Vicente. Foi inaugurado em 21 de setembro de 1954 com o intuito de cultivar plantas ornamentais e vegetação para arborizar a cidade.

<sup>25</sup> Os trampolins ecológicos são áreas localizadas a menos de 50 km de áreas prioritárias para a conservação e que servem como "ilhas" que podem tanto facilitar o fluxo gênico de espécies que transitam por uma matriz não florestal quanto ajudar no planejamento e implementação de corredores biológicos. Em alguns casos, ajudam a aumentar a representatividade de algumas unidades de paisagem (RBMA, 2012).

<sup>26</sup> A APAMLC faz parte do Mosaico das Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista que engloba as APAS estaduais marinhas dos litorais: Norte, Centro e Sul, a APA Estadual da Ilha Comprida e a APA Municipal de Alcatrazes (São Sebastião); os parques estaduais da Ilha Anchieta, Ilhabela, Laje de Santos, Xixová-Japuí e Ilha do Cardoso; as áreas de relevante interesse ecológico estaduais de São Sebastião e do Guará; as unidades de conservação costeiras integrantes do Mosaico Estadual de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins e Jacupiranga; as unidades de conservação costeiras do Estado de São Paulo integrantes do Mosaico Federal da Bocaina e as unidades de conservação costeiras do Estado de São Paulo integrantes do Mosaico Federal do Litoral Sul do Estado de São Paulo e Litoral Norte do Estado do Paraná (Artigo 1º e incisos do Decreto Estadual nº 53.528, de 8 de outubro de 2008).

Adicionalmente, devido à importância dos manguezais como berçário de espécies e para a cadeia alimentar marinha, foram incorporados aos limites da APA Marinha do Litoral Centro os manguezais adjacentes aos rios Itaguapé, Guaratuba, Itapanhaú e Canal de Bertiooga, no Município de Bertiooga, bem como os manguezais localizados junto ao rio Itanhaém (Município de Itanhaém) e aos rios Preto e Branco (Município de Peruíbe). A criação da APAMLC se produziu pela necessidade de se proteger, ordenar, garantir e disciplinar o uso racional dos recursos ambientais em um setor do litoral paulista composto por ecossistemas de altíssima relevância relacionada tanto à sua rica biodiversidade quanto à sua importância socioeconômica (potencial pesqueiro, turístico, esportivo, científico, mineral e energético).

#### DESAFIOS À PRESERVAÇÃO DOS ESPAÇOS PROTEGIDOS

Apesar do bom nível de preservação do Núcleo Itutinga-Pilões em São Vicente, parte do Vale do Rio Cubatão e as escarpas que acompanham este mesmo vale apresentam áreas cujos ecossistemas encontram-se parcialmente degradados. Devido à proximidade com a sede do Núcleo, não há nenhuma infraestrutura de controle do uso público e fiscalização instalada no município, o que prejudica sobremaneira os trabalhos voltados para educação ambiental, turismo ecológico, fiscalização e vigilância.

As ações de caçadores e palmiteiros nesse núcleo são bastante intensas. Anualmente, em suas dependências, são destruídos diversos ranchos de caça e apreendidos diversos petrechos, incluindo facões, dispositivos de disparo de cartuchos, enxadas e cavadeiras, etc.

A questão da regularização fundiária é um problema crítico em todo o Parque Estadual da Serra do Mar<sup>27</sup>. No que tange à área do PESH inserida no município de São Vicente, esta apresenta uma situação privilegiada, uma vez que aproximadamente 65% de suas terras estão regularizadas do ponto de vista fundiário e os 35% restantes são áreas em processo de aquisição ou em processo de apuração de eventuais remanescentes devolutos ou, ainda, áreas de empresas públicas.

A extração de minerais não metálicos é uma atividade que ocorre com bastante intensidade em toda a zona de amortecimento do PESH no município e inclui a extração de areia (fundição e construção civil), brita e material de empréstimo. A existência de passivos ambientais derivados da mineração demonstra a necessidade de se desenvolver ações de fiscalização mais efetivas, bem como, a urgência

em se empreender um programa de recuperação de áreas mineradas abandonadas, de forma a reduzir o passivo ambiental existente.

Em relação ao PEXJ, sua infraestrutura é bastante precária e a diminuta disponibilidade de recursos humanos, principalmente para as atividades de monitoria, proteção e fiscalização, se torna bastante crítica nos períodos de temporada, onde ocorre um afluxo significativo de turistas na área do parque, acarretando maior risco de acidentes, bem como degradação ambiental e acúmulo de resíduos sólidos.

Entre as atividades conflitantes na área do PEXJ cumpre mencionar a visitação descontrolada; a existência de população residente no interior do parque; a caça, pesca e extração de produtos florestais; a presença descontrolada de embarcações de passeio; a presença de animais domésticos; a soltura de animais exóticos, as atividades militares em porção do parque sobreposta à Fortaleza Itaipu (Exército); a ocupação indígena na praia de Paranapuã desde 2004, além de outras atividades que resultam em impactos ambientais negativos, incluindo desmatamentos, queimadas, descarte de entulho, prática de cultos religiosos, entre outras.

A situação fundiária no PEXJ é bastante complexa. A área terrestre<sup>28</sup> do parque pertence em sua maioria ao domínio público (União e Estado de São Paulo) e uma pequena parte ao domínio privado. Existem na área, posseiros e uma comunidade indígena Tupi Guarani que possui posse precária e garantida por força de uma liminar<sup>29</sup>. Levantamentos realizados em 2008 para a elaboração do Plano de Manejo do PEXJ constataram ainda outras 11 ocupações no local.

Todo o setor imediatamente adjacente ao parque é densamente urbanizado, criando um forte efeito de borda promovido pela interferência antrópica em seu sistema natural. Conseqüentemente, grande parte das áreas mais exteriores ao parque são recobertas por espécies vegetais ruderais e por vegetação em estágios iniciais de sucessão. Existe, além disso, uma pressão pela ocupação interna do PEXJ que tem ocasionado a supressão de vegetação, o agravamento dos escor-

<sup>28</sup> Dos 600 ha de área terrestre do PEXJ, foram verificados 504,25 ha de terras, faltando 95,94 ha a verificar. Dos 504,25 ha discriminados: 412,15 ha são áreas de domínio público e 92,09 ha de domínio privado. Dos 412,15 ha de áreas de domínio público, foram verificados 396,63 ha pertencentes à União (incluindo Marinha e Exército) e 15,51 ha pertencentes ao Estado de São Paulo. Completam a problemática que envolve o PEXJ a existência de posseiros e de uma comunidade indígena Tupi Guarani (SMA/FF, 2010).

<sup>29</sup> Em 23 de janeiro de 2004, indígenas da etnia Tupi Guarani, oriundos de outras aldeias do litoral sul paulista (Aguapeú / Mongaguá, Itaoca / Itanhaém e Piaçaguera/Peruíbe) ocuparam áreas localizadas no interior do PEXJ (grupo de 36 pessoas, distribuídas em 3 áreas distintas, sendo que duas destas áreas estão localizadas em próprio do Estado – Gleba C e outra está localizada em próprio da União - Gleba A). Tal situação levou o Instituto Florestal a ingressar com pedido de reintegração de posse dessa área junto a Justiça Federal (Ação Civil Pública – Processo 2004.61.04.001218-4 – 4ª Vara Federal em Santos), que aguarda elaboração de laudo antropológico.

<sup>27</sup> Dos 315.390 ha do Parque, 235.595 ha (67%) são áreas pendentes de regularização fundiária.

regamentos da encosta, a alteração da paisagem e da insolação recebida na face sudoeste da encosta, a disposição de lixo e de efluentes domésticos.

Um problema bastante evidente na área da APAMLC é a deterioração das condições de vida dos pescadores artesanais e de suas famílias nas últimas décadas devido tanto à poluição das águas estuárias e marinhas como à forte concorrência da pesca industrial. Este problema deve ser tratado como uma questão prioritária, no que tange ao planejamento e à implementação de planos de desenvolvimento sustentável para área da APAMLC, uma vez que se estima que haja um universo de 10 mil pessoas que vivem direta ou indiretamente da pesca artesanal na região da Baixada Santista<sup>30</sup>.

O PESH em São Vicente possui um bom nível de preservação da vegetação natural e também não apresenta ocupações irregulares significativas. Colabora para este fato a existência de barreiras físicas naturais que dificultam o acesso ao parque. Outro fator importante é a ausência de acessos viários para a maior parte do PESH neste município.

Desde 2009, há um batalhão com 28 guardas civis ambientais municipais, conhecido como Pelotão Verde, que é o interlocutor do município com a Polícia Ambiental e ajuda a reforçar a fiscalização das áreas ambientalmente protegidas, além de combater os maus tratos praticados contra animais e coibir as ocupações irregulares nas áreas de Paratinga e Acaraú.

A zona de amortecimento do PESH concentra os estoques de terra disponíveis para a expansão urbana em São Vicente e é, portanto, o setor que apresenta o maior índice de crescimento demográfico deste município. Entre 2000 e 2010, de acordo com os dados censitários do IBGE, a população de São Vicente cresceu 9,52%. No mesmo período, sua área continental apresentou um crescimento de 26,1% (IBGE, 2012). Apesar desta expansão demográfica acelerada, a inexistência de pontes de travessia sobre o Rio Branco que interliguem diretamente os bairros da área continental de São Vicente às áreas contíguas ao PESH faz com que esta unidade de conservação esteja, momentaneamente, resguardada no que tange ao avanço da urbanização.

Em relação ao PEXJ, 50,18% (442,77 ha) de sua área estão englobados em área de recuperação extensiva, demandando, portanto, pequenas intervenções de manejo. Segundo o Plano de Manejo do PEXJ, esta unidade de conservação apresenta "grande potencial para desenvolvimento de projetos de pesquisa científica sobre os processos físicos naturais, biodiversidade, aspectos históricos e culturais, fornecendo subsídios que orientem o ordenamento territorial e políticas públicas para toda a ZA". (SMA/FF, 2010b, p. 88).

<sup>30</sup> Estimativa feita por Gefe et al. (2004) em pesquisa sobre aspectos socioeconômicos da pesca artesanal na região da Baixada Santista.

A questão da pesca é um tema primordial a ser regulamentado na área da APAMLC em face da alta produção pesqueira e da grande densidade de barcos de pesca artesanais e industriais existentes nos municípios da baixada santista. Uma questão relevante para o planejamento da atividade pesqueira seria o desenvolvimento de metodologias para o levantamento de dados estatístico-pesqueiros mais fidedignos, além de definir as diretrizes gerais de pesquisa para a APAMLC, por meio do apontamento de temas prioritários, preenchendo lacunas científicas necessárias à elaboração do Plano de Manejo e a boa gestão desta unidade de conservação.

Existe uma grande competição pelo uso e ocupação do solo no município de São Vicente que envolve a expansão de atividades mineradoras e urbanas de um lado e a proteção ao meio ambiente natural de outro. O principal instrumento adotado pela Prefeitura, no sentido de compatibilizar estes interesses divergentes, é a Lei Complementar n.º 271/1999 que disciplina o uso e a ocupação do solo de São Vicente.

A proteção ao meio ambiente encontra-se presente na Lei Orgânica do Município. O licenciamento municipal encontra-se disciplinado na Lei complementar n.º 582/2009, que faz o enquadramento de atividades passíveis de licenciamento nos arts. 5º, 6º e 13. Além disso, o município participa do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA), criado pela Lei municipal n.º 1.997/1984, com composição revista pela Lei n.º 2.474-A/2010. Esse conselho foi regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 3.334/1985. Após sua criação, não se identificou a criação de qualquer fundo municipal destinado à política ambiental local, apesar de previsto pelo art. 284 da LOM. De toda a sorte, entende-se configurada a estrutura municipal como integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

## Ocupação Urbana e Regulação Urbanística

A urbanização de São Vicente concentrou-se, mais intensamente, na área insular sobre a Ilha de São Vicente, cujo território é dividido com o município vizinho de Santos. Conforme mencionado, a maior parte do território municipal está inserida em unidades de conservação e a área efetivamente urbanizada ocupa, aproximadamente, apenas 16% do território. Contudo, apesar da pequena porção de área efetivamente urbanizada, as áreas remanescentes com potencial de ocupação<sup>31</sup> oferecem somente mais 13% para ocupação urbana no município, sendo, na região metropolitana, o município com menos área com potencial de ocupação.

<sup>31</sup> A identificação das áreas potenciais para ocupação urbana baseou-se na justaposição dos seguintes elementos: Unidades de Conservação; Reservas Particulares de Preservação Natural (RPPN); áreas com alta declividade, maior do que 45 graus; Áreas de Preservação Permanente que se encontram localizadas junto aos cursos d'água.

O ordenamento territorial em São Vicente é regulado, principalmente, pela Lei Orgânica Municipal (1990), o Plano Diretor (Lei complementar municipal nº 270/99) e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei complementar municipal nº 271/99). Leis que foram promulgadas, portanto, antes do Estatuto da Cidade. Saliente-se que alguns dispositivos pontuais da legislação municipal foram alterados após a promulgação da Lei Federal nº 10.257/01, mas não houve modificações estruturais após a consolidação do marco jurídico urbanístico em nível federal.

É necessário, portanto, promover a adequação da legislação urbanística de São Vicente ao Estatuto da Cidade e às Resoluções do Conselho Nacional das Cidades (Resolução nº 25, Resolução nº 34, Resolução Recomendada nº 83)<sup>32</sup>, especialmente no que se refere ao plano diretor cujo prazo de revisão já expirou e, de acordo com informação da Prefeitura, encontra-se em andamento o seu processo de revisão<sup>33</sup>. O plano diretor de São Vicente não traz grandes contribuições do ponto de vista da divisão do território em si. É a lei de uso e ocupação do solo que irá estabelecer a divisão do território municipal.

Considerando que São Vicente localiza-se na Zona Costeira e compõe a região metropolitana da Baixada Santista (Lei complementar estadual nº 815/1996), é fundamental a análise das regras de uso e ocupação do solo estabelecidas pela política nacional e estadual de gerenciamento costeiro. Embora ainda não tenha sido promulgado o Decreto do Governador<sup>34</sup>, há que se considerar que o Zoneamento Econômico Ecológico é instrumento da política nacional e estadual de gerenciamento costeiro, regulado pela Lei federal nº 7.661/88, Decreto federal nº 5.300/04 e na Lei estadual 10.019/98 e, como tal, poderá estabelecer importantes diretrizes de uso e ocupação do solo aos municípios integrantes da Zona Costeira.

## Dinâmica Imobiliária

A crescente presença de empreendimentos verticais nos municípios da Baixada Santista e do Litoral Norte é reflexo do crescimento dos setores imobiliários e da indústria da construção civil<sup>35</sup>. A cidade de São Vicente passa por um momento de valorização do solo urbano, em função da crescen-

te atuação do mercado imobiliário e da construção civil. Cada vez mais, empreendedores buscam áreas na cidade, tendo em vista o esgotamento de possibilidades e os altos preços do metro quadrado que estão sendo praticados na cidade vizinha, Santos.

Os processos de verticalização entre as duas cidades são bastante diferenciados. Enquanto São Vicente possui uma área ocupável restrita, Santos possui uma grande planície em sua área insular. Em São Vicente, o processo de verticalização ao longo da orla, que ocorreu a partir da década de 1950, não produziu um número comparável de imóveis de veraneio nem houve, posteriormente, um processo de ocupação dos mesmos, pela classe média vicentina, na mesma proporção que se deu em Santos<sup>36</sup>.

Aprovada em 1999 e vigente até os dias de hoje, a Lei de Uso e Ocupação do Solo de São Vicente coloca como uma de suas diretrizes o controle das densidades a serem atingidas na ocupação do solo urbano, com a finalidade de otimizar a utilização de serviços básicos e permitir o adequado assentamento populacional, através das normas de disciplinamento do solo referentes à zona em que o imóvel se situa, à categoria do uso do imóvel, os índices urbanísticos que definem a ocupação e o aproveitamento do solo e a categoria de logradouro público que dá acesso ao imóvel.

Os índices urbanísticos a serem considerados para cálculo da metragem de construção permitida são: taxa e ocupação, coeficiente de aproveitamento e os recuos mínimos. Esses índices possibilitam a verticalização de construções nas áreas mais valorizadas da cidade, ou seja, os bairros próximos à orla.

Em São Vicente se observa dois padrões de construções verticais: os empreendimentos residenciais de 03 a 04 pavimentos e os empreendimentos de maiores gabaritos, concentrados geralmente próximos à orla.

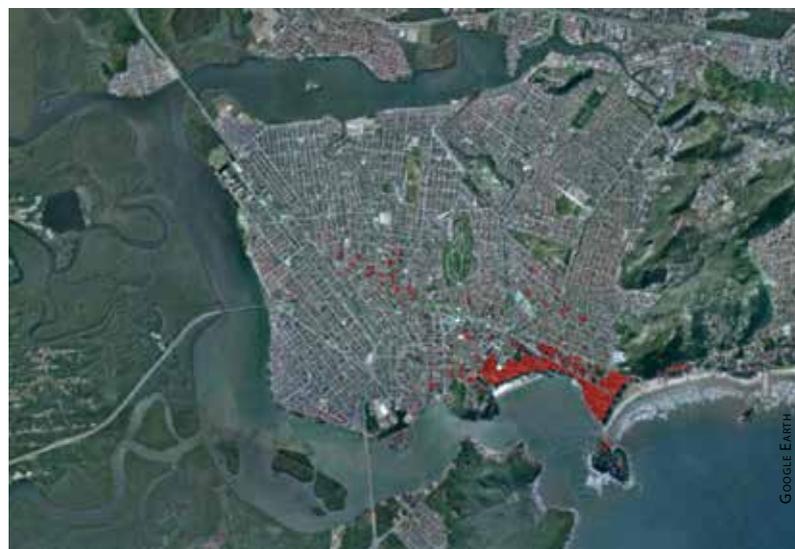


FIGURA 4  
São Vicente – Áreas com concentração de empreendimentos imobiliários verticais na área insular.

Elaboração: Instituto Polis, 2012.

<sup>32</sup> As resoluções do Conselho Nacional das Cidades estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: [http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=101&Itemid=131](http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=101&Itemid=131)

<sup>33</sup> <http://www.saovicente.sp.gov.br/noticias/visualizarnoticia.asp?ID=3191>, consulta em 28/09/2012, 12h40m.

<sup>34</sup> No dia 13 de dezembro de 2011, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) aprovou a minuta de decreto que dispõe sobre o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da Baixada Santista. Ver Deliberação CONSEMA 34/2011: [www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/deliberacoes/2011/DEL34.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/deliberacoes/2011/DEL34.pdf). Consulta e, 02/04/2012, 18h30m.

<sup>35</sup> Crescimento percebido em todo o Brasil e que está relacionado ao aumento da economia brasileira, à ampliação do crédito e das linhas de financiamento pelo Governo Federal.

<sup>36</sup> CARRIÇO, 2002

A concentração das construções verticais está presente nos bairros do Centro, Itararé, Parque São Vicente, Biquinha, Gonzaguinha, Boa Vista, nas faixas de terra próximas à orla e próximas às avenidas Presidente Wilson e Quintino Bocaiuva (Linha Amarela), que se constituem como os dois principais eixos viários da cidade. Essas áreas são valorizadas não só pela proximidade à orla, mas também pela disponibilidade de infraestrutura e equipamentos públicos no entorno.



FIGURA 5  
São Vicente – Imagem da Praia do Itararé na década de 1970 e imagem atual.

Fonte: [www.blogcaicara.com](http://www.blogcaicara.com) / [www.guiadolitoral.uol.com.br](http://www.guiadolitoral.uol.com.br)<sup>37</sup>

Em outros bairros, como Parque Bitarú e Vila Valença, os empreendimentos verticais aparecem pontualmente próximos às avenidas Frei Gaspar e Antônio Emerick, que são também importantes vias da malha urbana do município. Encontramos ainda empreendimentos verticais na Ilha Porchat, que ao longo dos anos foi atraindo moradores devido à sua localização e vista privilegiadas.

As construções mais antigas do Centro possuem valores mais acessíveis, que variam de R\$ 130 mil a R\$ 170 mil, com 01 a 02 dormitórios e metragens de unidades de 43,0m<sup>2</sup> a 46,0m<sup>2</sup><sup>38</sup>. Muitas delas estão erguidas sobre estabelecimentos de comércio e serviço, por estarem localizadas em locais em que predominam este segmento econômico.

Os bairros Parque Bitarú e a Vila Valença concentram esse padrão de empreendimento de menor gabarito nas avenidas Capitão Mor Aguiar e Quintino Bocaiuva (Linha Amarela). São empreendimentos comercializados por valores mais altos que os do centro, por estarem localizados em áreas mais valorizadas, possuem metragens de unidades maiores e apresentam maior número de vagas de automóveis. Os imóveis comercializados variam de R\$ 180 mil a R\$ 250 mil, possuem de 01 a 02 dormitórios e metragens de unidades de 65,0m<sup>2</sup> a 80,0m<sup>2</sup>, possuindo de 03 a 04 pavimentos<sup>39</sup>.

A característica dos empreendimentos que está presente em cada um desses bairros se mantém a mesma, apresentando unidades que variam de 54,0m<sup>2</sup> a 370,0m<sup>2</sup> e número de dormitórios que variam de 01 a 04. Os valores mais altos se concentram na praia do Itararé e o número de vagas de automóveis não ultrapassa 02 por unidade. É importante destacar que a principal diferença entre os edifícios novos e antigos é a presença da varanda e a metragem quadrada das unidades.

Segundo dados da Prefeitura, divulgados pelo jornal A Tribuna, em novembro de 2011, em 2010 foram aprovados 223 projetos para novos empreendimentos e, no ano de 2011, mais 242 projetos haviam sido aprovados até o mês de outubro. O ritmo de solicitações de alvarás para novas construções e ampliações também é um indicador do crescimento do setor. Ainda segundo a Prefeitura, em 2010 foram expedidos 373 alvarás e, em 2011, 381 até o mês de outubro. Percebe-se, portanto, que apesar de ainda tímido, o ritmo de crescimento de novos lançamentos vem aumentando e que, apesar de ser um índice menor do que os municípios de Santos, Praia Grande e Guarujá, a cidade de São Vicente também se inclui entre os municípios estratégicos de crescimento do setor imobiliário.

Segundo um estudo elaborado pelo Secovi-SP e a Robert Zarif Assessoria Econômico Ltda, entre março de 2009 e março de 2012, foram lançadas em quatro municípios da Baixada Santista (Santos, São Vicente, Guarujá e Praia Grande) 14.270 unidades verticais, sendo que o maior número de lançamentos foi no município de Santos, com 7.707 unidades, representando 54% do total de unidades lançadas. Observa-se na tabela abaixo que logo atrás de Santos, aparece o município de Praia Grande com 5.360 unidades verticais lançadas, em seguida o município de Guarujá, com 858 unidades, e, por último, São Vicente, com 345 unidades verticais lançadas. O estudo aponta ainda que, somente entre os anos de 2011 e 2012, foram lançadas 5.665 unidades verticais nos quatro municípios.

<sup>37</sup> Acesso em Julho/2012.

<sup>38</sup> Pesquisa realizada em Rodrigues Imobiliária ([www.rodriguesimobiliaria.com.br](http://www.rodriguesimobiliaria.com.br)) Acesso em Julho/2012.

<sup>39</sup> Pesquisa realizada em Rodrigues Imobiliária ([www.rodriguesimobiliaria.com.br](http://www.rodriguesimobiliaria.com.br)) Acesso em Julho/2012.

	Santos	São Vicente	Guarujá	Praia Grande	Total
<b>1 dormitório</b>	1.558	36	16	812	2.422
<b>1 dormitório econômico</b>	0	0	0	146	146
<b>2 dormitórios</b>	2.790	209	256	2.937	6.192
<b>2 dormitórios econômicos</b>	0	0	0	170	170
<b>3 dormitórios</b>	2.431	100	552	1.232	4.315
<b>4 dormitórios</b>	928	0	34	63	1.025
<b>Total</b>	<b>7.707</b>	<b>345</b>	<b>858</b>	<b>5.360</b>	<b>14.270</b>

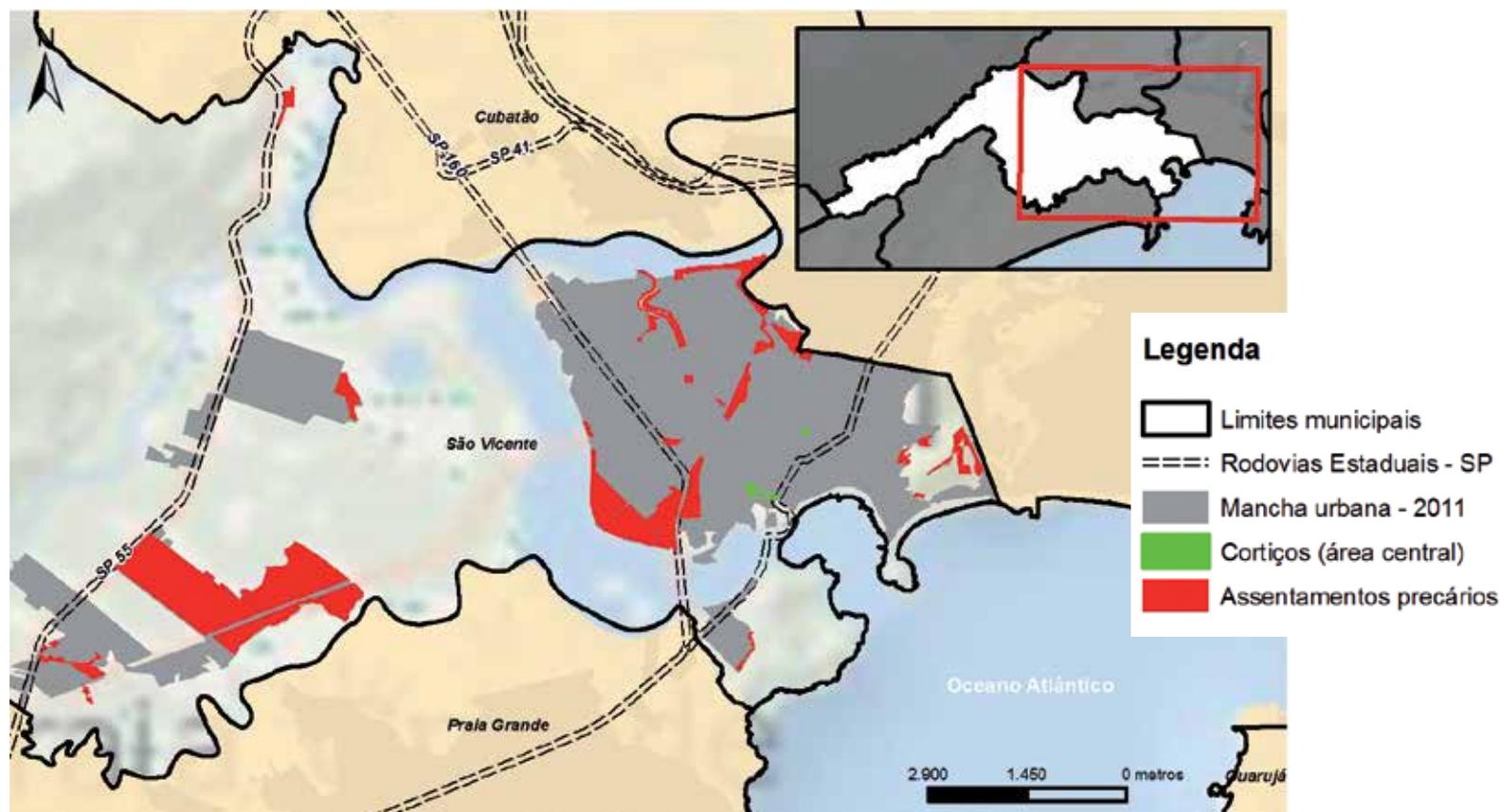
TABELA 5  
Unidades verticais lançadas de 2009 a 2012.  
Fonte: Estudo do Mercado Imobiliário da Baixada Santista, 2012.

O processo de verticalização de São Vicente ocorreu concomitantemente com a vizinha Santos, porém sempre com menor intensidade. Um dos motivos estaria relacionado ao fato de o município ter exercido historicamente um papel de coadjuvante frente ao desenvolvimento de Santos. Esse quadro, no entanto, tende a se alterar uma vez que o território de Santos está cada vez mais saturado com a constante valorização de seu solo urbano. Sendo assim, São Vicente pode se tornar um dos destaques no processo do crescimento do mercado imobiliário na região.

## Precariedade Habitacional e Regularização Fundiária

São Vicente apresenta um desequilíbrio social na distribuição da população em seu território, sua organização espacial apresenta nítidos contornos e limites socioeconômicos com clara divisão da cidade por faixas de renda. Esse desequilíbrio aponta a classe social de média e alta renda habitando áreas valorizadas próximas à orla da praia, privilegiada pela presença satisfatória de infraestrutura urbana. No entanto, as famílias de baixa renda estão distribuídas em áreas periféricas, tanto na área insular quanto na área continental do município, onde a presença de infraestrutura é precária e muitas vezes inexistente.

Foram identificados no município 39 assentamentos precários<sup>40</sup>, sendo 13 favelas, 25 loteamentos irregulares e 01 assentamento rural (Núcleo Acaraú), totalizando 27.266 domicílios. Destes, 60% encontra-se na porção insular, distribuídos em 23 assentamentos e 40% em 15 núcleos na área continental<sup>41</sup>.



MAPA 3  
São Vicente – Distribuição dos Assentamentos Precários e Cortiços, 2009  
Fonte: PLHIS, Prefeitura Municipal de São Vicente, 2009

<sup>40</sup> A metodologia de identificação dos assentamentos e quantificação dos domicílios em favelas e loteamentos irregulares seguiram as seguintes fontes e bases metodológicas para coleta de dados: cadastros socioeconômicos existentes; levantamentos planialtimétricos e aerofotogramétricos, contagem in loco de moradias em alguns casos; estimativa através do método de "densidade comparada"; caracterização física e socioeconômica contratada no caso do assentamento em área rural. A tabela dos assentamentos encontra-se no Relatório Completo do Município.

<sup>41</sup> PLHIS, 2009.

Os assentamentos precários identificados concentram-se em áreas bem demarcadas no município, notadamente em bairros periféricos, em bairros da área continental do município e nos morros na divisa com o município de Santos, com ocorrências isoladas em outras áreas da cidade. Esses assentamentos localizam-se em áreas periféricas, beirando córregos e APPs e ocupando áreas de risco.

Exemplos de ocupação em palafitas são os núcleos Dique Caixeta, Dique Piçarro, Dique Pompeba e Dique Fátima, localizados no bairro Jóquei Clube. Nesse tipo de ocupação, a infraestrutura é precária e quase inexistente e os acessos se dão através de vielas construídas com tábuas de madeira. Os moradores estão sujeitos às oscilações das marés e, muitas vezes, são surpreendidos pelas inundações e corrosões das fundações, vivendo de forma precária e acelerando o processo de degradação ambiental do local. As famílias convivem ainda com a umidade, a insalubridade e os riscos à saúde, como doenças respiratórias, de pele e as infecções decorrentes das águas contaminadas.



FIGURA 6  
São Vicente – Dique Caixeta e suas ocupações em palafitas, 2009  
Fonte: PLHIS, 2009

As ocupações em morros e encostas são outro tipo de ocupação presente no município. Essas ocupações são identificadas como áreas de risco, pois estão sujeitas a escorregamentos. As construções se localizam no topo e no pé dos morros e são construções de alvenaria e de madeira erguidas precariamente. Muitas delas possuem abastecimento de água, pavimentação e energia elétrica, porém registram a falta de esgotamento sanitário. A ocupação dos morros é antiga e com o passar dos anos e a pressão dos ocupantes, o poder público acabou levando algumas intervenções pontuais. Segundo dados do Plano Municipal de Redução de Riscos elaborado pela Prefeitura Municipal, em 2009 foram identificados em São Vicente 12 setores de risco, em núcleos como Morro da Asa Delta, Clube Itararé, Carrefour e Bananal.



FIGURA 7  
São Vicente – Ocupações nos morros e habitações no morro Clube Itararé, 2005.  
Fonte: Google Earth, 2010/AGEM, 2005.

Do total dos assentamentos precários, 16 núcleos possuem ocupações em palafitas<sup>42</sup> e 4 estão inseridos nas áreas dos morros (áreas de risco). Quanto à situação fundiária, dos 38 assentamentos situados em área urbana, 13 estão em áreas de titularidade pública, 18 em terrenos de propriedade particular e 07 ocupam áreas mistas (particular e pública).

Quanto às intervenções já realizadas pelo poder público<sup>43</sup>, parte dos núcleos já recebeu algum tipo de intervenção, sejam pequenas ações pontuais ou maiores ações de urbanização. Do total de assentamentos, 03 núcleos estão em processo de reassentamento, 03 em processo de urbanização, 13 receberam intervenções pontuais, 02 estão parcialmente urbanizados e 17 não receberam nenhum tipo de intervenção.

Foram identificados cortiços<sup>44</sup> na área central de São Vicente, alguns estavam registrados na Prefeitura como pousadas, mas as condições de precariedade habitacional os caracterizam como cortiços. Segundo a SEURB foram identificados, em 2008, oito imóveis abrigando 186 habitações coletivas de aluguel, assim distribuídas: 89 em “pousadas”, 13 em edificações unifamiliares compartilhadas e 84 em edificações em fundos de lotes regulares.



FIGURA 8  
São Vicente – Cortiços no centro, 2009  
Fonte: PLHIS, 2009

De acordo com dados do Censo 2010, em São Vicente foram identificados 27 setores censitários classificados como aglomerados subnormais<sup>45</sup>, somando 24.067 domicílios (23,66% do total de domicílios ocupados).

De acordo com o PEH<sup>46</sup> (ainda em fase de elaboração), o município de São Vicente está enquadrado na tipologia A.1, com precariedade habitacional grave e intensa atividade econômica com crescimento populacional, juntamente com os municípios de Cubatão e Guarujá. Vale ressaltar que todos os municípios da RMBS estão enquadrados no Grupo A, caracterizados como sendo municípios de atenção para a política habitacional.

São Vicente concentra grandes bolsões de pobreza e, conseqüentemente, de precariedade habitacional grave. Ao mesmo tempo, o governo municipal possui histórico de realização de intervenção em assentamentos precários, a partir do final da década de 90, tendo como o mais conhecido, as intervenções voltadas à urbanização e regularização fundiária da favela México 70. Outros projetos em execução são: Projeto Jóquei Bairro Cidadão, Sá Catarina de Moraes e o Programa de Regularização Fundiária Sustentável<sup>47</sup>.

O município tem avançado consideravelmente na melhoria das condições de habitabilidade das populações ocupantes de assentamentos precários, através das ações integradas de urbanização e regularização fundiária que tem desenvolvido. No entanto, é necessário ampliar o atendimento dos núcleos de assentamentos precá-

<sup>42</sup> Um dos tipos de ocupação predominante no município, com suas construções em madeira suspensas nas áreas alagadiças.

<sup>43</sup> No Relatório Completo, no capítulo que trata da Habitação e Regularização Fundiária, é apresentada uma tabela com o conjunto de intervenções já realizadas nas áreas de assentamentos precários.

<sup>44</sup> Cortiços são domicílios permanentes, onde coabitam diversas famílias em uma mesma residência.

<sup>45</sup> O IBGE classifica setores censitários com no mínimo 51 domicílios como aglomerados subnormais. Trata-se de uma aproximação, ainda que imprecisa e subdimensionada, do universo de assentamentos precários. São setores censitários com concentração de domicílios sem acesso a serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2010).

<sup>46</sup> O PEH construiu uma tipologia para classificar os municípios do Estado de São Paulo a partir das necessidades habitacionais e do PIB municipal de 2006. Os municípios foram classificados segundo os tipos A, B, C, D e E, sendo que os do tipo A devem receber atenção especial dentro da política habitacional

<sup>47</sup> No Relatório Completo do Município, no item 10.3 - Promoção pública de habitação de interesse social, encontra-se detalhada as intervenções de cada um dos projetos aqui citados.

rios. Atualmente, estão sendo atendidos os Projetos México 70, Jôquei Clube, Sá Catarina e 09 núcleos de assentamentos precários, enquanto o Programa de Regularização Fundiária atende 05 áreas: Rio D'ávó, Quarentenário, Comeca, Ponte Nova e Rio Branco.

O município apresenta 38 assentamentos precários e, portanto, apesar dos bons resultados dos trabalhos desenvolvidos nas áreas citadas anteriormente, o alcance das ações ainda está aquém do necessário, no sentido de que há no município outros núcleos que ainda não receberam intervenções ou as receberam apenas pontualmente. Ampliar os recursos municipais para o atendimento dos assentamentos precários é fundamental para aumentar o poder de captação junto ao governo federal para as diversas ações, uma vez que o repasse desses recursos depende da disponibilidade de recursos municipais a ser complementado como contrapartida. Cabe registrar ainda, a necessidade de criação de projetos específicos voltados ao atendimento das famílias encorajadas, identificadas pelo PLHIS.

## Saneamento Ambiental

A área insular do município de São Vicente, desde o início do século passado, teve os serviços de saneamento implantados de forma conjunta aos da área insular de Santos. Quando foi implantado o plano de saneamento pelo governo estadual, a partir de 1905, o território vicentino não foi inteiramente abrangido pelos sistemas de saneamento construídos, contudo, em função da disponibilidade hídrica abundante de Cubatão, situado entre a Serra do Mar e a Ilha de São Vicente, o sistema de abastecimento de água da área insular foi implantado de forma integrada ao do distrito.

Em 1969, foi criada a Companhia de Saneamento da Baixada Santista (SBS), empresa estadual que absorveu estes serviços<sup>48</sup> e que posteriormente foi encampada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), criada em 1973, e que opera estes sistemas até hoje.

Cumprido ressaltar, que o tema saneamento assume uma dimensão mais ampla na atualidade, considerando-se saneamento ambiental o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar a salubridade ambiental por meio de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, drenagem urbana, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural.

A seguir, apresentamos as principais características e desafios para a melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos.

### ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Atualmente, Cubatão e as áreas insulares dos municípios de Santos e São Vicente compartilham um sistema integrado de abastecimento de água, no qual não existem unidades produtoras individualizadas (SABESP, 2011, p.12)<sup>49</sup>.

Os dois sistemas produtores em operação na Região Centro<sup>50</sup> são o Pilões<sup>51</sup>, que utiliza como mananciais o rio Pilões, o ribeirão Passareúva e o Cubatão<sup>52</sup>, que utiliza as águas do rio Cubatão e a reversão do Alto Tietê através da represa Billings, cujas águas são turbinadas pela Usina Henry Borden, situada em Cubatão.

<sup>48</sup> A nova empresa absorveu, também, o Distrito de Obras Sanitárias de Guarujá.

<sup>49</sup> Estes municípios compartilham barragens, sistemas de captação, de adução de água bruta, de tratamento e de adução de água tratada, mesmo os sistemas de reservação e de distribuição destes municípios possuem algumas unidades que operam de forma integrada.

<sup>50</sup> O Plano Diretor de Abastecimento de Água da Baixada Santista dividiu a Baixada em três regiões para efeito do estudo dos sistemas de abastecimento de água: Sistema Sul, Centro e Norte.

<sup>51</sup> O Sistema Produtor Pilões (ETA-1 Pilões), embora seu sistema de tratamento tenha sido concebido com uma capacidade nominal de 600,0 l/s, opera com vazões em torno de 500 l/s, devido às restrições na adução de água tratada.

<sup>52</sup> O Sistema Produtor Cubatão (ETA-3 Cubatão), o mais importante da Baixada Santista, entrou em operação em 1964, com uma capacidade de 1,0 m<sup>3</sup>/s e vem sofrendo seguidas ampliações. Atualmente, este sistema opera com sobrecarga, captando e tratando regularmente vazões entre 3,5 e 4,1 m<sup>3</sup>/s.

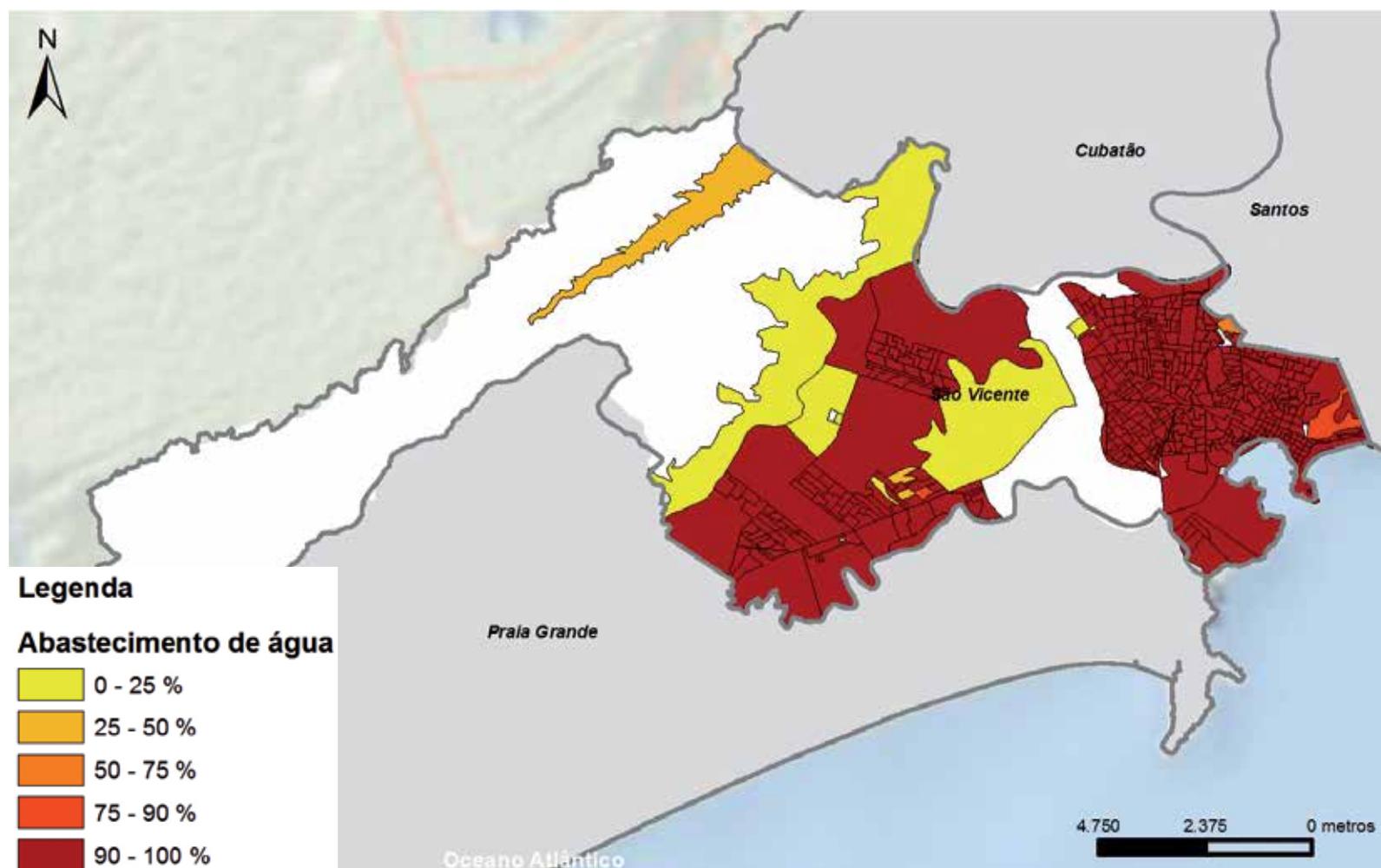
A regulamentação da política habitacional no município é tratada de forma esparsa em diversos diplomas legais e, apesar de o município contar com Conselho e Fundo Municipal de Habitação, a regulamentação da política habitacional tem lacunas importantes como: a não regulamentação dos instrumentos da regularização fundiária, o estabelecimento de um conceito incompleto das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) e a não instituição do Plano Municipal de Habitação, imprescindível para adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

A Lei de Uso e Ocupação do Solo procura suprir a necessidade de regulamentação das ZEIS por meio do estabelecimento entre as categorias de uso da ZHIS (Zona de Habitação de Interesse Social), se limitando ao objetivo de estabelecer um zoneamento sobre áreas ocupadas por população de baixa renda, com o objetivo de determinar sua regularização fundiária.

O município de São Vicente, em sua área insular e os bairros do continente situados ao sul da área central são atendidos pelo Sistema Centro de Abastecimento de Água (Sistema Integrado de Santos, São Vicente Insular e Cubatão). A porção oeste da área continental é atendida pelo Sistema Produtor Itu<sup>53</sup>.

Em relação ao abastecimento de água, a área insular de São Vicente possui uma condição de quase universalização da rede. À exceção das áreas do antigo lixão do Sambaiatuba (na faixa entre 50% e 75%); onde não há ocupação residencial; a noroeste da Cidade Náutica, ocupada por um clube social e esportivo (faixa entre 0% e 25%) e a área do Morro do Itararé<sup>54</sup>, em que a faixa encontra-se entre 75% e 90%.

Na área continental, os bairros do Japuí e Prainha contam com cobertura total, mas algumas áreas situadas a noroeste não possuem atendimento integral. São elas: os setores onde o padrão de ocupação é extremamente rarefeito e com características rurais, setor do vale do Rio Cubatão (faixa entre 25% e 50%) e o setor ao norte do Rio Branco (faixa entre 0% e 25%). O setor ao norte da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, onde se localiza o Presídio e um estabelecimento industrial e não existem assentamentos residenciais, encontram-se na faixa entre 0% e 25%; a área situada entre o Rio Mariana e a Via Angelina Pretti da Silva, sem qualquer tipo de ocupação (faixa entre 0% e 25%); os quatro setores situados entre o Jardim Rio Branco e a área anteriormente mencionada, na Avenida Quarentenário, possuem: um com cobertura entre 0% e 25%, dois com cobertura entre 25% e 50%, e um com cobertura entre 75% e 90%.



MAPA 4  
Percentuais de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água, segundo setores censitários.

Fonte: Censo Demográfico 2010, IBGE. Elaborado por Instituto Pólis.

É importante ressaltar que as ocupações mais recentes em palafitas são consideradas “não atendíveis” pela SABESP e não provocaram mudanças na classificação dos setores onde estão localizadas, sobretudo ao longo dos rios e dos canais estuarinos, na área insular do município. De qualquer forma, a existência de setores com índice de atendimento inferior à faixa superior, assim como áreas em que a SABESP se declara impedida de prover o serviço de abastecimento de água, demonstra que ainda não existe a universalização de atendimento em São Vicente, apesar do nível de cobertura ser considerado bom, em comparação com outros municípios do litoral.

<sup>53</sup> O Sistema Itu, integrante do Sistema Sul de abastecimento dos municípios situados ao sul da RMBS, possui déficits relevantes e, por isso, recebe reforço dos sistemas Melvi (Praia Grande) e Centro (Sistema Integrado de Santos, São Vicente Insular e Cubatão).

<sup>54</sup> Nesta área, o atendimento provavelmente é limitado em função das restrições ambientais; há inadequação da ocupação com relação ao Plano Municipal de Redução de Riscos, à Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo e ao Código Florestal.

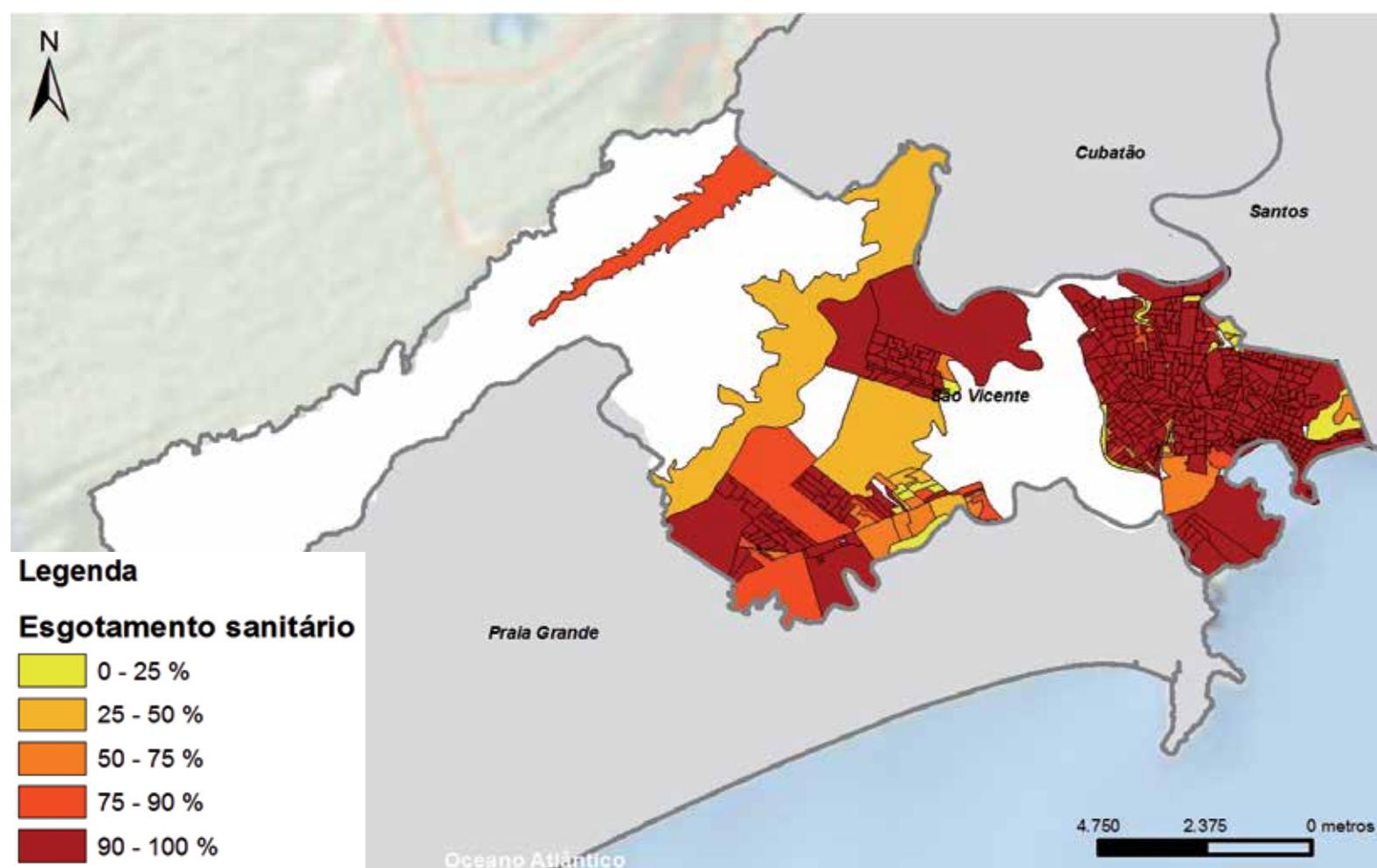
## ESGOTAMENTO SANITÁRIO

A área insular do município e a porção sul de sua área continental<sup>55</sup>, desde o início do século passado, tiveram os serviços de saneamento implantados de forma conjunta aos da cidade de Santos. Atualmente, o sistema de esgotamento desta porção do município é conduzido em comum à Estação de Pré-Condicionamento (EPC), situada no bairro do José Menino (Santos), que realiza tratamento primário para posterior disposição oceânica, via emissário submarino.

Por sua vez, a porção oeste da área continental tem seus esgotos conduzidos para duas unidades de tratamento, localizadas nos bairros de Samaritá e Humaitá. Esse sistema tem um total de 289,0 km de rede coletora e 53.651 ligações totais.

Segundo dados do Censo Demográfico 2010, em relação à cobertura do sistema de coleta e tratamento de esgoto de São Vicente, observa-se que a área insular e a porção sul da área continental do município possuem condições de atendimento melhores, em comparação com a porção oeste da área continental. Contudo, na área insular e porção sul da área continental, sobretudo as áreas com urbanização consolidada encontram-se na faixa superior de atendimento, entre 90% e 100%.

Verifica-se um atendimento desigual na área urbanizada do município e, embora a deficiência na oferta desses serviços seja pequena, as áreas que possuem menor atendimento (de 0 a 25% e 25 a 50%) frequentemente coincidem com assentamentos precários, ainda que nessas áreas o déficit não seja uniforme.



MAPA 5  
Percentual de domicílios ligados à rede de esgoto ou pluvial, segundo setor censitário  
Elaboração Instituto Pólis

Na área insular, em áreas de palafitas sobre manguezais e nas encostas do Morro do Itararé, o atendimento provavelmente é limitado em função das restrições ambientais e de zoneamento, que demandam processos de regularização fundiária e urbanística, que nem sempre possibilitam a fixação da população.

Na porção oeste da área continental do município, a maior parte dos núcleos Humaitá, Parque Continental, Parque das Bandeiras, Vila Nova São Vicente, Jardim Rio Branco e Samaritá, além de grandes setores em áreas não urbanizadas ou com ocupações não residenciais, situadas ao longo da marginal a oeste da rodovia Padre Manoel da

<sup>55</sup> A porção sul da área continental de São Vicente compreende os bairros Japuí e Parque Prainha.

Nóbrega e de pequeno setor ao sul do Quarentenário, possuem cobertura na faixa superior, entre 90% e 100%, mas vários outros setores não possuem atendimento integral, de acordo com a mesma fonte<sup>56</sup>.

O município possuía um total de 101.697 domicílios ocupados com residentes fixos<sup>57</sup>, dentre os quais 86,6% tinham banheiros e estavam conectados à rede coletora de esgoto ou de águas pluviais e 4,77% utilizavam fossas sépticas. Observa-se na porção oeste da área continental de São Vicente, o uso de fossas em algumas áreas com ocupação esparsa ou como solução para construções não residenciais em pequena escala, sobretudo na várzea do Rio Branco e na grande área praticamente sem ocupações, situada entre a rodovia Padre Manoel da Nóbrega e o Rio Mariana.

É possível considerar que a atual prestação dos serviços no município é satisfatória (DAEE, 2010b, p.51), embora na porção oeste da área continental e em áreas de assentamentos precários, sobretudo em favelas onde predominam palafitas e na área do Morro do Itararé, a universalização ainda esteja distante, pois depende da regularização urbanística e fundiária ou da remoção de famílias das áreas consideradas “não atendíveis” pela SABESP<sup>58</sup>, em função de restrições legais à sua fixação. O sistema de São Vicente atingirá a universalização em 2020<sup>59</sup>, continuando desta forma até o final do plano, em 2039 (DAEE, 2010b, p.51).

As obras previstas pelo programa Onda Limpa com impacto para o município referem-se ao destino final dos esgotos, integrado com a cidade de Santos. Os maiores investimentos, quase 50%, são relativos aos sistemas de tratamento, sendo a adequação da EPC para transformá-la em uma estação de tratamento de esgotos (ETE)<sup>60</sup>.

Outro importante indicador da qualidade do saneamento básico, no caso de municípios litorâneos como São Vicente, é a qualidade das praias, aferidas pelos índices de balneabilidade<sup>61</sup>. Segundo a CETESB (2012, p.84), no município são monitorados seis

pontos de amostragem localizados em seis praias: Divisa, Itararé, Ilha Porchat, Milionários, Gonzaguinha e Prainha. De acordo com esta fonte, em 2011 não houve praias na condição de 100% Imprópria, como ocorreu em anos anteriores, contudo a situação da balneabilidade no município ainda é ruim.

De acordo com o relatório (CETESB, 2011, p.88), em São Vicente, além das praias, foram amostrados também oito cursos d’água no primeiro semestre e sete no segundo. A comparação com o ano de 2010 mostra que não houve nenhuma melhora na qualidade dessas águas no período, com 100% de não atendimento à legislação, inferior a 1.000 UFC de coliformes termotolerantes em 100 ml de água.

#### DRENAGEM URBANA

O sistema de drenagem de São Vicente pode ser caracterizado segundo sua localização na área continental e insular. Na área insular se encontram estruturas de drenagem implantadas e outras em fase de reformulação, inclusive com implantação de sistemas de proteção com comportas e bombeamento.

A área insular, com exceção dos morros dos Barbosas, Itararé, Voturuá e Ilha Porchat, possui baixa declividade, o que resulta em um significativo obstáculo para a drenagem urbana, agravado pela elevação das marés com amplitudes consideráveis, em um contexto de elevado nível de lençol freático.

De modo geral, em toda a área insular, as condições de drenagem também são bastante afetadas pela ocupação desordenada, ocorrida sobretudo após a década de 1960, quando São Vicente, como já apontado, passou a absorver grande contingente populacional em função da migração de famílias de baixa renda decorrente da industrialização de Cubatão; do custo mais alto da habitação em Santos, resultando em expressiva migração de famílias deste município para São Vicente.

Esta área do município, bastante plana, recebe parte das águas da vertente oeste do maciço central de morros da Ilha de São Vicente. Este aporte de águas, em uma região com alto índice pluviométrico, também é agravado pela saturação da ocupação desta área de planície, com relevante índice de impermeabilização dos lotes. Em grande parte da área insular, as cotas de nível são muito baixas, sendo comum a ocorrência de enchentes até mesmo em dias ensolarados, em função do nível da preamar.

Neste contexto, a drenagem urbana é muito prejudicada pelas ocupações com aterros e palafitas implantados sobre os cursos d’água que drenam a planície, cuja velocidade de escoamento já era naturalmente baixa. Ao norte desta área, na década de 1950, foi implantado um sistema de diques, como o

<sup>56</sup> A área situada a leste da Vila Ponte Nova, junto ao Rio Mariana, apresenta setores nas três faixas intermediárias de atendimento, mas a mesma não possui ocupação urbana, nem qualquer núcleo com características rurais.

<sup>57</sup> Esse conjunto não inclui os domicílios de uso ocasional, comumente utilizados para veraneio durante fins de semana, feriados e férias.

<sup>58</sup> A SABESP define a cobertura do sistema pelo número de imóveis em cujos logradouros deve haver rede de esgotos à disposição para ligação dos interessados, ainda que estas não estejam consolidadas.

<sup>59</sup> Em função das razões apontadas acima, contudo, esta meta depende de projetos de regularização fundiária e urbanística e da produção de moradias, inclusive para áreas onde não é possível a fixação das famílias.

<sup>60</sup> Segundo informações do Departamento de Controle de Poluição, da Secretaria de Meio Ambiente de São Vicente, há discussões entre SABESP e Prefeitura, no sentido de implantar a nova unidade de tratamento no município.

<sup>61</sup> Segundo os critérios estabelecidos na Resolução Conama nº 274/00, vigente desde janeiro de 2001, as praias são classificadas em relação à balneabilidade, em duas categorias: Própria e Imprópria, sendo que a primeira reúne três categorias distintas: Excelente, Muito Boa e Satisfatória

do Sambaiatuba, do Piçarro e do Pompeba, cuja manutenção foi abandonada nas décadas seguintes.

Estas áreas foram objeto de ocupação por assentamentos precários, o que dificultou ainda mais a manutenção das vazões de drenagem. Para agravar ainda mais a situação, é comum a ocupação de palafitas na foz dos cursos d'água, impedindo a plena descarga das águas no estuário de São Vicente.

Na verdade, as ocupações sobre canais de drenagem estão exigindo um grande esforço, por parte da Prefeitura, no sentido de realização de obras de urbanização e drenagem, articuladas com projetos habitacionais de regularização fundiária e urbanística, que também implicam em remoções para outras áreas de São Vicente.

Na área central do município, um dos principais corpos d'água, o Rio Sapeiro, também conhecido como Sapateiro, que drena grande parte da bacia do Catiapoã, do Centro e do Gonzaguinha, teve suas águas inteiramente conduzidas por galerias, vindo a apresentar, ao longo dos anos, recorrentes enchentes em função do dimensionamento inadequado, do traçado irregular e da falta de manutenção das galerias.

Na porção oeste da área continental, cuja ocupação é mais recente, porém menos organizada e com disponibilidade de espaço para expansão urbana, encontram-se estruturas de drenagem implantadas e outras a serem executadas conforme os Projetos de Macrodrenagem da Área Continental, elaborados pela DRA CONSULT, em 2002.

O projeto de macrodrenagem em desenvolvimento pela Prefeitura de Santos, denominado "Santos Novos Tempos", deve considerar o aporte de água originado da bacia do canal da Avenida Minas Gerais, em São Vicente. Por sua vez, é imprescindível que no plano de macrodrenagem de São Vicente seja considerada a gestão compartilhada da bacia K3 e que no processo de controle da ocupação desta área do município sejam asseguradas estratégias visando garantir a permeabilidade dos terrenos e lotes nesta área, de forma a não agravar as condições de drenagem a jusante, na Zona Noroeste de Santos.

No que tange à gestão dos sistemas de macro e microdrenagem, a gestão do manejo de águas pluviais e da drenagem no município é realizada sob a coordenação da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos (SEOSP), responsável pela macrodrenagem e pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Manutenção Viária (SEDUR), responsável pela microdrenagem. Essa gestão se articula com outras secretarias municipais e com a Companhia de Desenvolvimento de São Vicente (CODESAVI) que desempenha funções diretamente ligadas à drenagem urbana, tais como, gerenciamento da execução de

obras e serviços, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com o desenvolvimento econômico-social e urbanístico, além de gerenciamento das atividades de coleta de resíduos urbanos.

## RESÍDUOS SÓLIDOS

A gestão de resíduos sólidos em São Vicente é realizada diretamente pela Prefeitura, através das seguintes Secretarias: Meio Ambiente (SEMAM), responsável pelo planejamento das ações, pela gestão ambiental local (incluindo a educação ambiental); Saúde, responsável pelo gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS); Assistência Social (SEAS), responsável pelo acompanhamento e atendimento das demandas sociais dos/as catadores/as de material reciclável e, por fim, pela CODESAVI, que atua diretamente no gerenciamento da execução de obras e de serviços públicos, bem como no acompanhamento e na supervisão das atividades de coleta de resíduos sólidos urbanos. Atuando em outra frente igualmente importante, a Subprefeitura da Área Continental (SUPAC) responde pelas atividades de remoção de resíduos da construção depositados irregularmente em vias e canais, assim como em mutirões de limpeza periódicos na área continental.

A prestação dos serviços é terceirizada<sup>62</sup>, realizada pelo consórcio formado entre as empresas Lara e Termaq. O tratamento e a disposição final destes resíduos estão a cargo da empresa SILCON, localizada no município de Mauá/SP.

Assim como identificado em outros municípios do litoral paulista, a divisão de tarefas, competências e atribuições entre diferentes órgãos gestores locais ainda não se configurou como um desenho político-administrativo que garanta efetividade na gestão de resíduos sólidos. Isso porque o planejamento das ações (elaborado por setores como Planejamento ou Meio Ambiente) nem sempre é compreendido e aplicado pelo setor responsável pela execução dos serviços ou supervisão e controle dos contratos, não sendo incorporadas às diretrizes constantes dos planos.

Segundo o PLANSAN (2009), a geração diária de resíduos sólidos urbanos no município é de 380 toneladas, o que representa aproximadamente 1,1 kg/hab/dia. Seria coletado um total de 11.570 toneladas por mês.

O aumento significativo dos resultados da coleta de resíduos sólidos urbanos (somatória dos resíduos domiciliares e dos oriundos da limpeza urbana) deveu-se à melhoria e ampliação dos serviços prestados no município. A coleta de resíduos sólidos passou a ser realizada em todo o território municipal, incluindo as áreas de difícil acesso, como as áreas ocupadas por habitações subnormais.

<sup>62</sup> Os serviços prestados contemplam a coleta, transporte, transbordo e disposição final de resíduos sólidos domiciliares, bem como a coleta e o transporte de RSS.

As ações de limpeza urbana em São Vicente compreendem os serviços de varrição, capinação e roçagem, bem como os relacionados à limpeza de praias, de feiras livres e dos sistemas de drenagem e são realizados diretamente pela CODESAVI, sendo os únicos serviços não terceirizados. Para apoiar a limpeza das praias, foram instalados contêineres por toda a orla (calçada da praia), onde são depositados os resíduos gerados pelos frequentadores, com recolhimento periódico.

Em São Vicente, o gerenciamento de resíduos da construção civil é disciplinado por uma lei municipal (Lei Complementar nº 618/2010). A CODESAVI executa a remoção de resíduos depositados irregularmente nas vias e nos logradouros públicos, por meio de solicitações encaminhadas ao Serviço de Atendimento ao Munícipe (SAM). Existe um local apropriado para destinação destes resíduos, pertencente à iniciativa privada e localizado na divisa com o município de Praia Grande.

A coleta dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) é realizada pelo consórcio de empresas Lara-Termaq e contempla toda a rede municipal de saúde, bem como os estabelecimentos privados da área de saúde (clínicas veterinárias, consultórios odontológicos, laboratórios de análises clínicas) e os comerciais, cujas atividades são semelhantes (farmácias e drogarias). Entretanto, o município não promove cobrança específica por estes serviços prestados para os estabelecimentos privados. Foram identificados e cadastrados 145 pontos de coleta no município (PLANSAN, 2009). Após a coleta, os resíduos são encaminhados para tratamento por incineração, no município de Mauá/SP (pela empresa SILCON).

Até 2002, São Vicente dispôs seus resíduos em área localizada no conhecido Dique do Rio Cachetas ou Vazadouro do Sambaiatuba<sup>63</sup>. Quando o local foi desativado, o município passou a dispor seus resíduos no aterro sanitário da empresa Lara, localizado no bairro de Sertãozinho, em Mauá/SP, distante cerca de 70 quilômetros de São Vicente.

Visando otimizar as viagens dos caminhões coletores, foi implantada uma unidade de transferência de resíduos (Estação de Transbordo) em parte de área localizada no antigo lixão. A transferência dos resíduos<sup>64</sup> é feita a partir dos veículos coletores para veículos de maior capacidade, reduzindo o número de viagens até

<sup>63</sup> Segundo informações constantes em [www.codesavi.com.br](http://www.codesavi.com.br): "o lixão do Sambaiatuba (Vazadouro do Sambaiatuba) operou por mais de 30 anos recebendo resíduos de diferentes fontes. Por tratar-se de área de manguezal, a existência do vazadouro agravava ainda mais os problemas ambientais devido à importância desse ecossistema e à proximidade com o lençol freático. Localizava-se em uma área de 47.268,22 m<sup>2</sup> ou 4,7 hectares, com um perímetro de aproximadamente 1.125 metros e altura de 17 metros".

<sup>64</sup> Este serviço, assim como o controle qualitativo e quantitativo (os resíduos são pesados para quantificação e medição dos serviços prestados pela empresa terceirizada) dos resíduos movimentados na Estação de Transbordo, é realizado pela empresa terceirizada sob supervisão da CODESAVI.

a unidade de disposição final. A transferência é feita em um pátio, onde há a deposição do material do caminhão coletor diretamente no solo, porém em área descoberta, para posterior carregamento nos veículos de maior porte por máquinas retroescavadeiras.

Esta não é a melhor técnica para transferência de resíduos em unidades desta natureza, pois a deposição no solo permite que os líquidos gerados no processo de decomposição da fração orgânica escoem por este piso, demandando limpeza e higienização constantes. Segundo informações contidas na CODESAVI, há sistema de drenagem na unidade de transbordo, sendo que todo este sistema é limpo constantemente, sendo mantidas as condições funcionais.

Portanto, apesar de ter havido a recuperação ambiental do local, as condições de operação do transbordo podem ser classificadas como precárias e impactantes ao ambiente e à saúde humana, já que a área operacional do transbordo está localizada de forma contígua à central de triagem de materiais recicláveis.

Os serviços de coleta seletiva cobrem toda a cidade, são realizados pela COOPERCIAL em parceria com a Prefeitura e envolvem cerca de 160 cooperados. A coleta seletiva em São Vicente, realizada no modelo porta a porta, atinge o índice aproximado de 12% do total de resíduos gerados na cidade<sup>65</sup>. Existe coleta diferenciada na orla marítima voltada ao recolhimento do coco pós-consumo, com lixeiras implantadas de 4 em 4 metros, visando o descarte correto do fruto para o posterior aproveitamento das fibras, após processamento.

Em relação aos custos para a gestão dos resíduos sólidos, segundo informações disponibilizadas pelos gestores locais, as despesas atingem valores próximos a R\$ 24,8 milhões anuais, correspondentes a cerca de 12% do orçamento municipal – da ordem de R\$ 200 milhões em 2011. Estes valores correspondem a um custo médio per capita anual de R\$ 74,78 ou R\$ 6,23 por mês. Comparativamente aos dados nacionais, os valores obtidos em São Vicente são compatíveis com os índices médios das despesas per capita identificadas no levantamento nacional (R\$ 72,25 para o país, R\$ 69,20 para a região Nordeste e R\$ 78,46 para a região Sudeste).

O município possui condições satisfatórias na prestação dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, mesmo contando com alguns aspectos de melhoria necessária. Também foi identificado avanço significativo nas ações de coleta seletiva e de inclusão social de catadores/as de material reciclável.

O município aprovou a proposta de Plano de Saneamento, viabilizada pelo Governo Estadual, adotando-a como Plano Municipal, porém este plano não contempla o conteúdo mínimo exigido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Existe um Plano

<sup>65</sup> Segundo avaliação da CODESAVI e de técnicos municipais.

de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, elaborado em 2010, mas não adequado às exigências e diretrizes das Resoluções CONAMA nº 307/97 e nº 448/12. O município não possui Plano de Gestão Integrada de Resíduos (PGIRS), sendo este um instrumento fundamental para alcançar níveis de sustentabilidade na gestão de resíduos.

## Mobilidade

O município de São Vicente apresenta um quadro de mobilidade urbana bastante complexo, sendo que, desde a década de 1970, o município apresenta sinais de saturação urbana. Foram sendo estruturados vetores de deslocamentos pendulares diários, por motivos de trabalho, estudo, saúde e outros serviços, tanto entre a área continental e a sede de São Vicente, Santos e Cubatão, quanto entre a própria área insular e bairros continentais situados ao sul (Japuí e Prainha), Santos e São Vicente. Outros vetores menos significativos também se formaram, entre São Vicente, Praia Grande e Guarujá, e entre Santos e São Vicente.

Em virtude de gargalos viários e deficiências no sistema de transporte coletivo municipal e regional, esta dinâmica pendular associada aos deslocamentos internos à área insular de São Vicente, provoca uma série de pontos críticos de mobilidade urbana.

O município concentra o maior número de linhas do sistema de ônibus metropolitanos sob gestão da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU). Contudo, este sistema apresenta limitações importantes e não oferece um nível de complementariedade satisfatório com outros sistemas, em especial o sistema municipal de lotações, operado por associações, com o qual não há integração tarifária. Também é importante destacar a falta de opções em outros modais, como o ferroviário e hidroviário, além de deficiências no sistema cicloviário.

Para uma análise mais completa da situação da mobilidade urbana na região, em especial no município de São Vicente, é fundamental avaliar os resultados da primeira e única Pesquisa Origem-Destino da Região Metropolitana da Baixada Santista (Pesquisa OD-BS)<sup>66</sup>, realizada entre agosto de 2007 a abril de 2008. Esta pesquisa objetivou conhecer os padrões de deslocamentos, em razão das características socioeconômicas da população, assim como a localização dos polos de produção e atração de viagens segundo os motivos trabalho, estudos, compras, lazer e outros, e fornecer insumos para formulação de políticas públicas, nas áreas de planejamento urbano, transporte e de outras infraestruturas.

<sup>66</sup> Pesquisa realizada pela Vetec Engenharia, para a Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, com apoio da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) e Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM).

No período avaliado, São Vicente atraía 26,2% das viagens. Este fato certamente se relaciona com os deslocamentos por motivo de trabalho, estudo e em busca de outros tipos de serviços em municípios vizinhos ou fora da região. Portanto, a pesquisa OD-BS revela o marcante processo de concentração de viagens no congestionado centro regional.

Segundo dados da Pesquisa OD 2007 (VETEC, 2008, p.53), o número de automóveis particulares era de 198.904 na Baixada Santista, e de 32.391 em São Vicente, correspondendo a 16,3% do total, a terceira menor da Baixada Santista. O município apresentava 54,3% das viagens diárias motorizadas, correspondendo a 231.739 viagens, contra 195.319 viagens não motorizadas.

Município	Motorizadas	Não - Motorizadas		Total de viagens
		A pé	Bicicleta	
Bertioga	25.624	19.302	10.028	54.954
Cubatão	93.043	56.420	12.966	162.428
Guarujá	197.338	96.024	80.022	373.384
Itanhaém	45.238	25.690	21.042	91.971
Mongaguá	27.082	17.076	11.576	55.734
Peruíbe	19.220	20.288	15.530	55.037
Praia Grande	142.530	61.460	56.513	260.504
Santos	333.378	218.935	46.134	598.446
São Vicente	231.739	145.835	49.484	427.058
<b>RMBS</b>	<b>1.115.192</b>	<b>661.030</b>	<b>303.295</b>	<b>2.079.516</b>

TABELA 6  
Viagens diárias motorizadas e não-motorizadas nos municípios da RMBS.

Fonte: Pesquisa Origem-Destino 2007 – Região Metropolitana da Baixada Santista: Sumário de Dados. Vetec (2008, p.22).

O percentual de viagens com uso de automóvel particular em São Vicente era de cerca de 13%, contra 14,2% da média da região. Por outro lado, o percentual de viagens com uso de ônibus<sup>67</sup> e lotações, neste município, era de cerca de 29%, contra 25,1% da média da Baixada Santista. Dentre as viagens não-motorizadas, 34% eram realizadas a pé, e 12%, de bicicleta, contra 32% e 15% da RMBS, respectivamente.

O município tem a segunda menor proporção de bicicletas por habitante, além de possuir apenas 243 destes veículos para cada grupo de mil habitantes, a segunda menor proporção da região, o que certamente está relacionado com a taxa de motorização do município. Soma-se a isso, o fato de São Vicente estar entre os municípios que dispunha de menor extensão de vias adaptadas à circulação de bicicletas, com relação à Baixada Santista. Na situação existente à época da elaboração deste estudo (2012), São Vicente contava com 7,17 km de ciclovias e ciclofaixas, além de pouco mais de 1,40 km de ciclovia então em construção.

<sup>67</sup> Exceto ônibus fretados.

No tocante ao balanço entre mobilidade por modo coletivo e individual, verifica-se que São Vicente encontrava-se acima da média regional, no modo coletivo, com 0,47, e era o terceiro maior no modo individual, com 0,25, junto com Guarujá e também acima da média da Baixada Santista. No período de realização da pesquisa, 66% das viagens motorizadas no município eram realizadas pelo transporte coletivo, contra 34% pelo modo individual. Portanto, a utilização do transporte coletivo é importante elemento para impedir a saturação do sistema viário deste município que apresenta muitos pontos críticos.

Para auxiliar a análise da mobilidade urbana de São Vicente, é importante avaliar que enquanto a frota total de veículos cresceu 67,7%, entre 2002 e 2010, a proporção entre o número de habitantes e o número total de veículos caiu de 2,60, no início deste período, para 1,76. Por sua vez, a frota de ônibus<sup>68</sup> aumentou 65,3%, no mesmo período. Portanto, o crescimento da frota de ônibus acompanhou o crescimento da frota total, e foi muito superior ao crescimento da população, cuja TGCA foi de 0,94% em uma década, conforme o Censo Demográfico 2010, do IBGE.

Os sistemas de transporte coletivo municipal e intermunicipal de São Vicente baseiam-se exclusivamente no modo motorizado rodoviário. O sistema municipal é constituído por linhas de lotação operadas por associações, sob concessão do município, e o intermunicipal de caráter metropolitano por ônibus operados sob concessão da EMTU, sob controle do governo estadual.

Conforme informação da Diretoria de Transportes Básicos da Secretaria de Transportes e Manutenção Viária de São Vicente<sup>69</sup>, órgão responsável pela área de mobilidade, o transporte coletivo municipal de São Vicente é operado por meio de concessão para oito associações, segundo modelo de ordenação do transporte clandestino de lotações, que ocorria no município, na década de 1990.

Essas associações são responsáveis por distintos itinerários que atendem a vários bairros do município. Contudo, não há integração deste sistema com o sistema metropolitano e tampouco com o sistema municipal de Santos. Portanto, nos deslocamentos entre São Vicente e este município, que não são atendidos unicamente pelos ônibus do sistema metropolitano, há pagamento de tarifas em outros trechos, onerando os usuários.

A oferta de transporte coletivo entre São Vicente e o restante da RMBS consiste na operação de 47 linhas de ônibus<sup>70</sup> movidos a diesel, operados pelas

empresas: Piracicabana, Breda Serviços e Intersul, sob fiscalização da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU), controlada pelo Governo do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos (STM). A empresa que opera a maior parte das linhas é a Piracicabana, do Grupo Áurea.

A grande disponibilidade de linhas metropolitanas entre Santos e São Vicente constitui-se em uma das mais importantes opções de deslocamento da região, em função do vínculo entre a população economicamente ativa de São Vicente e as atividades e instituições localizadas em Santos, conforme já mencionado anteriormente. A utilização destas linhas é fundamental, para milhares de trabalhadores, em função da ausência de integração com o sistema municipal de São Vicente. Outrossim, o tempo de deslocamento entre as duas cidades que ocupam a Ilha de São Vicente vem sendo cada vez maior, em função dos gargalos existentes nas duas divisas mais utilizadas na orla e no interior, com a Zona Noroeste de Santos (Avenida Nossa Senhora de Fátima).

Se for considerada a questão da pendularidade intrametropolitana, que implica o pagamento de passagem na ida e na volta e às vezes exige do passageiro a transferência para outro sistema, no mesmo percurso, a soma das tarifas, que isoladamente é muito elevada, torna os deslocamentos metropolitanos com uso de ônibus pouco atrativos. Desta forma, este sistema implica numa escolha crucial para os moradores dos municípios que necessitam se deslocar diariamente à Ilha de São Vicente: ou estes arcam com uma despesa fixa elevada no orçamento familiar, ou adotam outros modais para o deslocamento, ou se submetem à clivagem do mercado de trabalho no centro da região, que certamente seleciona os trabalhadores que propiciam menos custos fixos.

O sistema viário principal de São Vicente sofreu algumas intervenções importantes, em meados da década passada, respectivamente, nas áreas insular e continental, no sentido de complementar uma série de obras viárias iniciadas na segunda metade da década de 1990, mas sem alterar a estrutura do sistema. No entanto, estas intervenções não foram suficientes para eliminar alguns gargalos ainda importantes e garantir plena mobilidade para a população de São Vicente, provendo a área insular com ligações e sistemas de transportes eficientes, reduzindo os tempos e custos de viagens em direção aos municípios de Santos, Cubatão e Praia Grande, em que as pendularidades são mais relevantes.

Dentre estes gargalos, destaca-se a falta de integração entre os sistemas de transportes coletivos, a ligação entre Santos e São Vicente, pela orla, onde os grandes congestionamentos são cada vez mais frequentes, e a transposição da Rodovia dos Imigrantes, na área insular, de forma a integrar os bairros situados à margem do estuário ao restante da cidade.

<sup>68</sup> Deve-se observar que a frota considerada abrange todos os veículos deste tipo, inclusive os de empresas privadas que não fazem parte do sistema público de transportes coletivos.

<sup>69</sup> Entrevista realizada em 28 de junho de 2012.

<sup>70</sup> A relação das linhas de ônibus metropolitano encontra-se no Relatório Completo do Município.

## Segurança Pública

Diferentemente de outras cidades brasileiras e da maioria dos municípios da região, São Vicente parece ter reconhecido a relevância da atuação municipal no que se refere às políticas da segurança pública. A cidade conta com uma estrutura inicial, a Secretaria de Transportes, Segurança e Defesa Social (SETRANS) e tem uma Guarda Municipal, com um efetivo de 220 agentes, que não atuam armados. O município possui 410 câmeras de vigilância distribuídas pelo Centro, Orla da Praia e Próprios Municipais.

A SETRANS atua em conjunto com o Governo do Estado durante a Operação Verão<sup>71</sup>. Existem quatro delegacias localizadas na cidade, sendo uma especializada em Defesa da Mulher. Além disso, em São Vicente estão alocadas cinco bases da Polícia Militar, um Batalhão e quatro Companhias. Há também a Defesa Civil estabelecida na cidade.

Esse investimento por parte do município talvez possa ter contribuído para a redução dos homicídios observada na cidade. São Vicente tem hoje baixas taxas de homicídios e a cidade acompanhou a redução observada em todo Estado de São Paulo.

De acordo com as taxas criminais disponíveis para o período de 2002/2006, São Vicente não constava do conjunto dos 556 municípios<sup>72</sup> com maiores taxas médias de homicídio na população total<sup>73</sup>. A trajetória das taxas de homicídios dolosos em São Vicente, no período que compreende os anos de 1999 a 2011, mostra que houve praticamente uma redução sistemática ao longo dos anos<sup>74</sup>.

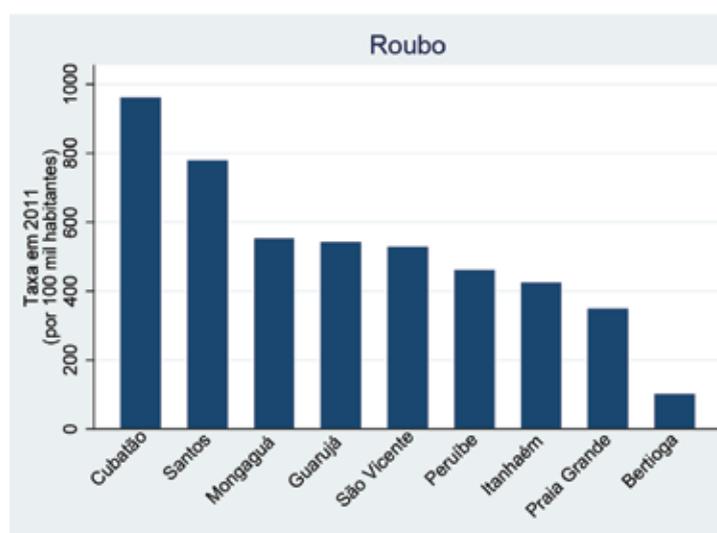


GRÁFICO 5  
Taxas de Homicídios Dolosos e Roubos nos municípios da Baixada Santista (2011)

Fonte: Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior – DEINTER 6

Quando comparada às outras cidades da mesma região em relação aos homicídios dolosos, São Vicente ocupa um lugar intermediário, mas está mais próxima do grupo de cidades com as taxas mais baixas. O mesmo acontece para os crimes de “roubo”<sup>75</sup> - a diferença entre São Vicente e as outras cidades é muito pequena. Por outro lado, os crimes contra o patrimônio seguem sendo um desafio para o município. O tema aparece nas falas dos moradores e, em muitos casos, associado ao tráfico de drogas.

Ainda que no Plano Diretor de São Vicente não seja feita menção direta à temática de segurança pública, pode-se dizer que certas diretrizes do PD do município dialogam com a noção mais ampla de segurança, vista como um direito social e uma temática associada à qualidade de vida.

Vale notar que não há um plano de segurança municipal sendo implementado e, nesse sentido, há espaço para o desenvolvimento de ações mais estratégicas e estruturantes tais como um diagnóstico da violência e criminalidade na cidade e a elaboração de um plano municipal, envolvendo a atuação da GCM.

No caso específico, o debate não se concentra na necessidade ou não de políticas locais de segurança, uma vez que o município tem políticas e uma estrutura inicial. A reflexão pertinente ao município seria, por um lado,

<sup>71</sup> Durante a Operação Verão, cerca de 200 Policiais Militares trabalham na cidade em conjunto com todo o efetivo da GCM.

<sup>72</sup> Número que corresponde a 10% do total de municípios no Brasil.

<sup>73</sup> Jacobo Waiselfisz, 2008: 32.

<sup>74</sup> No Relatório Completo do Município, no capítulo Segurança Pública, encontram-se as tabelas e análise das taxas criminais do município.

<sup>75</sup> A taxa de roubos merece atenção, sobretudo quando lembramos que para esse tipo de delito, a ressalva relativa à possível subnotificação e fragilidade dos registros é necessária. De acordo com a PNAD (2010), no ano de 2009, somente 48,4% das vítimas de roubo procuraram a polícia.

como aproveitar essa estrutura e ampliar as políticas de prevenção focando também nos crimes contra o patrimônio e nos outros desafios elencados. Por outro, a partir da estrutura já existente planejar estratégias capazes de dialogar com os impactos previstos como resultado do Pré-Sal.

## Cultura

A primeira cidade brasileira, segundo alguns historiadores, mostra-se, para olhares mais críticos, como uma cidade que “parou no tempo”. Este olhar evidencia-se quando comparada a Santos, a cidade vizinha; São Vicente traz consigo até hoje a marca do “vizinho pobre”. Todas estas questões refletem sobre a construção da identidade sociocultural, nas dinâmicas culturais e nas posturas individuais, responsáveis pelas transformações sociais e pela consolidação de uma identidade local. Os munícipes se acostumaram a um olhar para fora, sempre comparando São Vicente com Santos e outras cidades vizinhas, preservando um espaço pequeno em seu olhar para dentro.

Há 30 anos é realizado na cidade, com o objetivo de aumentar a autoestima da população e os vínculos com o local, a Encenação da Vila de São Vicente<sup>76</sup>. Esse evento tem também um toque midiático, pois recebe no elenco principal atores famosos. Toda a organização é realizada pela Secretaria de Cultura (Secult).

O município possui diversos espaços culturais. Existem duas academias de arte onde acontecem oficinas gratuitas de dança, teatro, música, além de “oficinas culturais” em parceria com o Governo do Estado, que também mantém parceria com o município no Projeto Guri.

O Cine 3D é utilizado para exibições de filmes, para palestras e apresentações culturais, cumprindo um papel de auditório municipal. O Parque Cultural Vila de São Vicente é outro espaço importante, pois possibilita a realização de diversos eventos.

A Casa Martin Afonso<sup>77</sup>, na região central, é um centro de memória e possui um grande acervo bibliográfico sobre a história de São Vicente e região. O Porto das Naus, localizado em uma região não tão central, também realiza pesquisas arqueológicas e tem como meta se tornar um centro cultural. O mu-

<sup>76</sup> Esse espetáculo encena a chegada dos portugueses na Ilha e todo o processo que se desencadeou até a fundação da primeira cidade brasileira. O evento acontece na semana de aniversário da cidade, em janeiro, e reúne artistas e a população. Esse espetáculo é o maior do mundo ao ar livre, na areia. 90% do público que vem assistir é constituído pela população local.

<sup>77</sup> A Casa Martin Afonso também oferece cursos, exposições, lançamentos de livros e apresentações de música clássica. No local também está instalado um centro arqueológico.

nício possui o maior número de Pontos de Cultura<sup>78</sup> em todo o litoral. Ao todo, são 12, cada um com sua especificidade, mas todos com ações culturais de música, teatro e vídeo.

As manifestações afrodescendentes são fortes em toda a Baixada Santista, principalmente a capoeira. Entretanto, o povo ligado à cultura afro localiza-se, em sua maioria, nas regiões periféricas do município, acarretando certo isolamento desta população. No caso de São Vicente existe uma descendência afro presente na área continental, mas esta é vista com muito preconceito, por toda a história de ocupações irregulares, pela violência e pela falta de investimentos públicos.

Quase toda a cultura caiçara se perdeu e pouco foi o que restou da cultura local. Assim como na maioria do litoral centro, as comunidades pesqueiras e seus moradores caiçaras estão dispersas nos bairros de periferia. Em São Vicente não existe um grupo de pescadores artesanais articulado no local de moradia, nem no trabalho da pesca. O único ponto de encontro do grupo está centralizado na Colônia de Pescadores Z 4 “André Rebouças”<sup>79</sup>. Com o intuito de resgatar e valorizar a existência da cultura caiçara, a Secretaria de Cultura promoveu, em 2010, a “1ª Virada Cultural Caiçara”, com apresentações musicais de grupos da região.

No município existe uma aldeia indígena que não é nativa desta região, vieram de outras partes do Brasil e ali se instalaram quando a cidade já estava formada. A aldeia localiza-se em um território de reserva florestal dentro do Parque Estadual Xixová-Japuí. Não existe integração com a cidade, os índios circulam pouco por ela, apenas em busca de vender seu artesanato e fazer algumas compras. A Prefeitura, por meio da Secretaria de Cultura, montou um espaço para o índio expor o artesanato, com o intuito de tirá-los da rua. O quiosque foi construído perto da ponte pênsil, mas dificilmente os índios ali ficam; para eles, o local é distante do movimento da cidade e o turista não passa muito por lá.

A gestão cultural do município é realizada pela Secretaria de Cultura (Secult). Existe na cidade o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico, Cultural e Turístico de São Vicente (CONDEPHASV), atribuição da prefeitura, com algumas participações da sociedade civil. Não existe o Conselho de Cultura<sup>80</sup>. A sua criação, bem como a adesão do município ao Sistema Nacional de Cultura podem trazer grandes contribuições para o fortalecimento cultural local.

<sup>78</sup> Os Pontos de Cultura são equipamentos culturais geridos pela sociedade civil.

<sup>79</sup> Relatório de Caracterização Socioambiental – Engenharia e Tecnologia Ambiental WALM

<sup>80</sup> A lei criando o Conselho de Cultura já foi encaminhada para aprovação.

Existe certa desvalorização por parte da população no que tange ao patrimônio material e imaterial da cidade, mas serão necessários programas e políticas públicas voltados para a valorização dos equipamentos culturais e dos bens imateriais. A descentralização das ações, levando e identificando a cultura nas regiões periféricas da cidade, principalmente na área continental, poderão fazer com que a população valorize o local, aumentando sua autoestima e identidade própria.

Os pontos turísticos também podem ser descentralizados, incentivando um turismo sócio cultural que envolva de fato as comunidades locais em todo o seu processo, do planejamento a execução de turismo, envolvendo os jovens e diversos segmentos da sociedade.

## Saúde

São Vicente foi classificado no Grupo 3, do Índice de Desenvolvimento do SUS (IDSUS)<sup>81</sup>, junto com outros seis municípios da Baixada Santista. Observa-se que o município ficou com nota 4,75 – tendo como pontos negativos o acesso ambulatorial e hospitalar de média e de alta complexidades, e pontuação baixa também no acesso à atenção básica. De acordo com o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) produzido pela Fundação SEADE, desde a primeira edição (ano-base 2000) até a última (ano base 2008), São Vicente foi classificado no Grupo 2 de municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais.

De acordo com o RAG-2011<sup>82</sup>, o município contava com 29 unidades básicas e 3 postos de saúde, 5 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), uma policlínica, 3 pronto-socorros e um hospital geral. O único estabelecimento estadual é a sede regional da SUCEN (controle de endemias). De acordo com o Ministério da Saúde, as unidades básicas ofereciam cobertura adequada para apenas 13% da população do município. Pelo Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em 2012, o município contava ainda com um hospital privado, 37 clínicas ou ambulatórios de especialidades e 144 consultórios isolados.

A Estratégia de Saúde da Família contava, em 2012, com 9 equipes, cobrindo apenas 9,5% da população. São Vicente dispõe de 281 leitos, o que representa 0,85 leitos para cada mil habitantes; mas os leitos disponíveis para o SUS são 211, ou apenas 0,63

leitos para cada mil habitantes. Cerca de 38,7% da população do município tem planos ou seguros privados de saúde – cobertura um pouco abaixo do Estado, que é de 40,6% (dados de 2012, ANS). Ressalta-se que, pela diversidade de planos privados e os tipos de cobertura oferecidos, que dependem dos valores pagos, parte significativa da população que têm planos também recorre ao atendimento público pelo SUS.

O município teve em 2011 uma receita orçamentária de R\$ 644 milhões, o que representou cerca de R\$ 1.920 por habitante/ano. Os gastos municipais em saúde foram de R\$ 120 milhões (liquidado), ou R\$ 358 por habitante. Este valor foi o mais baixo da Baixada Santista – pouco acima da metade do gasto de Santos, ou menos de 30% de Cubatão.

Pode-se perceber que o município tem cumprido o gasto mínimo exigido pela Emenda Constitucional 29, destinando muito acima dos 15% de seus recursos próprios em saúde. Mas observa-se que esta destinação foi decrescendo nos últimos seis anos, caindo de 32,8%, em 2006, para 26,4%, em 2011. A baixa capacidade orçamentária do município, para o qual não se vislumbra soluções no curto prazo, torna previsível as dificuldades das gestões municipais em modificar substancialmente este quadro.

São Vicente continuará dependente de serviços localizados em outros municípios como Praia Grande e Santos, o que reforça a importância de participar ativamente das negociações com os demais municípios da Baixada Santista e do Vale da Ribeira para a efetivação das Redes Regionais de Atenção à Saúde (RRAS). Chama-se a atenção para a importância das ações intersetoriais no município voltadas para a promoção e a prevenção<sup>83</sup>, cabendo ao setor saúde encaminhar propostas e iniciativas para as demais secretarias e para toda a sociedade, a exemplo do objetivo de reduzir a mortalidade infantil que, no município, é de 26,2%.

## Segurança Alimentar e Nutricional

Diferente dos demais municípios da região, em São Vicente existe uma Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESEA), criada no final de 2008, para atender a população mais vulnerável e realizar um trabalho educativo com a população. A secretaria mantém relação com as secretarias da assistência social, saúde e educação. O município também conta com o Conselho Municipal de Segurança Alimentar de São Vicente (COMSEA), criado em 2005.

<sup>83</sup> De acordo com informações de dezembro de 2011, mais da metade das 9.570 famílias de São Vicente com perfil saúde do Bolsa Família não eram visitadas, e dois terços não eram acompanhadas no cumprimento das condicionalidades de saúde, como vacinação ou a vigilância do crescimento e desenvolvimento. Ressalta-se que, de acordo com o RAG-2011, apenas 19,5% das crianças do BF eram acompanhadas

<sup>81</sup> O Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) é um indicador síntese, que faz uma aferição contextualizada do desempenho do Sistema Único de Saúde (SUS) quanto ao acesso (potencial ou obtido) e à efetividade da Atenção Básica, das Atenções Ambulatorial e Hospitalar e das Urgências e Emergências.

<sup>82</sup> O Relatório Anual de Gestão (RAG) é a principal ferramenta de acompanhamento da gestão da saúde nos municípios. Além de comprovar a aplicação de recursos do SUS, o RAG apresenta os resultados alcançados pela Secretaria Municipal com a execução da Programação Anual de Saúde, que detalha o Plano Municipal de Saúde formulado para quatro anos

Partindo dos eixos da Política Nacional de Segurança Alimentar, procurou-se analisar o conjunto das ações<sup>84</sup> desenvolvidas e seus resultados no município. Dentre os programas identificados em São Vicente, seis são relacionados ao eixo do Acesso à Alimentação, a saber: Programa Bolsa Família, Renda Cidadã, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Banco de Alimentos, Restaurante Bom Prato e Programa Viva Leite.

O Bolsa Família, programa federal de transferência direta de renda com condicionalidades, cuja execução é municipal, beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Em julho/2012 eram beneficiárias 10.779 famílias em São Vicente. Já o Programa Renda Cidadã, estadual, é executado pelo município com o atendimento de 229 famílias beneficiárias<sup>85</sup>.

No nível municipal, a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é realizada pelo poder público por meio da Diretoria de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação. O programa atende 77 creches, 40 Escolas Municipais do Ensino Fundamental (EMEF's); 20 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs); 21 Escolas Estaduais; e 22 Centros Educacionais e Recreativos (CER). Em 2011, o PNAE ofereceu 80 mil refeições/dia. São beneficiadas pelo Programa Viva Leite, executado pela Secretaria de Governo, 1.728 crianças<sup>86</sup>.

Ainda no âmbito do programa de alimentação escolar existe o Projeto Tinutrindo<sup>87</sup>, cujo objetivo é incentivar a prática da alimentação saudável entre professores, alunos de escolas, creches e centros recreativos.

Existem dois restaurantes populares em São Vicente: o Bom Prato da Rua Ipiranga<sup>88</sup>, que serve diariamente 1.200 refeições, e Bom Prato do Quarentenário<sup>89</sup>, que fica na Rua Camacã, s/n, servindo 500 refeições por dia.

O Banco de Alimentos (BA) de São Vicente foi inaugurado em agosto de 2011, concebido como uma estratégia de minimizar a insegurança alimentar

e nutricional, promovendo o acesso a uma alimentação saudável. O BA realiza a coleta de alimentos para distribuição às entidades de São Vicente, que prestam atendimento às pessoas em situação de risco alimentar, além de um trabalho de processamento de alimentos para a fabricação de polpas, geleias, congelados, etc.

Quanto ao abastecimento de gêneros alimentícios, o município é dotado de redes de supermercado, pequenos comércios e feiras livres<sup>90</sup>, que estão afeitas à Secretaria de Comércio Indústria e Negócios Portuários. O município não pratica o Programa de Aquisição de Alimentos. Não há estrutura municipal de apoio à pesca artesanal, nem do ponto de vista de infraestrutura física para comercialização, mercado, entreposto, estaleiro, nem de assistência técnica.

Sem local para comercialização, o pescado vai direito para o consumidor, onde se ganha mais, ao ser vendido para restaurantes e quiosques, ou direto para a peixaria onde se paga menos. A produção não vai para o CEAGESP em São Paulo. O município ainda não possui o Sistema de Inspeção Municipal que poderia viabilizar a fiscalização e legalização da venda do pescado para os programas institucionais.

Conforme mencionado, as famílias indígenas de São Vicente encontram-se dentro do Parque Estadual Xixová-Japuí (PEXJ), onde não é possível a exploração agrícola. A SEAS realiza a distribuição de cestas básicas e os atende com o Programa Bolsa Família.

Dos municípios investigados, São Vicente é o que reúne maior número de elementos necessários à construção de um sistema de segurança alimentar e nutricional. Diferente dos demais municípios há uma relativa diversidade de ações, segundo os eixos e setores da SAN, mesmo que em estágio incipiente e com protagonismo do governo federal, porém indicando um processo que poderá avançar a partir de negociações internas à gestão, para a implantação do SISAN municipal.

Apesar da iniciativa inovadora de implantação de uma Secretaria de Segurança Alimentar, observa-se a dependência do ponto de vista orçamentário dos repasses federais e o pequeno número de programas, de proposição municipal, associados à segurança alimentar e nutricional.

Existe a necessidade de ampliação da pactuação intersetorial em favor da efetivação do direito humano à alimentação. Nesse sentido, é necessário aprofundar a possibilidade de se efetivar um sistema municipal de segurança alimentar e nutricional, de gestão intersectorial e participativa, que melhor articule os diferentes setores, nos diferentes níveis de governo.

<sup>84</sup> No Relatório encontra-se a análise detalhada dos programas e ações em cada um dos eixos da PNSA: 1. Acesso à alimentação; 2. Produção e abastecimento Agroalimentar; 3. Educação, Formação e Pesquisa; 4. SAN dos Povos e Comunidades Tradicionais; 5. Alimentação e Nutrição no nível de Saúde.

<sup>85</sup> A quota de número de famílias é fixa e determinada pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.

<sup>86</sup> Segundo o sítio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social.

<sup>87</sup> O projeto foi iniciado em agosto de 2007, pela Diretoria de Alimentação Escolar – DAE.

<sup>88</sup> Instalado em 22/12/2006, a partir de uma parceria entre a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento.

<sup>89</sup> Inaugurado em 26/07/2007, sendo o primeiro restaurante do Estado instalado fora da região central dos municípios. Foi viabilizado por convênio entre a Prefeitura de São Vicente e o Ministério do Desenvolvimento Social.

<sup>90</sup> Há uma distribuição de vinte e cinco feiras pelos bairros da cidade. O quadro das feiras encontra-se no Relatório Completo.

Com vistas a garantir e fortalecer a participação social e a continuidade das ações seria relevante agregar instituições, entidades e movimentos sociais com vínculos mais permanentes na região, como as universidades e ONGs, na difusão dos conceitos de SAN e DHAA, por meio de processos de formação mais permanentes, além da necessária qualificação de conselheiros nessa mesma perspectiva.

## EIXO 03 – GESTÃO MUNICIPAL

Mais do que investigar a estrutura administrativa do município, nos interessa apontar os principais resultados das análises sobre o financiamento público em São Vicente e a gestão participativa, iluminando questões centrais a serem enfrentadas no município.

### Financiamento Público

A capacidade de gestão tem relação direta com as condições de financiamento público, sendo a compreensão das receitas e despesas do orçamento municipal um aspecto essencial para a discussão dos desafios de desenvolvimento das políticas públicas.

O município de São Vicente arrecadou, em 2010, R\$ 576,5 milhões, portanto, a receita per capita correspondia a R\$ 1.707,08. As transferências correntes (aquelas repassadas pela União e pelo Estado) representaram 52,1% do total da arrecadação municipal no mesmo período, com R\$ 300,3 milhões, sendo, portanto, a maior fonte de receitas do município. A União contribuiu com 16,9% do total arrecadado, sendo que a transferência de receita do Sistema Único de Saúde (SUS) representou 6,7% do total da receita orçamentária, com R\$ 38,5 milhões. As transferências do Estado representaram 14,1% do total da receita, equivalente a R\$ 81,0 milhões. A maior parte desses recursos foi das transferências do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com R\$ 57,2 milhões ou 9,9% do total da receita. O potencial de aumento dessa fonte de arrecadação também está diretamente ligado às perspectivas de aumento do PIB, a uma fiscalização mais eficaz e à implantação de novas empresas no município. Vale destacar que as transferências correntes são responsáveis pela sobrevivência da maioria dos municípios, principalmente as oriundas do Fundo de Participação do Município – FPM, transferidas pelo governo federal.

A segunda maior fonte de recursos de São Vicente em 2010 foi a receita tributária, que representou 22,8% do total arrecadado, R\$ 131,4 milhões. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), a mais importante fonte de recursos deste grupo, representou 10,4% da receita orçamentária do município, R\$ 59,8 milhões. O potencial de crescimento da arrecadação do IPTU está baseado na possibilidade de atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) e na atualização do cadastro imobiliário. Outra possibilidade para ampliar a arrecadação e preservar os rendimentos da população de baixa renda, seria a implantação do IPTU progressivo na cidade.

Em relação aos convênios e operações de créditos firmadas no ano de 2010 com o município, temos a seguinte situação: foram liberados R\$ 22,2 milhões pelo Governo Federal, em nove convênios firmados diretamente entre a Prefeitura<sup>91</sup>. Com o governo estadual, foram cinco convênios por indicação parlamentar, no valor de R\$ 1,16 milhão. O montante dos contratos em vigência com a Caixa Econômica Federal (CEF), iniciados em 1996, totalizam R\$ 7,4 milhões, sendo que R\$ 3,6 milhões são referentes ao Financiamento/Repasse.

A análise das despesas demonstrou que 85,8% destas foram classificadas como correntes<sup>92</sup>, enquanto as despesas de capital equivaleram a 14,2%<sup>93</sup>. Estes dados demonstram que o município utilizou seus recursos, basicamente, para manter os serviços públicos já existentes. As despesas de pessoal significaram 49,6% da receita corrente líquida<sup>94</sup> ou 257,2 milhões<sup>95</sup>. Pelos dados levantados praticamente não há margem para aumento do gasto com pessoal, já que o limite prudencial de 51,3% da receita corrente líquida esteve próximo de ser atingido em 2010.

<sup>91</sup> No Relatório Completo do Município encontra-se a tabela detalhando os convênios realizados com os governos federal e estadual (itens 15.3.1 e 1)

<sup>92</sup> São consideradas despesas correntes todas as despesas da administração pública realizadas de forma contínua, ou seja, são gastos ligados à manutenção dos bens e serviços públicos. São as despesas que garantem a continuidade dos serviços e o bom funcionamento dos bens públicos constituindo-se em gastos imprescindíveis para a prestação dos serviços públicos.

<sup>93</sup> As despesas de capital são definidas por aumentar o patrimônio público e principalmente por ser realizada com tempo determinado. São gastos com construções, aquisição de equipamentos, entre outros, que possuem data definida para início e término. Vale ressaltar que toda despesa de capital acaba por gerar uma despesa corrente.

<sup>94</sup> Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Arts 19 e 20), o Poder Executivo municipal pode gastar com pessoal até 54% desse tipo de receita. (É importante ressaltar que, se a despesa com pessoal alcançar 95% dos 54% da Receita Corrente Líquida - art. 22 - já haverá uma série de restrições aos gastos com pessoal).

<sup>95</sup> Conforme o Relatório de Gestão Fiscal de 2010 do município.

Assim como em outros municípios da Baixada Santista, chama atenção a grande importância dos valores destinados ao item “Outros Serviços de Terceiros”, referente à contratação de empresas e pessoas para executarem serviços para a Prefeitura. Em São Vicente, esse foi o segundo item mais importante das despesas orçamentárias, representando R\$ 196,1 milhões ou 31,1% do total.

Os gastos com investimentos foram de R\$ 89,2 milhões. Destes, 10,6% do total, ou R\$ 66,4 milhões, foram gastos com obras e instalações e, 1,3%, equivalente a R\$ 8,3 milhões, foram com equipamentos e material permanente. As demais despesas de investimento representaram R\$ 14,5 milhões, ou 2,3% da despesa empenhada.

Em relação às despesas por função, em 2010 os três principais gastos estavam nas áreas: Educação, Saúde e Urbanismo e equivaleram respectivamente a 29,9% (R\$ 188,0 milhões), 19,9% (R\$ 125,5 milhões) e 12,3% (R\$ 77,2 milhões) do total. Os gastos com a previdência social representaram R\$ 49,4 milhões ou 7,8%. Essas quatro funções somadas equivaleram a 69,9% do total.

O valor total da dívida consolidada, segundo o Relatório de Gestão Fiscal de 2010, era de R\$ 57,2 milhões, o que representava 11,0% da receita corrente líquida<sup>96</sup>. É importante assinalar que há, portanto, uma grande margem para a Prefeitura captar recursos via operações de crédito, realizar investimentos e antecipar a solução de inúmeros problemas do município.

## Gestão Democrática

A Lei Orgânica de São Vicente assegura a participação da coletividade no exercício das competências municipais (art. 4º). Já o Plano Diretor (Lei Complementar nº 270 de 1999) estabelece como diretrizes político-econômicas do município, o incentivo à participação comunitária nos processos decisórios, garantindo o exercício da cidadania, o apoio e incentivo aos conselhos representativos da comunidade (art. 3º, incisos I e IV).

De maneira geral, os espaços de gestão participativa tendem a ser valorizados pela sociedade civil e fazem parte da agenda política municipal. Algumas dimensões importantes para o funcionamento dos espaços participativos relacionam-se com a transparência na gestão administrativa, a constituição de canais de comunicação do Poder Público com a sociedade e a criação de instrumentos para publicizar e divulgar as ações e decisões relativas à gestão pública, ao uso dos recursos públicos e à participação da sociedade nos espaços de controle social.

O principal canal de comunicação de que dispõe a Prefeitura de São Vicente é o site na internet. No que tange à disponibilização de informações sobre os espaços de gestão participativa existentes no município, há links que dizem respeito a alguns fundos municipais<sup>97</sup>, ao Programa Democrático Orçamentário<sup>98</sup> (equivalente ao Orçamento Participativo) e a indicadores do desenvolvimento da gestão<sup>99</sup>.

Em fevereiro de 2012 foi realizada a 1º Conferência sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL), cujo principal objetivo era promover a transparência pública e estimular a participação da sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública, contribuindo para o aprimoramento do controle social.

Foram identificados 14 conselhos em atividade no município. Existe, porém, uma lacuna grande quanto ao acesso a informações sobre a existência, configuração e atuação dos Conselhos Municipais em São Vicente. Percebe-se que não existe um canal oficial, de fácil acesso, que disponibilize informações sobre os conselhos da cidade<sup>100</sup>. Por outro lado, o principal, se não único, canal de divulgação das ações destes parece ser o próprio site da Prefeitura.

O conselho mais bem estruturado e ativo parece ser o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um dos mais antigos no município, com 14 anos de existência e o que possui a maior quantidade e qualidade de informação pública sobre sua atuação.

<sup>96</sup> Segundo a Resolução 40 do Senado, os municípios podem ter uma dívida que represente até 120% de sua receita corrente líquida.

<sup>97</sup> Ver: [http://transparencia\\_saude.saovicente.sp.gov.br/](http://transparencia_saude.saovicente.sp.gov.br/)

<sup>98</sup> Ver: [http://www.saovicente.sp.gov.br/pdf/revista\\_seplan.pdf](http://www.saovicente.sp.gov.br/pdf/revista_seplan.pdf)

<sup>99</sup> Ver: <http://www.saovicentetransparente.com.br/> <http://187.8.157.28/pmsaovicente/websis/siapegov/portal/index.php>

<sup>100</sup> São poucos os conselhos que apresentam espaços próprios (blogs, facebook), autônomos à estrutura de comunicação do poder público, exceção feita ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, Conselho Municipal de Juventude, Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial e Conselho Municipal de Turismo.

Conselho	Composição	Atribuições	Caráter/Função	Realização de Conferências
<b>Acompanhamento e controle do Fundeb</b>	Tripartite	Acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo; supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo; emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo.	Fiscalizador	Informação não disponível
<b>Entorpecentes</b>	Tripartite	Propor programa municipal de prevenção do uso indevido e abuso de drogas e entorpecentes, acompanhar a sua execução; coordenar, desenvolver e estimular programas e atividades de prevenção e disseminação do tráfico e do uso indevido e abuso de drogas e entorpecentes; estimular e cooperar com serviços que visem ao encaminhamento e tratamento de dependentes de drogas e entorpecentes.	Propositivo, fiscalizador e facilitador	Informação não disponível
<b>Assistência Social</b>	Paritário	Aprovar a política municipal de assistência social; aprovar o plano municipal de assistência social e suas adequações; acompanhar e controlar a execução da política municipal de assistência social; fiscalizar as Entidades e Organizações de Assistência Social, de acordo com diretrizes e normas a serem estabelecidas pelo Plenário através de Resoluções; aprovar, monitorar e fiscalizar a administração do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.	Deliberativo, normativo, fiscalizador e controlador	Informação não disponível
<b>Defesa do Meio Ambiente</b>	Tripartite	Colaborar nos planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, através de recomendações referentes à proteção do meio ambiente do Município; estudar, definir e propor normas e procedimentos à proteção ambiental; promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção da flora, da fauna e dos recursos naturais do Município; promover e colaborar para a execução e viabilização de um programa de Educação Ambiental a ser ministrado, obrigatoriamente, na rede de ensino municipal;	Consultivo, normativo e de deliberação coletiva	Informação não disponível
<b>Defesa do Patrimônio</b>	Tripartite.	Definir a política municipal de defesa e proteção do patrimônio cultural e natural compreendendo o histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, arquivístico, antropológico, genético e turístico do Município; deliberar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis de valor reconhecido para São Vicente; comunicar o tombamento de bens ao oficial do respectivo Cartório de Registro para a realização dos competentes assentamentos, bem como aos órgãos estaduais e federais; definir a área do entorno do bem tombado a ser controlado por sistemas de ordenações especiais adequadas; promover a estratégia de fiscalização da preservação do uso dos bens tombados.	Deliberativo e normativo	Informação não disponível
<b>Direito da Criança e do Adolescente</b>	Paritário	Divulgar a Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, no âmbito do Município, e prestar permanente orientação à comunidade sobre os direitos da criança e do adolescente e a utilização dos serviços prestados; mobilizar e informar a comunidade, sobre a situação social, econômica, política e cultural da criança e do adolescente no Município e na sociedade brasileira; promover e incentivar a realização de eventos para formação e reciclagem de pessoas, grupos e entidades governamentais e não governamentais voltados para as questões ligadas à criança e ao adolescente; receber, analisar e encaminhar denúncias ou propostas em defesa da criança e do adolescente.	Deliberativo e controlador	Sim.
<b>Direitos da Mulher</b>	Paritário	Sensibilizar a comunidade para o desenvolvimento de uma consciência pautada na igualdade de direitos, no respeito à dignidade humana e na importância da participação da mulher na vida política, social, civil, econômica e cultural do País; propor, estimular e apoiar ações articuladas com os órgãos públicos e privados para a implementação de políticas públicas comprometidas com a superação dos preconceitos e desigualdades de gênero; acompanhar a elaboração e a execução de programas de governo no âmbito municipal, bem como opinar sobre as questões referentes à cidadania da mulher; propor, estimular e apoiar a realização de pesquisas, estudos e debates sobre questões relacionadas às mulheres, a fim de nortear a formulação das políticas públicas em todas as áreas;	Deliberativo e consultivo.	Sim
<b>Habitação</b>	Paritário	Acompanhar, fiscalizar e avaliar a aplicação das diretrizes e cumprimento das metas estabelecidas no Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS; estabelecer demais diretrizes e metas habitacionais que se façam necessárias ao complemento do PLHIS, em consonância com as Resoluções da Conferência Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação; acompanhar e avaliar os projetos e ações públicas municipais relacionadas ao provimento habitacional popular; gerir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, definindo os critérios para o atendimento habitacional e os projetos a serem financiados com os recursos desse Fundo.	Fiscalizador e deliberativo	Sim
<b>Idoso</b>	Paritário	Formular, coordenar, supervisionar e avaliar a política municipal do idoso; propor e deliberar medidas que visem à proteção, assistência e defesa do idoso; acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução das ações governamentais, não-governamentais e de caráter privado, destinadas ao atendimento e defesa do idoso; elaborar, propor, integrar e apoiar projetos e atividades que possam contribuir para a solução dos problemas do idoso.	Deliberativo, controlador e fiscalizador.	Informação não disponível

<b>Juventude</b>	Tripartite	Estudar, analisar, elaborar, discutir, aprovar e propor políticas públicas que permitam e garantam a integração e a participação do jovem no processo social, econômico, político e cultural do Município; colaborar com os órgãos da administração municipal na implementação de políticas voltadas ao atendimento das necessidades da juventude; desenvolver estudos e pesquisas relativas à juventude, objetivando subsidiar o planejamento de ação pública desse segmento social.	Deliberativo, consultivo e fiscalizador.	Sim
<b>Pessoa portadora de deficiências</b>	Tripartite	Colaborar nos planos e programas municipais de combate à discriminação à pessoa portadora de deficiência; propor programas e projetos visando à eliminação de barreiras arquitetônicas nos edifícios públicos e privados; fornecer subsídios para a elaboração de programas e projetos de assistência à pessoa portadora de deficiência nas áreas da saúde, educação, formação profissional, transporte, habitação, cultura, esporte, lazer, trabalho e acessos urbanos; propor e incentivar ações, projetos e programas que possibilitem a integração de pessoas portadoras de deficiência na sociedade, especialmente no que tange às disposições contidas na Lei Orgânica do Município.	Consultivo, fiscalizador e de assessoramento.	Informação não disponível
<b>Promoção da Igualdade Racial</b>	Sem informação	Formular diretrizes e promover atividades que visem à política de promoção da igualdade racial, a eliminação das discriminações que atingem as pessoas em situação de desigualdade, bem como a sua plena inserção na vida socioeconômica e político-cultural do Município; assessorar o Poder Executivo em questões relativas às comunidades negra, indígena, cigana e de outras etnias que sofram racismo e discriminação racial, com o objetivo de defender seus direitos e interesses; desenvolver estudos, debates e pesquisas relativos à questão das comunidades negra, cigana, indígena e de outras etnias que sofram racismo, preconceito e discriminação racial; sugerir a adoção de medidas que visem assegurar os direitos das comunidades negra, indígena, cigana e de outras etnias que sofram racismo, preconceitos e discriminação racial e eliminar disposições discriminatórias da legislação.	Deliberativo	Informação não disponível
<b>Segurança Alimentar</b>	Sem informação	Elaborar as diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem implementadas pelo Governo; definir os projetos e ações prioritárias da política municipal de segurança alimentar e nutricional, a serem incluídos, anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no orçamento do Município; definir as formas de articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da política municipal de segurança alimentar e nutricional, indicando prioridades; colaborar para a realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional.	Caráter consultivo e fiscalizador	Informação não disponível
<b>Turismo</b>	Tripartite	Diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico do Município, e orientar a sua divulgação; programar, planejar e executar amplos debates com a sociedade civil, promovendo a discussão de ações voltadas para o desenvolvimento turístico da cidade e da região; assessorar na formulação das diretrizes básicas da política municipal de turismo; manter intercâmbio com entidades e órgãos de turismo, objetivando o aproveitamento do potencial turístico local.	Consultivo, deliberativo e de assessoramento.	Informação não disponível

TABELA 7  
Estrutura dos Conselhos em São Vicente<sup>101</sup>

Entre as fragilidades apontadas no funcionamento dos conselhos, destaca-se a crítica em relação à paridade na representação entre o Poder Público e as organizações da sociedade. Em alguns conselhos faltaria autonomia de setores da sociedade civil em relação ao Poder Público, o que implicaria em perda de sua capacidade deliberativa, resultando que alguns conselhos se restringiriam a legitimar as políticas do governo municipal nas respectivas temáticas, principalmente aqueles cujo caráter seria meramente consultivo.

Outro espaço de construção política aberto à população é o Orçamento Participativo. São Vicente, por meio da criação de um Programa Democrático Orçamentário (PDO), integra desde 2009 a Rede Brasileira de Orçamento Participativo. Em 2011 e 2012<sup>102</sup>, as audiências realizadas nas 13 regiões administrativas da cidade contaram com a participação de 1424 munícipes, dos quais 111 foram eleitos representantes responsáveis pela definição da aplicação de parte dos recursos do município (valor mínimo estimado foi de R\$ 6 milhões).

Poucas são as informações disponíveis a respeito da construção e funcionamento da Agenda 21 na cidade. Considerando este como primeiro dado de análise, pode-se dizer que, em comparação com outros municípios da Baixada Santista, a articulação da agenda local no município é um processo de participação com poucas informações disponíveis publicamente para acompanhamento da sociedade, o que fragiliza o instrumento como espaço público de participação.

<sup>101</sup> A tabela detalhada encontra-se no Anexo do Relatório Completo do Município, bem como as atribuições completas de cada conselho, que aqui encontram-se resumidas.

<sup>102</sup> Segundo registros apresentados pela Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária de São Vicente, na publicação "Você participa, São Vicente melhora – audiências públicas 2011/2012 do PDO" ([http://www.saovicente.sp.gov.br/pdf/revista\\_seplan.pdf](http://www.saovicente.sp.gov.br/pdf/revista_seplan.pdf))

# A REALIDADE DE SÃO VICENTE NA VISÃO DA POPULAÇÃO



Da articulação das expectativas e visões da população sobre o desenvolvimento de São Vicente com as análises técnicas temáticas elaboradas, procuramos estruturar algumas considerações sobre as perspectivas de desenvolvimento, as condições de viabilidade e as implicações em termos de reestruturação do território e definição de políticas públicas.

As considerações abaixo resultam do processo participativo desencadeado junto às organizações da sociedade civil, por meio de entrevistas e uma oficina pública<sup>103</sup>. É importante destacar que reuniões de articulação, com algumas organizações locais da sociedade civil, também antecederam as entrevistas e a oficina pública. Além disso, foi realizada uma pesquisa qualitativa junto a dois grupos de moradores de São Vicente, pertencentes aos segmentos socioeconômicos C/D.

O material recolhido foi compilado e sistematizado, procurando refletir as principais questões e visões apresentadas sobre o município, suas políticas públicas e as perspectivas de desenvolvimento. Procuramos explicitar

<sup>103</sup> Foram identificadas 90 organizações civis, das quais 09 foram entrevistadas (em maio e junho de 2012). Estiveram presentes na oficina, que ocorreu em 13 de junho de 2012, 20 pessoas de 08 organizações, dentre elas sindicatos, ONGs e Institutos, associações de moradores de bairro e entidades representativas de categorias profissionais. Destaca-se também a participação no seminário “São Vicente 500 anos amanhã” e no lançamento do “Programa Democrático Orçamentário”

no texto os diferentes pontos de vista dos mais variados segmentos entrevistados e os interesses diversos evidenciados pelos mesmos, sempre a partir de uma perspectiva democrática e inclusiva, considerando legítimas todas as opiniões que se colocaram, ainda que contraditórias e/ou excludentes entre si.

A organização da sociedade civil em São Vicente encontra-se espraiada em todo território insular e continental do município, porém segundo a avaliação dos entrevistados de entidades da sociedade civil, é na parte continental que se encontram as organizações de bairros mais atuantes, compostas, principalmente, por associações de moradores, ONGs e entidades de classe.

Em geral, tais entidades se organizaram em torno de questões e temáticas vinculadas à melhoria das condições de vida nos bairros e de interesses dos respectivos segmentos que representam. As organizações de bairro se mobilizam, principalmente, em torno de questões mais imediatas e urgentes que afetam a vida da população, buscando efetivar conquistas de infraestrutura, equipamentos e políticas sociais. As entrevistas revelaram a articulação entre as organizações, entre si e com diversos outros atores, públicos e privados, que interagem na cidade.

A mobilização e envolvimento da população é um dos desafios apontados por entrevistados, que relataram a dificuldade em atrair os moradores a participar das atividades e das mobilizações. Eles só participariam quando da presença de autoridades públicas ou em espaços públicos de participação, como o Orçamento Participativo.

No que se refere à percepção que os vicentinos têm da gestão pública, há por um lado o reconhecimento de avanços na cidade na última década e, por outro, uma insatisfação quanto à atuação dos gestores no trato com a cidade. Ao longo das escutas promovidas, foi possível notar a recorrência com que aparece a percepção da necessidade de planejar e estruturar as políticas públicas, não só de maneira a articulá-las entre as diferentes secretarias como também em âmbito regional. Isso exigiria um olhar metropolitano e um diálogo mais próximo e duradouro com os municípios vizinhos, para construção de serviços e estrutura pública regional, com o intuito de construir um litoral mais sustentável.

A avaliação das políticas públicas e dos serviços prestados é, sem dúvida, aquela que menos divide opiniões entre os participantes da pesquisa qualitativa e representantes da sociedade civil ouvidos durante este levantamento. Apesar de haver o reconhecimento de melhorias na oferta de algumas políticas públicas, em termos gerais, a prestação de serviços públicos básicos pode ser vista ainda como deficitária, porém em diferentes aspectos e por diferentes motivos para cada setor. Despontam entre os principais problemas da cidade o transporte, a saúde, a segurança e a educação.

Em relação à mobilidade urbana e regional, entre as queixas mais frequentes destacaram-se o tratamento desrespeitoso diante dos idosos e passageiros com acesso livre aos ônibus, desorganização, falta de capacitação dos motoristas e cobradores, a frequência na circulação, veículos ruins e lotados, sobretudo aqueles que vêm da parte continental do município, e o preço alto das tarifas. Quanto à criação do sistema operado pelas vans, entrevistados consideraram como positivo no seu início, pelo bom funcionamento e, principalmente, pelo impacto positivo para a dinamização do comércio local, contudo houveram manifestações pontuais de problemas em relação à insuficiência do serviço.

A deficiência do serviço público de saúde parece ser agravada durante a alta temporada e pela falta de médicos. Há também a percepção de que a área continental do município precisaria de uma unidade de saúde ampliada.

No que toca à Educação, há queixas quanto à precariedade das escolas e à qualidade do ensino. Não obstante a existência de creches noturnas, serviço bastante valorizado pelos entrevistados, comenta-se que faltam creches na cidade. Para as escolas estaduais, as críticas são mais duras, pelo déficit de professores, aliado à violência existente nas mesmas.

Na Segurança Pública, as queixas mostram-se genéricas. O aumento do efetivo policial durante a temporada de verão parece diminuir a sensação de insegurança, porém fora desta época, o efetivo policial seria insuficiente. Por outro lado, alguns notam o surgimento de índices de violência na área continental do município dos quais não se ouvia falar há poucos anos.

Em relação aos serviços de recolhimento, tratamento do lixo e saneamento básico, o serviço atende às demandas primeiras da população. Avaliam como positivos o cata-treco e o serviço de coleta semanal de material reciclável.

Outra questão abordada por parte dos entrevistados diz respeito à falta de planejamento em política habitacional. Muito se falou sobre como a falta de um acompanhamento mais atencioso do tema por parte do poder público facilita um crescimento desenfreado da especulação imobiliária, que tem motivado um aumento expressivo do valor dos imóveis e dos custos de permanência e manutenção das moradias em todo o território de São Vicente. Os relatos revelam que o aumento do custo da moradia tem estimulado a ocupação de áreas sem infraestrutura pública adequada para instalação de novos bairros e 'bolsões habitacionais'.

A política cultural parece, mesmo com o reconhecimento da importância da grande festa de encenação da Fundação da Vila de São Vicente, ser afetada pela falta de um programa capaz de estruturar a oferta e

incentivo à construção de ações e espaços culturais diversificados, públicos e duradouros, que finquem raízes na cidade e, dessa maneira, possam ser apropriados pela dinâmica organizacional de toda a população.

A imagem da Petrobras, nas entrevistas com as organizações da sociedade civil, está associada à responsabilidade social, ao investimento na preservação ambiental e ao desenvolvimento econômico, bem como a empregos valorizados, bem remunerados e estáveis.

Quanto aos impactos do pré-sal no município, os entrevistados se mostraram, de certa forma, reticentes; parecem não vislumbrar, no momento, qualquer movimentação no município decorrente do mesmo. Há poucas informações sobre o tema entre os entrevistados. O pré-sal aparece como algo “distante” (no tempo e no espaço), mais associado à cidade de Santos, do que a São Vicente.

No entanto, menciona-se que a exploração do petróleo e gás estaria ganhando relevância na dinâmica econômica da Baixada e fomentando a criação de cursos voltados a formar mão de obra para o setor. Enxergam no pré-sal uma oportunidade para a expansão industrial do município, cujas atividades de exploração de petróleo e gás demandariam empresas subsidiárias que forneçam produtos e serviços como suporte e complemento às suas atividades. Os mais otimistas vislumbram a possibilidade de um novo polo industrial na Baixada, em São Vicente, basicamente como suporte para a exploração do pré-sal.

Ainda que aos olhos dos entrevistados o pré-sal pouco tenha incidido na dinâmica do município até então, menciona-se, porém, que São Vicente não teria estrutura para acolher um eventual afluxo de pessoas que aportarão na Baixada atraídas pela Petrobras.

Entrevistados de organizações da sociedade civil também manifestam preocupação com a falta de planejamento metropolitano para atender a demanda por infraestrutura necessária na região, assim como com a especulação imobiliária e a elevação do custo dos imóveis motivadas pelos investimentos da Petrobras. Eles entendem que o alto custo da moradia, estaria gerando um sentimento de “expulsão” dos vicentinos da cidade – sensação similar amplamente manifestada na cidade de Santos. Outra preocupação seria referente ao impacto ambiental que as atividades da exploração do pré-sal poderão ocasionar ou agravar, além dos impactos sociais ocasionados pela dinâmica do crescimento que será gerado.

Em relação ao desenvolvimento sustentável do município, para parte dos entrevistados, o desafio residiria na necessidade de maiores incentivos à formação e qualificação profissional, o que requereria a implantação de cursos universitários e profissionalizantes na cidade, preparando a população para acessar empregos mais qualificados e valorizados, especialmente aqueles oriundos dos novos empreendimentos que se avizinham.

O turismo seria outra atividade significativa para o desenvolvimento municipal. Os entrevistados apontaram possibilidades em diversas modalidades turísticas como o turismo náutico, histórico, ecológico, de praia, cultural. Muitos avaliaram que o setor seria pouco e/ou mal explorado, com baixos investimentos nessa área e políticas pontuais, sem planejamento.

Outra questão recorrente, lembrada como importante para o desenvolvimento, seria a necessidade de investimento em estruturas viárias para ajudar a equacionar o tráfego e trânsito no município. Por fim, destacou-se como grande entrave à gestão democrática, a falta de abertura e resposta por parte do poder público às reivindicações e demandas levantadas em fóruns deliberativos abertos à população, o que desestimularia uma atuação mais efetiva na esfera pública.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da articulação das expectativas e visões da população sobre o desenvolvimento de São Vicente com as análises técnicas temáticas desenvolvidas, procuramos estruturar algumas considerações sobre as perspectivas de desenvolvimento, as condições de viabilidade e as implicações em termos de reestruturação do território e definição de políticas públicas.

A análise da dinâmica econômica no município demonstra que um dos desafios colocados é melhorar a condição de vida de aproximadamente 48 mil trabalhadores que estão na economia informal e outras 16 mil pessoas que estão desocupadas. Ainda que tenha ocorrido a diminuição da taxa de informalidade no mercado de trabalho em 2010, ela ainda continua superior às taxas registradas no Estado de São Paulo. Na leitura comunitária, o comércio constitui-se como a principal atividade econômica de São Vicente, sendo considerado sua principal vocação. Na análise da distribuição de empregos por setor, percebe-se que os maiores empregadores formais no município foram os setores de serviços (44,3%), seguido pelo comércio (28,8%).

Há que se considerar, de maneira geral, que a média de salários em São Vicente é inferior aos recebidos pelos trabalhadores no estado e no país, sendo que o setor do comércio apresenta a pior média salarial. O setor com maior expansão, no período, foi a administração pública embalada pelo aquecimento da economia, pelo aumento da renda real, pelo crescimento das transferências dos royalties do petróleo e pelos investimentos públicos estadual e federal.

Os impactos dos investimentos na cadeia de petróleo e gás natural e em infraestrutura (portos, rodovias etc.), indubitavelmente, trarão oportunidades para os trabalhadores da região metropolitana da Baixada Santista. Nesse sentido, a sociedade local tem como desafio estimular os trabalhadores tanto à capacitação profissional como à organização empresarial, seja tradicional, associativa ou cooperativa. É fundamental que ocorra a capacitação tanto para o mercado de trabalho como para o empreendedorismo em geral, especialmente com gestão social e coletiva.

O município de São Vicente passa por um momento de valorização do solo urbano, percebido pela crescente atuação do mercado imobiliário e da construção civil. Os empreendedores têm buscado áreas na cidade, considerando o esgotamento de possibilidades e os altos preços do metro quadrado praticados em Santos. Ainda que seja tímido, o ritmo de crescimento de novos lançamentos imobiliários vem aumentando, incluindo-se o município como estratégico ao crescimento do setor imobiliário.

Também é necessário resolver os gargalos e pontos críticos existentes em relação à mobilidade urbana, em

especial a questão da integração entre os sistemas de transporte coletivo e a redução no tempo de deslocamento, o que exigiria esforços para que várias alternativas em estudo fossem viabilizadas, como o Sistema Integrado Metropolitano (SIM) e o VLT da Região Metropolitana da Baixada Santista, além de ações a serem executadas pelo próprio poder público municipal.

A leitura comunitária apontou a preocupação com a especulação imobiliária que, em sua visão, seria a responsável pelo aumento expressivo do valor dos imóveis e dos custos de permanência e manutenção das moradias em todo o território vicentino, também destacou a importância de um maior acompanhamento por parte do poder público dessa situação. Cabe lembrar que São Vicente é o município com menos áreas com potencial de ocupação e que a maior parte de seu território está inserida em unidades de conservação.

O município concentra ainda bolsões de pobreza e precariedade habitacional, apesar da melhoria das condições de habitabilidade da população. Coloca-se como desafio a ampliação do atendimento aos assentamentos precários e a criação de projetos específicos para o atendimento das famílias moradoras de cortiços. É fundamental que o município preencha as lacunas existentes na regulamentação da política habitacional: a regulamentação dos instrumentos de regularização fundiária, o estabelecimento das ZEIS e a instituição do Plano Municipal de Habitação.

Outro desafio imposto ao município é sua capacidade de gestão. Nesse sentido, é importante que São Vicente aumente seu orçamento, por meio de suas fontes de arrecadação, que provêm basicamente das transferências correntes (repasses da União e do Governo do Estado) e das receitas tributárias (impostos, taxas e contribuições). Entre as possibilidades de aumento de arrecadação encontra-se a atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) e a atualização do cadastro imobiliário, que resultariam em maior arrecadação do IPTU. A análise das despesas demonstrou que o município utilizou seus recursos, basicamente, para manter os serviços públicos já existentes e que não haveria margem para o aumento de gastos com pessoal. No entanto, ao se verificar o valor total da dívida consolidada percebe-se a possibilidade de a prefeitura captar recursos, via operações de crédito, para realizar investimentos e solucionar inúmeros problemas do município.

Outro desafio à gestão democrática seria o fortalecimento das diversas instâncias de participação, como os conselhos, assegurando maior autonomia e capacidade deliberativa destes. Cabe destacar que esses espaços podem ser instâncias de gestão compartilhada e instrumentos mais efetivos de intervenção nas políticas públicas.

# BIBLIOGRAFIA

AGEM, 2005.

AGEM. Ata da 2ª Reunião da Câmara Temática Especial do Sistema Hidroviário Regional da Agência da Região Metropolitana da Baixada Santista. Santos: AGEM, 2011.

\_\_\_\_\_. Plano Cicloviário Metropolitano da Baixada Santista: Relatório Final. Santos: AGEM, SIGGeo Engenharia e Consultoria Ltda. 2006, 351 p.

\_\_\_\_\_. Plano Viário Metropolitano da Baixada Santista: Caderno Resumo. Santos: AGEM, SIGGeo Engenharia e Consultoria Ltda. 2002, 41 p.

ALVES, P. M. F.; ARFELLI, C. A.; TOMÁS, A. R. G. Caracterização da Pesca de Emalhe do Litoral do Estado de São Paulo, Brasil. Boletim do Instituto de Pesca, v. 35, p. 17-27, 2009.

BASTOS, C.C. Apresentação realizada na reunião da Câmara Temática de Pesca da Apa Marinha Litoral

Centro. 27 de outubro de 2010. Disponível em: <http://www.jornalmartimpescador.com.br/102.pdf>.

BERNARDINI, S. P. Os Planos de Intervenção Urbana em Santos – de Estevan Fuertes a Saturnino de Brito (1822-1910). Dissertação de Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP, São Paulo, 2003.

BID/GESP (Banco Interamericano de Desenvolvimento / Governo do Estado de São Paulo). Programa de

Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e do Sistema de Mosaicos da Mata Atlântica (2009). Disponível em: <http://www.habitacao.sp.gov.br/download/serra-do-mar/IDBDOCS.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2012.

CASARINI, L.M. Apresentação realizada na reunião da Câmara Temática de Pesca da Apa Marinha Litoral Centro. 27/10/2010. Disponível em: <http://www.jornalmartimpescador.com.br/102.pdf>.

CASARINI, L.M. Petrechos de Pesca Perdidos no Mar. In: 10ª Reunião Científica do Instituto de Pesca. 07 e 08/12/2011. São Paulo, 2011. Disponível em [ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/10recip/palestras/X\\_ReCIP\\_p4\\_11-13.pdf](ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/10recip/palestras/X_ReCIP_p4_11-13.pdf).

CASTRO, R. M. C.; MENEZES, N. A. 1998. Estudo Diagnóstico da Diversidade de Peixes do Estado de São Paulo. In: CASTRO, R. M. C., JOLY, C. A. e BICUDO, C. E. M., Biodiversidade do Estado de

São Paulo, Brasil: Síntese do Conhecimento ao Final do Século XX. Vol. 6 Vertebrados. São Paulo, WinnerGraph – FAPESP.

CAVE (COLETIVO ALTERNATIVA VERDE). 1999. Avaliação Preliminar de Impacto Ambiental na APA Santos Continente nas Futuras Áreas de Ocupação ZPR. Disponível em:

<http://www.slideshare.net/coletivocave/santoscont>.

CEA/SMA (COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL / SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE). Projeto Pesca em Áreas Marinhas Protegidas. 2009. Disponível em:

[http://homologa.ambiente.sp.gov.br/ea/projetopesca-sustentavel/RELATORIO\\_CURSO\\_APAS.pdf](http://homologa.ambiente.sp.gov.br/ea/projetopesca-sustentavel/RELATORIO_CURSO_APAS.pdf). Acesso em 18/03/2012.

CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo). Dutos no Estado de São Paulo. Disponível em

<http://www.cetesb.sp.gov.br/gerenciamento-de-riscos/emergencias-quimicas/134-dutos-no-estado-deS%C3%A3o-paulo>. Acesso em 07/12/2011.

CETESB. Parque Estadual da Serra do Mar comemora 30 anos. 2007. Disponível em:

[http://www.cetesb.sp.gov.br/noticentro/2007/08/28\\_serra.htm](http://www.cetesb.sp.gov.br/noticentro/2007/08/28_serra.htm).

CONCREMAT Engenharia e Tecnologia S/A. Relatório R4 – Proposta do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de São Vicente.

CODESP. Plano de Expansão e Estudo de Acessibilidade do Porto de Santos. Apresentação. Santos:

Companhia Docas do Estado de São Paulo, 2012, 65p.

CUNHA J., JAKOB A., YOUNG A. Dinâmica demográfica intrametropolitana na Região Metropolitana da Baixada Santista, no período pós-1970. Campinas: NEPO, 2008.

DAEE. Relatório 4 – Proposta do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Santos, Revisão 5. São Paulo: DAEE, CONCREMAT, 2010a, 185 p.

DAEE. Relatório 4 – Proposta do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de São Vicente, Revisão 3. São Paulo: DAEE, CONCREMAT, 2010b, 176 p.

- DERSA. Projeto Prestes Maia: Estudos de Transporte e Tráfego. São Paulo: DERSA, 2011, 234p.
- \_\_\_\_\_. Projeto de Via Elevada e Alterações no Geométrico da Via de Ligação da Rodovia dos Imigrantes a São Vicente e Praia Grande. São Paulo: DERSA, 1993.
- DI PIETRO, Maria Zanella. Direito Administrativo. 13ª edição, São Paulo: Atlas, 2001.
- DRUMOND, M.A. Prioridades para Investimento do Fundo para Áreas Protegidas da Mata Atlântica. Fundação SOS Mata Atlântica, Conservação Internacional (CI-Brasil) e The Nature Conservancy (TNC), 2009.
- EKOSBRASIL (INSTITUTO EKOS BRASIL). Parque Estadual da Serra do Mar. Disponível em: <http://www.ekosbrasil.org/media/file/pesm.pdf>. Acesso em 30/10/2011.
- EMTU. Projeto Básico Referencial do Edital de Concorrência N° 003/2010. São Paulo: 2010, 21p.
- FIGUEIREDO, G.J.P. Curso de Direito Ambiental. Editora RT, 4ª Edição, Editora Revista dos Tribunais, 2011.
- FIORILLO, C.A.P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- FORMAM, R. T. T. 1995. Land mosaics: the ecology of landscapes and regions. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom. Formam, R. T. T. 2000.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL (Fundação para a Conservação e a Produção Florestal). Plano Emergencial de Uso Público do Parque Estadual Marinho da Laje de Santos. SMA: São Paulo, 2010.
- GEFE, W. E.; AMORIM, L. F. C.; AMORIM, A. C. e AMORIM, F. A. Aspectos Socioeconômicos da Pesca Artesanal na Região da Baixada Santista. In: IV Congresso Brasileiro de Pesquisas Ambientais e Saúde, Santos, 2004. p. 13-21.
- GESP – Governo do Estado de São Paulo. Projeto Marinas Chega à Baixada Santista. Disponível em: <http://www.fflorestal.sp.gov.br/noticias2.php?id=95>. Acesso em 12/03/2012.
- Google Earth, 2012.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Estudo e Relatório de Impacto Ambiental do Sistema Integrado Metropolitano e do Veículo Leve sobre Trilhos da Região Metropolitana da Baixada Santista. São Paulo: Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos, 2008.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Pesquisa Origem-Destino 2007 – Região Metropolitana da Baixada Santista: apresentação. São Paulo: Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, 2007, 41p.
- HONORA, A.C. Entrevista concedida ao Jornal Costa Norte em 18/02/2011. Disponível em: <http://www.costanorte.com.br/index.php/editorias/cidades/bertioga/parque-estadual-da-restinga-ja-contacom-verba-2>.
- HONORA, A.C.C.; RESENDE, M.A.C.S.; BRESSAN, T.V. Regularização Fundiária em Unidades de Conservação: a experiência do Estado de São Paulo. In: HONORA, A.C.C.; CASTRO, C.A.M.; BARCELLOS, L.M. Regularização Fundiária em Unidades de Conservação: as experiências dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo / Fundação Florestal, 2009.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censos Demográficos 1991 e 2000. \_\_\_\_\_ . Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Rio de Janeiro. 92 p. (Séries Manuais Técnicos em Geociências, nº 1), 1992.
- IF (Instituto Florestal). Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/>. Acesso em 27/12/2012.
- JAKOB, A. A. E. As Mudanças Socioespaciais na Ilha de São Vicente nos Anos 1990 e a Possibilidade de Novas Regionalizações por meio de Análises Intra-Urbanas. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, 2004. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_264.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_264.pdf)>. Acesso em 18/02/2007.
- JORNAL 'A TRIBUNA'. Estudo vai dizer se é viável usar o transporte pelos rios. Santos, 18/03/2012. p. A-4.
- \_\_\_\_\_. Público apoia adoção do VLT em audiência pública. Santos, 16/05/2009. p. A-4.
- JORNAL 'IMPrensa LIVRE'. Balanço: os 4 anos do PAC 2007 – 2010. Frederico Bussinger, Coluna Opinião Livre, 15/03/2008.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 19ª edição, Malheiros Editores LTDA, 2011.

- MARCHESINI, R. Entrevista concedida ao jornal Continental News. Disponível em:  
<http://acontinews.blogspot.com.br/2012/01/area-continental-tem-enorme-potencial.html#!/>
- MATTOS Ricardo, Carolina e Haydee G. C. Caruso. Segurança Pública: um desafio para os municípios brasileiros. In: Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 1. Edição 1, 2007.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 22ª edição, São Paulo: Malheiros, 1997.
- MIGOTTO, A. E.; TIAGO, C G. (Orgs.). Biodiversidade do Estado de São Paulo: síntese do conhecimento ao final do século XX. Vol. 3. Invertebrados Marinhos. São Paulo: Fapesp, 1999.
- MILARÉ, Édís. Direito do Ambiente. 1ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- MIRAGLIA, Paula. 2006. Os Municípios e a Segurança Pública. In: Renato Sérgio de Lima; Liana de Paula (orgs). Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo o seu papel? São Paulo: Contexto.
- MIRAGLIA, Paula. 2010. Cosmologias da Violência: entre a regra e a exceção – uma etnografia da desigualdade em São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo – PPGAS/USP.
- OLIVA, A. Programa de Manejo de Fronteiras para o Parque Estadual Xixová-Japuí, SP. Dissertação de Mestrado em Recursos Florestais. Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós (ESALQ/USP) Piracicaba/SP, 2003. 239p.
- SABESP (2011) apud RELATÓRIO R4 – Proposta do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de São Vicente (DAEE, 2010, p.37).
- SABESP. Revisão e Atualização do Plano Diretor de Abastecimento de Água da Baixada Santista, Relatório Final – Vol. VI – Planejamento dos SAA - Região Centro. São Paulo: SABESP, 2011a, 88 p.
- SABESP. Revisão e Atualização do Plano Diretor de Abastecimento de Água da Baixada Santista, Relatório Final – Vol. VI – Planejamento dos SAA – Região Sul. São Paulo: SABESP, 2011b, 162 p.
- SAKAMOTO, R.S.R.S. Bertioga: paisagem, ambiente e urbanização. Dissertação de Mestrado em Paisagem e Ambiente. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2008.
- SEBRAE Nacional. A Indústria do Petróleo. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/8760602B214695CA832573BE004E6135/\\$File/Ind%C3%BAstriado\\_Petr%C3%B3leo.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/8760602B214695CA832573BE004E6135/$File/Ind%C3%BAstriado_Petr%C3%B3leo.pdf)
- SCIFONI, S. A Construção do Patrimônio Natural. Tese de Doutorado em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 2006.
- SILVA, J.A. da. Direito Ambiental Constitucional. 7ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- SMA – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE. Parque Estadual da Serra do Mar comemora 30 anos. 2007. Disponível em: [http://www.cetesb.sp.gov.br/noticentro/2007/08/28\\_serra.htm](http://www.cetesb.sp.gov.br/noticentro/2007/08/28_serra.htm). Acesso em 12/11/2011.
- \_\_\_\_\_. Plano de Gestão Ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar: Núcleo Cubatão. São Paulo: 1998.
- \_\_\_\_\_. Relatório Técnico: APA - Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro (APAMLC). 2008. Disponível em:  
[http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/consultapublica/consultapublica\\_apa\\_lit\\_centro.pdf](http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/consultapublica/consultapublica_apa_lit_centro.pdf).
- SMA/FF (SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE / FUNDAÇÃO FLORESTAL). Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar. 2006. Disponível em: [www.fflorestal.sp.gov.br](http://www.fflorestal.sp.gov.br).
- \_\_\_\_\_. Plano de Manejo do Parque Estadual Xixová - Japuí. 2010a. Disponível em: [www.fflorestal.sp.gov.br](http://www.fflorestal.sp.gov.br).
- \_\_\_\_\_. Resumo Executivo do Plano de Manejo do Parque Estadual Xixová-Japuí. 2010b. Disponível em: [www.fflorestal.sp.gov.br](http://www.fflorestal.sp.gov.br).
- UNIVALI (UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ). Arrasto de Parelhas. Disponível em: [http://siaiacad04.univali.br/?page=conheca\\_frotas\\_detalhes/arrasto-parelhas](http://siaiacad04.univali.br/?page=conheca_frotas_detalhes/arrasto-parelhas). Acesso em 03/03/2012.
- VETEC. Pesquisa Origem-Destino 2007 – Região Metropolitana da Baixada Santista: sumário de dados. São Paulo: Vetec Engenharia, Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, 2007, 137p.
- VIVAMAR (INSTITUTO VIVAMAR). Proposta de Regulamentação da Pesca em Santos. 2011. Disponível em: <http://www.vivamar.org.br/>. Acesso em 28/02/2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. 2008. Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros. RITLA, Instituto Sangari, MMS, MMJ.

\_\_\_\_\_. 2011. Mapa da Violência 2012: os novos padrões de violência homicida no Brasil. Instituto Sangari.

\_\_\_\_\_. 2012. Mapa da Violência 2012: caderno complementar 1 – Homicídio de Mulheres no Brasil. Instituto Sangari, São Paulo. Abril, 2012.

## Sites

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

Ministério da Justiça: <http://portal.mj.gov.br>

Parcel: <http://www.parcel.org.br>

Plano de Monitoramento da Qualidade Ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar: <http://ma-pesm.blogspot.com.br/>.

Prefeitura Municipal de São Vicente: <http://www.saovicente.sp.gov.br>

Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – RBMA. Flora na Ecorregião da Serra do Mar, 2006: [http://www.rbma.org.br/anuario/mata\\_06\\_smar\\_asp\\_bio\\_flora.asp](http://www.rbma.org.br/anuario/mata_06_smar_asp_bio_flora.asp).

Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo – SSP/SP. <http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id=72>.601>

[www.atribuna.com.br](http://www.atribuna.com.br)

[www.blogcaicara.com](http://www.blogcaicara.com)

[www.guiadolitoral.uol.com.br](http://www.guiadolitoral.uol.com.br)

[www.jornalvicentino.com.br](http://www.jornalvicentino.com.br)

## Documentos

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Texto Consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29/03/2012. Senado Federal. Portal Legislação, Brasília.

IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros, 2009. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Rio de Janeiro, 2010.

LEI Complementar n.º 270, que institui o Plano Diretor do Município de São Vicente, de 29/12/1999.

LEI Orgânica do Município de São Vicente (LOM). Câmara Municipal de São Vicente, Estância Balneária. Edição 02/06/2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. 2009. 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – Texto Base. Ministério da Justiça, Brasília, 2009.

PLANO de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos – PDZ 2009.

PLANO de Monitoramento da Qualidade Ambiental – PMQA 2011.

PLANO Estadual de Habitação de São Paulo, 2011.

PLANO Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, Prefeitura Municipal de São Vicente, 2009.

PNAD – Pesquisa Nacional Por Amostras de Domicílio. Características da Vitimização e do Acesso à Justiça no Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e IBGE. Rio de Janeiro, 2010.

